

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MARCELO TADVALD

SERENOS, CORAJOSOS E SÁBIOS:

A PLATAFORMA TERAPÊUTICA DOS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS
E SEUS PARTICIPANTES ATRAVÉS DE UM OLHAR ANTROPOLÓGICO.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PORTO ALEGRE, 2006.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

MARCELO TADVALD

SERENOS, CORAJOSOS E SÁBIOS:

**A PLATAFORMA TERAPÊUTICA DOS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS
E SEUS PARTICIPANTES ATRAVÉS DE UM OLHAR ANTROPOLÓGICO.**

Orientador: Prof. Dr. BERNARDO LEWGOY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2006.

*Dedico essa dissertação à Marli,
a mais guerreira de todas as mães.*

*Concedei-nos, Senhor, a **serenidade** necessária
para aceitar as coisas que não podemos modificar,
coragem para modificar aquelas que podemos
e **sabedoria** para distinguir umas das outras
(Oração da Serenidade dos Alcoólicos Anônimos).*

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas contribuíram para que esta Dissertação se viabilizasse. Mais do que lhes agradecer gostaria de demonstrar-lhes minha imensa gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Bernardo Lewgoy, que acompanha e incentiva meu desenvolvimento intelectual há bastante tempo. Graças a ele, percebi o quão importante para Antropologia é o contar de histórias, e a capacidade que tenho para fazê-lo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS (PPGAS) pela minha formação, especialmente ao Prof. Dr. Rubem G. Oliven, responsável por me mostrar como a Antropologia pode ser divertida e instigante, sem perder em nada de seriedade e de pertinência científica, à Prof. Dr^a. Ceres G. Víctora, que muito me ensinou sobre ética e *fazer antropológico*, que espero ter aplicado a contento neste trabalho, e ao Prof. Dr. Ari P. Oro, pelos ensinamentos antropológicos, pelas oportunidades profissionais e pelo companheirismo nos jogos do Sport Club Internacional.

Ao CNPq, agradeço pela concessão de uma bolsa de estudos que permitiu minha dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Agradeço a todos os colegas da turma de Mestrado de 2004, pela formação de um rico ambiente de debate, troca de aprendizados e angústias, incentivos e afetividades. O mesmo devo dirigir aos demais colegas e professores do Núcleo de Estudos da Religião (NER), por nossas reuniões marcadas por uma atmosfera de enriquecimento intelectual e “espiritual”. E aos demais colegas e amigos, também encantados pela Antropologia, pelo interesse sincero na produção deste trabalho, em particular ao Tom, Marcinho, Lis e Negão, eminentes antropólogos que no mundo acadêmico respondem pelos nomes de Antônio Madalena, Márcio Martins, Elisiane Pasini e Daniel F. de Bem.

De forma especial agradeço à irmandade dos Alcoólicos Anônimos e do Al-Anon e todos seus membros, especialmente àqueles que serviram de interlocutores nesta pesquisa. Infelizmente, a necessidade de seu anonimato impede, nesse momento, que eu agradeça a cada um nominalmente. Saibam que sua amabilidade e a confiança que depositaram em mim tornaram possível a realização desta Dissertação. Além de meu *muito obrigado*, nada mais posso dizer-lhes para demonstrar minha gratidão.

Agradeço ao “suporte técnico”, não menos amável e caro para comigo, de Rose da secretaria do PPGAS e da Clê do Xerox, amigas que conquistei para além da vida acadêmica.

Falando em “suporte técnico”, *exuê* Madalena e demais companheiros espirituais, pela proteção e carinho a mim sempre destinado, não somente neste momento de minha vida, mas em todos os demais, graças à permissão do Pai Amabilíssimo que possuímos.

Pela incontestável contribuição na formação de minha identidade social, agradeço ao Sport Club Internacional, campeão de fato e de honra do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2005.

Meus pais, Marli e Pedro (a “maria”), meus irmãos, padrasto e amigos, por serem minha família, por amá-los e por ser amado por eles, agradeço ao Pai por ter-

me colocado em vosso caminho nesta Jornada. Espero que isto se repita em muitas outras.

Certa vez, o escritor Ernest Hemingway disse que escrevamos sempre para duas pessoas: para nós mesmos e para aquela que amamos. Assim, pelo maior incentivo que tive para escrever esta Dissertação, agradeço à Carina por seu amor, e por ser o meu.

Sinceramente, muito obrigado a todos vocês.

RESUMO

O alcoolismo é tido e visto pelo conjunto maior da sociedade como um problema social, um atributo capaz de estigmatizar aqueles sujeitos que incorreram suas trajetórias pessoais em um processo de alcoolização concebido como moralmente desviante. A partir de tal processo, tais sujeitos podem passar pelos mais diferentes dramas pessoais/ sociais que podem comprometer sua interação e a forma que são percebidos pelos demais. A fim de reordenarem suas vidas marcadas pelo alcoolismo, alguns sujeitos fazem uso de uma plataforma terapêutica oferecida pela irmandade dos Alcoólicos Anônimos. Além desta plataforma terapêutica, este estudo procura compreender as diferentes maneiras que os indivíduos que fazem uso desta plataforma, denominados aqui de *alcoólistas anônimos*, experienciam-na e se relacionam com a irmandade. Os dados obtidos da análise da irmandade e de seus participantes abriram algumas interrogações, destacadas neste estudo na forma de uma discussão mais específica sobre gênero e religião. Através de uma etnografia de alguns grupos de Alcoólicos Anônimos e de grupos de familiares chamados Al-Anon, foi possível perceber que sua plataforma terapêutica oferece subsídios eficazes para o reordenamento pessoal/ social almejado por seus integrantes, graças à constituição de grupos que procuram resgatar um *sentido de solidariedade* muitas vezes diluído ou mesmo insuficiente em nossa sociedade.

Palavras-chave: grupos de auto-ajuda; alcoolismo; Alcoólicos Anônimos; Al-Anon; plataforma terapêutica; gênero; religião.

ABSTRACT

The alcoholism has been considered by the largest group of the society as a social problem, an attribute capable to stigmatize those who have incurred their personal paths in an alcoholization process have been conceived also as morally deviational. Starting from such process, those individuals can go through the most different personal/ social dramas that may compromise their interaction and the form that they are seen by the others. In order to reorder their lives marked by the alcoholism, some individuals make use of a therapeutic platform offered by the fraternity of the Alcoholic Anonymous. Besides this therapeutic platform, this paper examines the different ways that the individuals that use of this platform (denominated here *anonymous alcoholics*) experience it and how they relate themselves to the fraternity. The obtained data from the analysis of the fraternity and their participants opened some outstanding interrogations in this study by the form of a more specific discussion about gender and religion. Through the ethnography of some groups of Alcoholic Anonymous and relatives groups called Al-Anon, it was possible to realize that their therapeutic platform offers effective subsidies for the personal/ social reorganization longed by their members, thanks to the constitution of groups that try to rescue a *solidarity sense* many times lost or even insufficient in our society.

Key words: groups of self-help; alcoholism; Alcoholic Anonymous; Al-Anon; therapeutic platform; gender; religion.

SUMÁRIO

Introdução	p. 10
Capítulo 1: A plataforma terapêutica dos Alcoólicos Anônimos	p. 21
1.1 Alcoólicos Anônimos: Origem e princípios básicos.....	p. 21
1.2 “Por dentro” dos Alcoólicos Anônimos.....	p. 28
1.3 Da sala e do ritual.....	p. 35
1.4 Os membros.....	p. 45
1.5 Ênfases narrativas.....	p. 55
1.5.1 Breves considerações sobre as ênfases narrativas.....	p. 66
Capítulo 2: Gênero, Alcoólicos Anônimos e Al-Anon	p. 69
2.1 Representações de gênero, papéis sociais e alcoolismo.....	p. 72
2.2 Reuniões de Alcoólicos Anônimos e a questão do gênero.....	p. 81
2.3 Os grupos de Al-Anon.....	p. 88
2.4 Espaços para homens e espaços para mulheres?.....	p. 101
Capítulo 3: A dimensão religiosa dos Alcoólicos Anônimos	p. 104
3.1 Alcoólicos Anônimos, religião e história.....	p. 104
3.2 Conversão e apadrinhamento.....	p. 111
3.3 O Poder Superior.....	p. 119
3.4 Uma outra apropriação da fé.....	p. 127
Considerações finais	p. 130
Referências	p. 135
Apêndices	p. 140
Anexos	p. 146

INTRODUÇÃO

O estudo a seguir é resultado de pouco mais de três anos de uma pesquisa que venho realizando junto à irmandade dos Alcoólicos Anônimos (doravante abreviados pela sigla AA). Fundamentalmente, a pesquisa teve como escopo investigativo o acompanhamento de alguns grupos da cidade de Porto Alegre.

O interesse em estudar o campo da auto-ajuda surgiu através de uma experiência que tive com uma antiga colega do curso de graduação em Ciências Sociais. Quando ela me contou que havia participado de uma reunião de Narcóticos Anônimos e me explicou sua dinâmica e como a experienciou (disse-me ter gostado muito, “acreditado”, que finalmente havia encontrado algo que lhe fizesse sentido, que lhe ajudaria com seus problemas a respeito ao uso abusivo de entorpecentes), pensei que este tipo de instituição seria bastante interessante de se analisar, uma vez que acionava um discurso e uma prática que permitiriam, do ponto de vista científico, uma rica abordagem antropológica. Essa colega me disse, nessa ocasião, que achava que esse tipo de alternativa terapêutica era baseada ou copiada dos grupos de AA. Desde então, acabei voltando minha atenção para a irmandade que se tornou referência mundial no combate ao alcoolismo.

O alcoolismo, por sua vez, trata-se de um problema de ordem social, moral, físico e religioso, pois perpassa, de formas peculiares, cada noção de pessoa presente em determinados contextos culturais. A proliferação do alcoolismo é resultante de diversos fatores¹. Por exemplo, o consumo excessivo de álcool já foi apontado por alguns estudos como uma forma de fuga da ansiedade ou da frustração determinadas por fatores econômicos ou culturais (Menéndez, 1990; Mota, 2004). O problema se avilta no momento em que certos grupos de pessoas acabam por ingressar numa carreira social tida e vista pelos outros como de risco ou desviante

¹ Para Soares (1999) foi no contexto da urbanização e da industrialização (século XVIII para XIX) que o alcoolismo começa a se tornar um problema para ciência médica e que adquire um *status* de problema social. O trabalho de Mota (2004) estima em 280 milhões o número de alcoólatras no mundo, sendo que cerca de 18 milhões morrem anualmente devido a esta dependência. Apenas à título de comparação, no caso mexicano, por exemplo, Eduardo Menéndez (1990) alega que o alcoolismo constitui o “perfil epidemiológico” dominante, sobretudo na denominada “idade produtiva”. As taxas de mortalidade naquele país em decorrência direta ou indireta do uso abusivo de álcool são também substanciais.

(Velho, 1985). Assim, tais pessoas, aos olhos dos outros, podem ser percebidas desacreditada e pejorativamente. A representação social de alcoolismo mais comum neste contexto normalmente é aquela que possui um tributo maior de estigmatização (Goffman, 1988): a de *vício*. Para os alcoolistas analisados neste estudo, denominados de *alcoolistas anônimos* por fazerem parte de uma instituição que se destina a reordenar suas vidas, o alcoolismo é percebido como um drama pessoal e social e é a partir desta representação que abordaremos a questão.

Pode parecer uma idéia excessivamente fechada supor que todo e qualquer tipo de uso de substâncias que causem dependência química advém de uma frustração presente na vida cotidiana com relação às exigências impostas pelo mundo moderno, ou fenômenos correlatos. Diversas razões que não meramente esta possível ansiedade não suportada e não amparada perante tais exigências não são suficientes para entender a proliferação de diversas “patologias²” como o alcoolismo ou quaisquer outros tipos de uso de substâncias psicoativas. Por exemplo, a pesquisa que Gilberto Velho (1998) realizou sobre o uso de tóxicos entre dois grupos urbanos de classe média/ alta no início dos anos 1970 apresenta o uso da droga mais como um fator de sociabilidade e de integração entre pessoas de um mesmo círculo social que não percebiam, de maneira geral, isto como um problema social, como uma “patologia”.

Fato é que as pessoas podem se tornar adictas no uso de drogas ou álcool pelos mais diferentes motivos. Um desses motivos que parecem importantes de se observar consiste no uso social do álcool como um instrumento de interação entre as pessoas que, em determinados contextos culturais, é fator significativo. Veremos, ao longo desse estudo, que a própria socialização masculina estabelecida em bares e afins faz um difundido uso desse expediente a fim de se consumir plenamente. A ingestão de álcool pode ser percebida enquanto um expediente de inibição ou redução da ansiedade, mas também no sentido de favorecer, facilitar certas interações sociais. De fato, o alcoolismo perpassa todas as culturas, sociedades (inclusive aquelas de caráter mais tradicional, como as sociedades camponesas, grupos indígenas, etc) e todas as classes sociais, ainda que seja percebido com mais

² O termo “patologia social” foi elaborado pela Escola de Sociologia de Chicago quando esta se notabilizou pelos estudos sociais urbanos ainda na primeira metade do século XX. O termo “patologia” pode carregar consigo um tom pejorativo, e tal observação deve ser levada em conta (Valladares; Kant de Lima, 2000).

intensidade quase que exclusivamente dentre as classes populares e certas minorias étnicas, o que consiste um grave engano.

Evidentemente, o ser humano faz uso de substâncias que alteram quimicamente seu organismo e sua percepção da realidade desde sempre. Contudo, jamais tais substâncias foram produzidas e distribuídas de maneira tão eficiente como na sociedade industrial. Como bem chamava a atenção George Simmel (1979) em princípios do século XX, a metrópole traz consigo muitos problemas. Podemos citar, dentre eles, alguns que parecem se caracterizar enquanto problemas metropolitanos de escala mundial, como a poluição, a criminalidade, a toxicomania e o próprio alcoolismo. Este último, não por acaso, constitui uma das principais causas de morte em países latino-americanos, conforme constatou o estudo do pesquisador mexicano Eduardo Menéndez (1990)³. Chamo a atenção para esses dados apenas para apontar o uso abusivo do álcool como um problema social capaz de produzir uma série de representações, fenômenos e instituições diretamente relacionados a ele.

Ao que parece, dependentes destas diversas substâncias psicoativas, não encontrando suporte emotivo e social que lhes proporcionassem o vigor necessário para suplantar seus problemas sociais fruto destas dependências e vendo-se, muitas vezes, alijados das ofertas terapêuticas disponíveis, resolveram se organizar. Criaram um sistema terapêutico fundamentado basicamente no exercício da solidariedade entre as pessoas. Através de tal perspectiva, os Alcoólicos Anônimos já foram apontados como um caso exemplar e estratégico de reorganização social e de recuperação de uma solidariedade que freqüentemente se encontra diluída neste mundo moderno (Godbout, 1999).

Dados oficiais registram que no final de 1935 os AA possuíam cerca de 100 membros. Em 1939 esse número havia subido para 800. Em 1941, já havia 8.000 membros. Os mais recentes levantamentos dão conta de haver, atualmente, mais de

³ Apenas para se ter um exemplo, conforme noticiou o Jornal Correio do Povo, em matéria de 18 de setembro de 2005, em Porto Alegre, o Departamento Médico Legal constata que o uso de bebidas alcoólicas faz parte de mais de um terço dos casos de morte violentas ocorridas nessa cidade e em sua região metropolitana. E mais: de acordo com o Departamento Estadual de Investigações Criminais do Rio Grande do Sul, boa parte dos criminosos e infratores usa o álcool como motivador para ações ilícitas, além é claro de estar presente na maioria dos casos de brigas. Segundo pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde, 68% dos homicídios culposos, 62% dos assaltos, 54% dos assassinatos e 44% dos roubos estão ligados ao uso de alguma substância psicoativa. Este mesmo levantamento apontou ainda que mais de dois terços dos casos de espancamentos de crianças e agressões entre marido e mulher ocorrem com parceiros embriagados (Jornal Correio do Povo, 18/07/2005).

dois milhões de membros, espalhados em mais de 100.800 grupos alocados em 150 países (Alcoólicos Anônimos, 2004). Os AA primam, através de uma série de manuais internos, pela homogeneização de sua prática terapêutica, qual seja o lugar no mundo que venha a ser inaugurada uma nova sala da irmandade.

Procurar compreender a lógica de funcionamento de um tipo de instituição da qual fazem uso milhões de pessoas que advêm de uma situação estigmatizante provocada por um mesmo atributo tão específico, no caso o álcool, parece-me se tratar de um tema de bastante importância, já que, além de envolverem um considerável contingente de pessoas, possibilita que esses sujeitos reorganizem suas vidas marcadas pelos problemas sociais advindos de suas experiências com o alcoolismo através do uso de uma plataforma terapêutica oferecida pelos AA. Tal adesão aos grupos imputará conseqüências marcantes em suas identidades sociais, sistemas de valores, comportamento, assim por diante, conforme procurarei demonstrar ao longo desse estudo. Além disso, acredito que a pertinência do tema abordado (Alcoólicos Anônimos e seus participantes) é mister, pois o modelo terapêutico pioneiro de tal instituição serviu – e serve – de modelo para outros tipos de instituição que suprem também demandas específicas, como é o caso de grupos de Narcóticos Anônimos (como no caso daquela colega), Neuróticos Anônimos, Jogadores Compulsivos Anônimos, Mulheres Compulsivas por Sexo, Mulheres que Amam Demais, assim por diante.

Lidar com sujeitos sociais estigmatizados (como é o caso dos alcoolistas anônimos), em especial na formulação de programas terapêuticos que incidam sobre eles (como os AA), se constitui em tarefa difícil que deve sempre ser aprimorada e reavaliada a fim de diminuir os impactos que necessariamente ocorrem advindos destas práticas. Acredito que nosso campo do conhecimento e nosso referencial teórico-metodológico seguramente podem e devem contribuir para o entendimento destes problemas.

Por tratar-se de uma pesquisa de cunho antropológico, este estudo procurará compreender as questões propostas a partir de um olhar e de metodologias consagradas dentro da tradição antropológica. Parafraseando Roberto Cardoso de Oliveira (2000), a partir de um olhar, uma escuta e uma escritura antropológica. Desde o início do estudo exploratório procurei estar aberto a novas questões que eventualmente pudessem surgir no próprio trabalho de campo.

Os dados etnográficos apresentados neste estudo dizem respeito a minha participação em reuniões de AA que se iniciou no ano de 2002. De lá para cá, tive quatro momentos mais específicos de acompanhamento desses grupos, a saber: de agosto e setembro de 2002; de maio à junho de 2003; outubro à dezembro de 2004 e de abril a junho de 2005. Evidentemente, isso não impediu que fossem realizadas algumas visitas em outras ocasiões, contudo, este foi o período em que participei de grupos de maneira mais sistemática. As observações foram realizadas em basicamente três grupos de Porto Alegre localizados em zonas centrais da cidade, mas utilizarei algumas observações feitas no grupo da cidade de Caxambu (MG) que realizei em duas ocasiões, com o intuito de vislumbrar e contrapor alguns pontos específicos discutidos por minha etnografia. Em linhas gerais, as trajetórias sociais dos membros desse grupo, de outro Estado e de uma cidade do interior se manteve mais ou menos em consonância com aquele apresentado nos demais grupos analisados.

No primeiro capítulo, descrevo a origem e os princípios básicos da lógica de funcionamento dos AA, para logo em seguida apresentar de que maneira as salas de AA costumam se organizar. Esses espaços são extremamente importantes, pois eles contribuem para a formulação do ritual realizado pela irmandade. E esse ritual, parte indelével da estrutura dos AA e de sua prática terapêutica, é pormenorizadamente descrito. Também o trabalho de campo permitiu a observação da existência de trajetórias sociais recorrentes entre seus participantes. Ainda que possuam as mais variadas ocupações e pertencimento a diferentes estratos socioeconômicos, prevaleceram nos grupos observados pessoas que se enquadravam nas classes populares até a classe média/ baixa. Em linhas gerais, a maioria dos membros da irmandade são homens, *pais e maridos* e/ ou se declaram responsáveis pelo sustento de sua família de procriação. Tais características viabilizam grupos que possuem fortes características advindas de um campo de representações e de simbolismos marcadamente masculinos. Os membros freqüentadores deste tipo de irmandade se sentem, de maneira geral, estimulados a fornecerem depoimentos, em sua maioria de caráter “testemunhal”, sobre sua vida dentro e fora dos AA. É permitida a entrada de visitantes, curiosos ou pesquisadores em qualquer reunião de AA que esteja aberta para este fim. Os grupos tendem a reservar um ou mais dias da semana com este tipo de finalidade. Tal aspecto facilitou e muito meu trabalho de pesquisa.

Meu tema de pesquisa se encontra intrinsecamente atrelado a uma categorização estigmatizante e lida com pessoas que passam ou passaram por sofrimentos de diversas ordens. Tomo este como o principal aspecto de tensão inerente à minha interação enquanto pesquisador com os membros dos grupos. Desde o início tive de me colocar com muito cuidado em campo, principalmente no que se refere à apreensão dos dados deste universo, uma vez que qualquer atitude minha que atingisse o princípio fundamental do anonimato dos membros, por exemplo, colocaria em xeque toda minha pesquisa.

Nesse universo, como nos demais, o cuidado com o anonimato é ética e epistemologicamente crucial. Portanto, optei por nomear meus interlocutores com nomes fictícios. Desta forma, apenas para que o leitor possa identificar quando se trata do mesmo interlocutor, além do uso de um nome fictício, o identificarei pelo seu tempo de participação na irmandade, idade e ocupação⁴. A partir do mesmo princípio, optei por não mencionar o nome daqueles grupos por mim observados, por duas razões: em primeiro lugar, por procurar estabelecer aqui características que são compartilhadas pelos grupos de AA, ainda que, sempre que se faça necessário, chamarei a atenção para os elementos de discrepância entre eles, por achar importante tais comparações. Em segundo lugar, pela razão ética de preservação, no limite do possível, das identidades de meus interlocutores. Vale lembrar que estes pertencem a uma irmandade que apregoa o anonimato total de seus participantes, incluídos em uma carreira de desvio social e de estigmatização, passível de todas as representações pejorativas que podem ser inculcadas às suas identidades sociais pelo fato de terem ingressado em tal carreira desviante. A não observância desses fatores representaria um desrespeito à confiança que essas pessoas depositaram neste pesquisador e nesta pesquisa quando permitiam minha participação nos grupos e quando se disponibilizavam a me conceder entrevistas.

O trabalho de *tradução* que, em última instância constitui a etnografia, gera um problema ético muito grande, que passa por uma questão de escolher *o que dizer e como dizer*, ainda mais em se tratando de grupos estigmatizados. A forma que procurei arbitrar esses limites, que não foram dados *a priori*, passaram pela observância de utilizar somente aqueles dados que pudessem ser representativos para discutir as questões enfocadas na pesquisa, a saber: de que maneira essas

⁴ Procurarei, ao longo desse trabalho, identificá-los com as informações que possuo, mas observo que, em alguns casos, não consegui obter todas essas informações acerca de meus interlocutores.

peças utilizam os grupos de auto-ajuda analisados como uma plataforma terapêutica para suas vidas. Certos eventos, especialmente aqueles que dizem respeito a certos dramas pessoais, em caráter de *confidência* e que tão somente podiam *expor* meus interlocutores, sem que houvesse uma pertinência analítica, não foram utilizados neste trabalho.

Além de tais considerações, a ética, em meu trabalho, perpassa dois sentidos: tanto pela dimensão dos grupos analisados – e de seus componentes – assim como para com a Academia. No primeiro sentido, devo zelar ao máximo pelo reconhecimento da importância do sistema de valores dos grupos analisados, ainda que esses possam ser contraditórios a partir do próprio olhar do pesquisador e de seus valores pessoais. Já que a Ciência deve sempre procurar a *imparcialidade axiológica* (Cardoso de Oliveira, 2000), respeitando sempre as diferenças culturais e, no caso deste estudo, o direito dos interlocutores dos grupos observados de se expressarem de tal ou qual forma, ainda que tais sistemas de valores possam ser polêmicos a partir de um sistema maior de crenças compartilhados em maior escala pela sociedade de vinculação (Diniz, 2001), essa pesquisa não visa a realizar quaisquer tipos de julgamentos de valor com relação às diferentes formas de comportamentos analisados e com relação aos usos que seus participantes fazem do sistema terapêutico da irmandade. No segundo sentido, o maior comprometimento ético que um pesquisador deve ter para com a Academia consiste em realizar uma pesquisa que seja de interesse da sociedade como um todo, e que não se restrinja a estabelecer uma discussão que se resume apenas aos seus “pares”, como se costuma dizer, ainda que tal tarefa seja, de todo, bastante desafiadora (Leal; Dos Anjos, 1999).

A pesquisa se preocupou em compreender a relação entre instituição e experiência em contextos de apropriação de discursos e formas terapêuticas de auto-ajuda, a partir do caso dos AA e de seus adeptos. Desta maneira, além do trabalho de campo, seja na forma de entrevistas, seja na forma de observação participante, não houve como se furtar, neste tipo de pesquisa, da análise dos materiais de divulgação dos AA, que se resumem a uma série de *folders*, panfletos e mesmo livros de publicação própria e que me pareceu apresentar, de maneira geral, um conjunto maior de representações próprias que os AA (enquanto uma irmandade de caráter universal) fazem de si. Esses materiais foram importantes enquanto expediente analítico durante todo o trabalho. Assim, desde o primeiro capítulo procuro entender

certos usos e sentidos atribuídos aos textos nos grupos observados, dentro do espírito de uma etnografia da leitura tal como definida por Lewgoy (2004). Em recente discussão sobre o tema, o antropólogo sugeriu explorar etnograficamente a apropriação de um objeto que é muito singular, a saber, as mais diferentes formas de literatura. Estas podem resultar em descobertas interessantes, especialmente dentro de contextos culturais que consagram às práticas de leitura uma ênfase mais expressiva, como é o caso dos participantes dos AA, que são estimulados pela irmandade a lerem suas diferentes publicações⁵. No caso dos AA, a literatura oficial da irmandade constitui uma de suas bases terapêuticas, apresentando os códigos e dogmas gerais e oficiais que devem ser observados por todos aqueles que ingressarem nessa instituição. A partir de tais prerrogativas se torna possível tomar tal literatura como um importante elemento de análise etnográfica.

Ainda no primeiro capítulo, procuro compreender como os interlocutores mobilizam situacionalmente diferentes recursos narrativos, por vezes heterogêneos, para negociar relatos autobiográficos existentes tendo como referência a irmandade na qual se vincularam. A partir da análise de algumas ênfases narrativas observadas, procuro compreender a relação que estes relatos possuem com um plano discursivo ordenador e abstrato fornecido pela irmandade, e em que medida este plano não consegue esgotar as atribuições e auto-atribuições de sentido de meus interlocutores.

Conforme será observado no primeiro capítulo, a participação dos homens nos grupos de AA é majoritária. Assim, no segundo capítulo procurei compreender que fatores podem explicar a baixa participação de mulheres nestes grupos, que em princípio e oficialmente nada possuem que impeça sua participação. Algumas diferenças estabelecidas socialmente criam certas representações e expectativas comportamentais para ambos os sexos, entre elas a associação ao universo masculino do consumo público de bebidas alcoólicas e de diversos simbolismos ligados ao feminino relacionados ao universo privado, como *vergonha*, *fraqueza*, etc. Tais representações, somadas a certos problemas sociais atrelados ao universo masculino ocasionados pelo uso abusivo do álcool contribuem para uma preponderância de homens nas reuniões da irmandade, fato que produz um *ethos* caracteristicamente masculino neste espaço ritual, o que também parece contribuir para esta baixa participação feminina nos grupos de AA.

⁵ Nos *Anexos* deste trabalho consta um catálogo da irmandade (Alcoólicos Anônimos, s/d) que divulga suas principais publicações.

Como parte deste processo, acompanhei e analisei um grupo de familiares de alcoolistas conhecidos como Al-Anon. Ao contrário do que ocorre nos grupos de AA, nos grupos de Al-Anon existe uma preponderância absoluta de mulheres. Grande parte dessas mulheres pode ser considerada como as principais responsáveis pelo ingresso de seus respectivos companheiros/ filhos nos grupos de AA, o que me permitiu vislumbrar uma nova dimensão analítica, uma vez que, em consonância ao que demonstraram alguns estudos abordados nessa discussão, as representações identitárias masculinas podem se desenvolver em relação às femininas (Brandes, 1980; Gutmann 1997). De acordo com o que procurarei demonstrar nesse capítulo, os grupos (femininos) de Al-Anon consistem na principal referência de complementação aos grupos (masculinos) de AA.

No meu entendimento, as obras de cunho sociológico e/ ou antropológico sobre os AA revisadas não discutiram de maneira satisfatória esta dimensão destes grupos de auto-ajuda (grupos para familiares). Devido à escassez de estudos sobre o tema⁶, procuro dialogar neste trabalho com basicamente três obras: o trabalho de Leonardo Mota (2004), Angela Garcia (2004) e de Stanley Brandes (2002).

O sociólogo Leonardo Mota (2004) publicou recentemente sua dissertação de mestrado sobre os Alcoólicos Anônimos (tendo como base os grupos de Fortaleza) onde procura mapear o sistema de ajuda mútua a partir de uma modernidade onde se verificou um déficit substancial dos laços de solidariedade. Tendo como “pano de fundo” a discussão de Jacques Godbout (1999), a *dádiva da sobriedade* promovida pelos AA demonstra o esforço de recuperação ou de fortalecimento destes laços de solidariedade. O estudo oferece uma interessante recuperação da história da irmandade e dados estatísticos que me permitiram possuir uma idéia mais abrangente e quantitativa dos AA. Além disso, a discussão e os dados apresentados sobre o alcoolismo na modernidade são bastante substanciais. Contudo, sua metodologia não oferece uma etnografia dos grupos observados que permita um melhor entendimento de como os alcoolistas anônimos experenciam sua relação com a irmandade, como, por exemplo, na dimensão religiosa dos AA, que é discutida superficialmente.

Com uma proposta metodológica diferente, a antropóloga Angela Garcia (2004), em sua dissertação de mestrado sobre os AA, também publicada recentemente, propõe uma discussão bibliográfica sobre o ato de beber, o problema

⁶ A literatura sobre o assunto, especialmente escrita sob bases sociológicas, como bem demonstrou o trabalho de Trois (1998) e de Mota (2004), já era e verifiquei continuar sendo bastante escassa.

do abuso do álcool e a busca de terapia, articulando, para tanto, esta discussão com uma etnografia em bares e em grupos de AA cariocas. Além da etnografia dos bares e dos grupos, autora oferece uma interessante discussão sobre categorias êmicas como “fundo do poço”, e sobre o processo de conversão daqueles que denomina *alcoólico ativo* em *alcoólico passivo* (quando membros de AA). Ainda que trabalhe com o tema da conversão, a autora não chega a aprofundar uma discussão sobre a religiosidade dos AA. Ademais, durante sua etnografia realizada em espaços marcadamente masculinos (bares e grupos de AA), percebe-se claramente sua dificuldade de inserção nestes grupos devido a sua condição de pesquisadora mulher. Procuo, inclusive, discutir tais limites no segundo capítulo.

Stanley Brandes (2002), antropólogo estadunidense que estudou a cultura mexicana há alguns anos, publicou interessante trabalho sobre os grupos de AA da Cidade do México, onde procurou analisar a baixa participação feminina nestes lugares, fato também constatado pelos trabalhos mencionados à pouco. Entretanto, tanto este trabalho quanto os demais não analisaram os grupos de familiares de AA, chamados de Al-Anon, onde ocorre exatamente o contrário do observado por eles e por mim nos grupos de AA: uma preponderância de homens nas reuniões. Nos grupos de Al-Anon, a participação das mulheres é majoritária. No segundo capítulo, portanto, proponho uma etnografia destes grupos com o intuito de perceber em que medida as mulheres podem estar presentes, dentro da plataforma terapêutica dos AA, enquanto um grupo de apoio, uma complementação. Assim, espero contribuir com a discussão sobre gênero inerente ao tema compreendendo os AA e os Al-Anon como uma totalidade terapêutica para os alcoolistas que aderem a este programa.

Além da questão de gênero discutida no segundo capítulo, através de minhas observações nos grupos pude tomar contato com um ritual que concebi como possuidor de práticas e de concepções que o aproximam de características peculiares do campo religioso, ainda que os preceitos da irmandade procurem dissociá-la da idéia de uma nova religião. O terceiro capítulo procura desenvolver a perspectiva religiosa dos grupos já abordada por outros estudos, através da hipótese de que a irmandade dos Alcoólicos Anônimos possui uma discursividade secular, pelo fato de não se considerar uma organização religiosa. Contudo, através de uma análise histórica do Ocidente que nos remete ao século XIX, percebemos haverem diversos fatores relacionados às transformações que vem sofrendo o campo religioso através de um processo de “desencantamento do mundo” (Weber, 2000) que propiciam o

surgimento de novas religiosidades. Na sociedade estadunidense, religiosidades voltadas para a ação neste mundo, que traziam consigo uma re-significação do divino transcendente para um divino imanente, portanto mais “orientalizado”, deram origem a diversos movimentos de auto-ajuda, com características bastante particulares, dentre os quais os Alcoólicos Anônimos.

Elementos históricos como estes que se referem diretamente à esfera religiosa são resgatados pelo terceiro capítulo com o intuito de compreender quais foram os princípios religiosos constitutivos da plataforma terapêutica dos AA, como processos de *conversão* observados dentre os participantes e certas concepções nativas, como o *Poder Superior*, além de práticas importantes para o desenvolvimento da terapia como o *apadrinhamento*. Por fim, o capítulo também procurou compreender de que maneira a plataforma terapêutica dos AA pode consagrar aos seus membros uma espécie de *ascetismo intrapessoal*, devido às representações que destinam ao alcoolismo e à sua forma de tratá-lo.

A partir de uma análise voltada tanto para os caracteres institucionais deste tipo de grupo de auto-ajuda, quanto para as práticas, experiências e representações das pessoas envolvidas nesse processo, procuro compreender, além das características essenciais deste tipo de irmandade, os usos e as apropriações que os sujeitos dela fazem a fim de reorganizarem suas vidas, atribuladas devido aos seus problemas sociais decorrentes do alcoolismo, através da plataforma terapêutica a eles oferecida pelos Alcoólicos Anônimos.

CAPÍTULO 1

A PLATAFORMA TERAPÊUTICA DOS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

Só vivendo se pode aprender a experiência dos livros, só vivendo se pode amassar a experiência dos livros, só vivendo aprende-se a amar, a respeitar e a compreender... (Jorge Amado).

1.1. ALCOÓLICOS ANÔNIMOS: ORIGEM E PRINCÍPIOS BÁSICOS

A idéia da auto-ajuda⁷, ou seja, de *ajudar a si mesmo* e de ser o único responsável pelo seu destino, seria inconcebível dentro de uma sociedade que não possuísse um individualismo bastante desenvolvido. Particularmente durante o século XIX, procurou-se difundir a idéia de que os sujeitos deveriam conduzir suas vidas *individualmente*, o que permitiu a concepção da figura do *self-help man*, ou, do “homem que ajuda a si mesmo”.

Self-help significa, portanto, a aplicação da *força de vontade individual* na obtenção de certos resultados esperados. Quando de sua origem (séc. XIX)⁸, tal noção passava pela idéia da construção de um caráter que se encontrasse em conformidade com as expectativas sociais existentes, e não na forma que podemos verificar hoje em dia, que perpassa mais as noções de prazer ou de realização. Tal

⁷ *Auto-ajuda*, de fato, constitui expressão que deve seu emprego corrente a um livro homônimo de formidável sucesso na época de seu lançamento, escrito pelo médico vitoriano Samuel Smiles, em 1859 (conforme Rüdiger, 1995, p. 33). Os grupos terapêuticos de caráter anônimo, como os AA, também recebem a definição de grupos de *auto-ajuda*. Contudo, atualmente, a expressão parece estar mais imediatamente relacionada à um tipo específico de literatura que se destina a orientar as pessoas a terem mais sucesso em suas relações pessoais, sucesso profissional, etc.

⁸ Como demonstra o trabalho de Mota, “relações baseadas em princípios de ajuda mútua não são recentes na história da humanidade. Estiveram presentes nas sociedades arcaicas, nas corporações de ofício da Europa medieval, como também entre imigrantes asiáticos e europeus chegados aos Estados Unidos em meados do século XIX e início do século XX” (Mota, 2004, p. 39). Chamamos a atenção apenas para o fato de que a máxima da ajuda-mútua de caráter mais individualizante se trata de um fenômeno que pôde ser mais bem percebido a partir do século XIX.

idéia se realiza através da crença de que os homens possuem uma capacidade de desenvolver um caráter “satisfatório” pelo seu poder individual. Se os catecismos populares do século XIX pregavam a educação da vontade dos sujeitos através do cultivo de princípios morais, que visavam à formação de um bom caráter e ao cumprimento por parte dos indivíduos das expectativas sociais, a saída foi conceber novas formas de sociabilidade que coadunassem o individualismo e sua perspectiva do *self-help man*. A criação dos grupos de auto-ajuda resulta deste processo.

Os grupos de auto-ajuda oferecem um tipo de apoio terapêutico que tem como base “o outro”. Não por acaso, este “outro” invariavelmente consiste em uma pessoa que possui um mesmo tipo de sofrimento ou de necessidade que o precipita para um mesmo grupo, dado que ele também não conseguiu solucionar “sozinho” tais carências. Uma vez preocupados com questões de ordem moral, como o restabelecimento de identidades sociais tidas e vistas como desviantes (Velho, 1985), os grupos de auto-ajuda se tornaram um espaço privilegiado para suprir este tipo de demanda, além de possibilitar o “desenvolvimento moral” (ou do caráter) de seus integrantes.

Existem diversos tipos de grupo de auto-ajuda hoje espalhados pelo mundo⁹. A maioria dos grupos de auto-ajuda existentes se deve ao pioneirismo dos Alcoólicos Anônimos, fundado primeiramente nos EUA em 1935¹⁰. Em virtude da insuficiência demonstrada por diversos recursos terapêuticos existentes¹¹, os grupos de auto-ajuda, tendo como maior motivação o resgate da solidariedade, baseado no apoio coletivo entre pessoas que se assumem como “iguais”, por compartilharem sofrimentos afins e processos de exclusão semelhantes, tornou-se uma alternativa eficaz no que se refere à reintegração social de diversos grupos tidos e vistos como desviantes.

⁹ Elaborei uma tabela que exemplifica alguns tipos, reproduzida nos *Apêndices* deste trabalho.

¹⁰ Consta, na literatura oficial dos AA: “os historiadores talvez reconheçam um dia que Alcoólicos Anônimos foi uma grande obra de desbravamento que produziu um novo instrumento de ação social; uma nova terapêutica baseada na irmandade resultante do sofrimento comum; terapêutica que encerra em si um vasto potencial para as miríades de outros males da humanidade” (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 214).

¹¹ Diria o pesquisador mexicano Eduardo Menéndez que “os médicos obtém pouco êxito a respeito do alcoolismo, drogatização e obesidade, e não estão bem informados acerca dos grupos de ajuda que existem na comunidade, por exemplo, os AA. O modelo médico dominante não tende a mobilizar os recursos comunitários” (Menéndez, 1990, p. 90, tradução minha). Vale lembrar que, até os anos 1970, os grupos de ajuda mútua foram explícita ou indiretamente rechaçados por uma parte da prática, saber e teoria biomédica. Entretanto, a partir desta década, tais grupos acabaram recebendo incentivo desta área sendo, inclusive, largamente recomendados para diversos pacientes.

O surgimento dos grupos de AA está ligado a movimentos sociais existentes nos EUA que se dedicavam ao combate da fabricação, venda e consumo de bebidas alcoólicas. No final do século XVIII foi formulado, pela primeira vez, um modelo médico-moral que concebia o alcoolismo como uma doença (Soares, 1999). Os movimentos sociais que clamavam por políticas públicas contra as bebidas alcoólicas tiveram início a partir do século XIX, época em que o alcoolismo começa a ser visto, principalmente na Europa e nos EUA, como um problema social.

Teve papel fundamental nesta verdadeira *cruzada contra o álcool* a ação das “sociedades de temperança”, especialmente aquelas organizadas por mulheres preocupadas com a saúde e o bem-estar de seus maridos e de sua família. A WCTU (*Women’s Christian Temperance Union*) pode ser considerada um caso exemplar deste tipo de ação social organizada que combatia o uso do álcool e de outras substâncias, como o ópio. Tendo início por volta dos anos 1830, este tipo de organização social chegou a contar, pelos anos de 1895, com cerca de meio milhão de membros nos EUA. Por se tratar de uma atividade organizada por mulheres, não por acaso alguns autores consideram ser este um dos elementos que explicam o despertar político da classe média feminina nos EUA (Soares, 1999). Como se sabe, em 1920 os EUA proibem, constitucionalmente, a fabricação e o uso de bebidas alcoólicas (a famosa *Lei Seca*), medida tida como uma grande vitória por segmentos sociais que lutam contra o alcoolismo. Ainda que tendo perdurado em alguns Estados da Federação, a lei foi extinta em 1933, ou seja, dois anos antes da fundação do primeiro grupo de AA.

Não há como negar, portanto, a contribuição histórica de tais ações sociais para o surgimento dos primeiros grupos, contudo, não se resume somente a isso, tampouco a certos movimentos ou organizações sociais restritas à sociedade estadunidense. Vale referir que, durante o século XIX, diversos movimentos de *renovação* e de *socialismo utópico*, para os quais os ideais de “cooperação” e de “auto-ajuda” constituíam alternativas de combate ao desenvolvimento de formas de exploração capitalista, permitem o surgimento de grupos onde tais ideais puderam ser postos em prática. No caso do combate ao alcoolismo, grupos desta natureza irão surgir, por esta época, na França, Suíça e Inglaterra. Tais grupos tendiam a classificar o alcoolismo como um “vício”, deixando a cabo dos grupos de temperança estadunidenses a classificação deste como uma “doença”, ou seja, legando tal concepção aos grupos de AA originados naquele país. Os grupos europeus de auto-

ajuda que combatiam o alcoolismo não se proliferaram pelo mundo como ocorreu com os AA que, de certa maneira, acabaram estabelecendo mundialmente um modelo terapêutico de auto-ajuda para este “problema”. Alguns autores acreditam que o “sucesso” dos AA pode ser explicado a partir do próprio desenvolvimento sócio-econômico dos EUA e da aplicação deste modelo em tantos outros países do mundo, o que facilitou a entrada e permanência dos AA em tais realidades (Calderón, 1981; Menéndez, 1990). Talvez tal aspecto explique o fato de que o primeiro grande “boom” de nascimentos desses grupos em diversos países do mundo, especialmente na América Latina e Europa Ocidental, tenha ocorrido nos primeiros anos que sucederam o final da Segunda Guerra mundial, quando tal modelo sócio-econômico se solidificou nessas regiões.

Voltando à origem dos AA, os *pais fundadores* da irmandade e auto-assumidos *alcoólatras* Bill W. e Dr. Bob faziam parte do grupo de Oxford, que se tratava de “uma entidade de caráter religioso dedicado ao cuidado de pessoas desamparadas” (Soares, 1999, p. 258). As influências deste grupo no que diz respeito às características religiosas da irmandade são notórias e serão mais bem discutidas no terceiro capítulo. Em todo caso, a idéia primordial dos co-fundadores é a do estabelecimento de uma irmandade de pessoas com o mesmo problema (o alcoolismo) que, mediante sua interação, conseguiriam por si próprias (pela sua força de vontade respaldada pelo apoio coletivo) superar este problema que eles viam como uma “doença” com o intuito de restabelecer sua vida dentro da sociedade. A idéia partiu de um encontro entre ambos em que, ao conversarem sobre seus problemas advindos do alcoolismo, se sentiram confortados mutuamente. Perceberam que seria possível fazer o mesmo com outras pessoas que provavelmente passavam por coisas semelhantes.

Estas estórias recheiam diversos materiais de divulgação da irmandade que podem ser conseguidos gratuitamente em qualquer lugar onde se realizam as reuniões, além de existirem diversos livros publicados pelos AA por todo o mundo que contam também com pensamentos, formas de organização das práticas institucionais, perguntas e respostas sobre o alcoolismo, etc. O mesmo ocorre nas páginas de Internet oficiais ou não da irmandade¹².

¹² Sítios oficiais da irmandade dos AA na Internet: www.aa.org (internacional) ou www.alcoolicosanonimos.org.br (nacional).

A idéia de Bill e Bob deu frutos e hoje existem, aproximadamente, mais de dois milhões de membros distribuídos em mais cem mil grupos espalhados por cerca de cento e cinquenta países. No que se refere ao combate do alcoolismo, os grupos de AA se tornaram o recurso terapêutico que mais se desenvolveu, não por acaso sendo aquele que, para alguns contextos sociais, se configure quase que como o único recurso terapêutico para o alcoolismo tanto em sociedades urbanas quanto rurais, isto porque a oferta, tanto em nível oficial quanto alternativo, não supre, em diversas sociedades, a demanda, tanto privada quanto pública, para este tipo de problema social. No Brasil, dados oficiais da JUNAAB (Junta de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos do Brasil) dão conta de estarem registrados mais de seis mil grupos. O primeiro deles foi fundado por um cidadão estadunidense chamado Herbert L. e sua esposa na cidade do Rio de Janeiro, em 1947. Por sinal, as primeiras reuniões desse grupo eram realizadas em inglês existindo, somente depois de um certo tempo, o esforço de tradução dos preceitos presentes na literatura oficial dos AA e da realização dos encontros em português. O Brasil, portanto, pertence ao primeiro “boom” dos AA no mundo do qual me referi anteriormente.

Todos os grupos de auto-ajuda que adaptaram o modelo terapêutico dos AA se caracterizam por seu aspecto voluntário, em torno de um problema social de ordem geralmente moral, em torno de alguma deformidade física, ou ainda que se refira a minorias étnicas, etc. Assim, fazem parte destes grupos pessoas que se identificam mutuamente como portadoras de determinados atributos tidos e vistos como desviantes que, em maior ou menor escala, lhes causam transtornos em sua vida social, com o objetivo de satisfazer uma necessidade comum, sendo normalmente a de superar tais dificuldades que lhes permitam reordenar sua vida dentro daquela sociedade que lhes engloba. Fornecendo apoio emocional, tais grupos incentivam a aproximação entre as pessoas e as relações “face a face”, sob a orientação institucional de uma “literatura” de apoio que ordena seu funcionamento.

O que permeia o funcionamento dos AA, conforme indicou o trabalho de João Trois (1998), é justamente a noção de “grupos de iguais”, ou seja, de pessoas que compartilham sofrimentos e sentimentos de fraternidade que lhes aproximam ao ponto da identificação. Para os membros desta irmandade, a noção de *igualdade* se apresenta como um valor, do qual eles devem compartilhar mutuamente. Através de uma representação própria, os membros dos AA preconizam a idéia de que ninguém melhor do que um alcoólatra pode compreender e ajudar outro alcoólatra.

Em linhas gerais, os AA praticam, conforme se denomina na psicologia, a “terapia do espelho” (Mota, 2004), ou seja, enxergando no outro o seu próprio problema se tornaria mais fácil a reabilitação da pessoa. Além disso, os AA possuem uma doutrina específica e um ritual tradicional que devem ser seguidos por todo e qualquer grupo espalhado pelo mundo, independentemente da cultura autóctone em que venham a estar estabelecidos. Esta espécie de manual está garantida e registrada através dos “códigos” institucionais chamados *Doze Passos*, *Doze Conceitos* e *Doze Tradições*¹³, fora a orientação centralizada em *Escritórios Centrais* (EUA) e *Nacionais* que primam por garantir que o funcionamento da irmandade permaneça inalterado em qualquer lugar no mundo. Conforme o próprio material de divulgação dos AA, estes se definem como:

[...] uma irmandade mundial de homens e mulheres voluntários, vindos de todas camadas sociais, que se reúnem para alcançar e manter a sobriedade. O único requisito para ser membro é o desejo de parar de beber, não havendo a necessidade de pagar taxas ou mensalidades (Alcoólicos Anônimos, 1987).

Na concepção dos AA, o indivíduo só procurará a irmandade quando estiver convencido de que sua vontade, única e exclusivamente, não foi suficiente para lhe abster do uso do álcool, ou que outras técnicas/ procedimentos também não se mostraram eficazes. Esta será a perspectiva mais comum presente no discurso dos membros de AA, manifestadas tanto nas reuniões (no uso do púlpito) que presenciei, quanto nas entrevistas que realizei com diversos membros. Conforme pude apreender da fala daquelas pessoas que entraram em contato com o modelo terapêutico dos AA, posso sugerir que a eficácia terapêutica passará pelo nível de comprometimento destas pessoas para com as prerrogativas da irmandade. É por isso que a lógica de funcionamento dos AA intrinsecamente se dá em caráter *individualizante*: a pessoa deve se enquadrar e a sua recuperação passará, necessariamente, pela educação de sua vontade individual de beber. Para seus participantes, os AA nada mais são do que um modelo, um apoio à sua *vontade*, termo este que se apresenta, deste modo, como uma categoria própria do discurso

¹³ Os *Doze passos*, as *Doze tradições*, os *Doze conceitos* e demais aspectos referentes à organização dos AA podem ser facilmente encontradas em diversos materiais de divulgação dos grupos distribuídos gratuitamente nos locais em que são realizadas as reuniões, ou mesmo pelos sítios oficiais da Irmandade na Internet já mencionados. No terceiro capítulo analiso parte destes expedientes, mas a relação completa dos mesmos podem ser consultada nos *Apêndices* deste trabalho.

dos AA e de seus participantes. Portanto, para a própria irmandade, e para a sua própria noção de pessoa, que consiste naquela que sofre do alcoolismo, para manter sua sobriedade, se interessada em entrar no programa de recuperação de um grupo de AA, deve saber que:

O programa de AA é de total abstinência do álcool. Os membros simplesmente evitam o primeiro gole, um dia de cada vez. A sobriedade é mantida através do compartilhar de experiências, forças e esperanças nas reuniões de Grupos e através dos Doze Passos sugeridos para a recuperação do alcoolismo (Alcoólicos Anônimos, 1987).

O anonimato, em consoante, possui uma importância *sui generis* nesta lógica de funcionamento. Ele permite o conforto necessário para o indivíduo se integrar à irmandade (não esqueçamos que se trata de um indivíduo estigmatizado e por isso, em possível situação de sofrimento e vergonha). Os AA concebem o anonimato da seguinte maneira:

O anonimato é o alicerce espiritual de AA. Ele leva a Irmandade a governar-se, mantendo os princípios acima das personalidades. Somos uma sociedade nivelada. Nos empenhamos em tornar conhecido o nosso programa de recuperação, não os indivíduos que dele participam. O anonimato a nível de mídia (rádio, TV, cinema e imprensa) significa segurança para AA como um todo, especialmente ao recém-chegado, garantindo que sua ligação com a AA não seja revelada (Alcoólicos Anônimos, 1987).

O anonimato e a possibilidade de conforto/ recuperação/ ajuda são os pontos de partida no programa dos AA que atraem tantas pessoas, somados à conexão destas pessoas no companheirismo¹⁴ presente e estabelecido nas reuniões. Todos esses fenômenos “são modos de fortalecer a identidade da pessoa” (Davis; Jansen, 1998). Fora isso, conforme Soares (1999, p. 265-66), o anonimato funciona também como “um dispositivo anti-carismático, um recurso através do qual os AA evitam a diferenciação e o poder”. A importância do anonimato procede, da mesma maneira, em virtude do forte estigma advindo da representação pejorativa existente na sociedade relacionada ao alcoolismo.

¹⁴ O termo *companheiro* é largamente utilizado entre os membros para se referirem uns para com os outros, denotando, portanto, um alto grau de identificação.

Neste primeiro momento, penso nos AA como uma espécie de plataforma terapêutica legítima que deve ajudar os seus participantes a reorganizarem as suas vidas que se encontram atribuladas devido aos problemas enfrentados com alcoolismo. Podemos considerar os Doze Passos e as Doze Tradições como a sistematização do conjunto de valores dos AA que devem se aplicar a todos os seus membros. Dada a suposta eficácia, a base terapêutica dos AA serviu de modelo para muitos tipos de grupos. Em muitos deles, os doze passos e as doze tradições sofreram nada mais nada menos do que uma adaptação peculiar ao tipo de problema que tais grupos combatem. Por exemplo, os Neuróticos Anônimos substituíram, nos passos e nas tradições, os termos relativos ao alcoolismo por expressões pertinentes ao seu campo semântico. Este processo é similar ao caso de outros grupos, como os *Narcóticos Anônimos*, *Jogadores Anônimos*, *Compulsivos por Sexo Anônimos*, etc. Para os pesquisadores D. Robinson e S. Henry (*apud* Helman, 1994), as principais razões que explicam o desenvolvimento destes grupos de ajuda no meio informal, além da já referida constatação do fracasso dos serviços sociais existentes e do reconhecimento do valor da ajuda mútua entre os membros dos grupos, consiste na divulgação, sempre crescente, deste tipo de ação social por parte dos meios de comunicação. E como não dependem financeiramente do Estado ou de outras instâncias privadas, sua expansão, descolada destas instituições, pode se reproduzir com mais facilidade. O próprio caráter gratuito, voluntário e “anônimo” que possuem também facilita este processo.

Em resumo, posso sugerir que os grupos de AA acabaram suprimindo uma série de demandas para os alcoolistas anônimos e para aquelas esferas sociais das quais sua interação foi comprometida de alguma maneira. Além de um modelo terapêutico mais eficaz no combate ao alcoolismo, estes grupos recuperam uma sociabilidade muitas vezes diluída na sociedade moderna.

1.2 “POR DENTRO” DOS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

A descrição das reuniões que será realizada aqui possui, em maior ou menor escala, uma formatação muito aproximada para os diferentes grupos de AA observados. Minha descrição, comparada com os casos resgatados da pesquisa de Stanley Brandes (2002) na Cidade do México, de Leonardo Mota (2004) sobre grupos da cidade de Fortaleza e de Angela Garcia (2004) sobre grupos cariocas apresentou

características muito semelhantes, o que me permite estender tal descrição para os demais grupos de AA existentes, uma vez que estes devem, necessariamente, se remeter aos manuais oficiais da irmandade (sua *literatura oficial*), que prescrevem como devem ser realizadas as reuniões dos grupos. De fato, pude verificar que os membros dão bastante valor a tais materiais, pois costumam levar estes livros consigo para as reuniões, muitos deles demonstrando, pela sua aparência, um uso freqüente, pois não raro estes se encontram bastante rasurados, sublinhados, marcados das mais diferentes maneiras: “estudados”, como preferem dizer meus interlocutores. Alguns, inclusive, chegam a dizer constantemente entre eles ou para mim, seja durante seu depoimento, seja de maneira mais informal, fora do espaço das reuniões, que utilizam estes livros na cabeceira de suas camas, e que jamais dormem sem ler uma ou duas passagens deles.

Devemos levar em conta que cada grupo trata-se do encontro da materialização de representações, valores e expectativas com as particularidades sócio-culturais e individuais dos membros. E que também o papel, a postura e a forma de inserção do pesquisador deve ser levado em conta quando da interação entre este e “seus” observados, que a literatura antropológica convencionou denominar de *outro*.

As considerações mencionadas acima precipitam a descrição de como procurei sempre ingressar nos grupos e das relações que estabeleci junto aos seus participantes, nem sempre isentas de conflitos. As reuniões dos grupos de AA são de dois tipos: *abertas*, nas quais qualquer interessado pode participar: pesquisadores, familiares, “curiosos”, etc, e são estes chamados de *visitantes*; outra, do tipo *fechada*, onde apenas membros dos grupos podem participar. Uma vez inquiridos sobre as diferenças entre os tipos de reunião, a maioria dos membros me relatava que nas reuniões fechadas eram tratados assuntos de *exclusivo interesse dos alcoolistas*, ao contrário das abertas que podiam tomar um “tom” mais informativo quando da presença de visitantes. Com o passar do tempo, na medida em que eu fui estabelecendo relações mais aproximadas com os participantes, alguns membros me confessaram que não existe uma diferença muito grande entre elas, apenas que, nas reuniões abertas, os membros que participam há mais tempo procuram tomar mais a palavra para *explicar* melhor, para os visitantes, no que consiste os AA. Isto me permitiu refletir sobre questões relacionadas à *hierarquia* nos grupos, que vem de encontro aos dogmas da irmandade, que procurarei discutir mais adiante.

Contudo, não raro reuniões de tipo fechada foram “abertas” para que eu pudesse participar. Isto acontecia quando eu chegava no grupo e, ao me apresentar, sempre perguntava para o seu coordenador de que tipo era a reunião. Quando esta era fechada, comumente trocavam-na de natureza a fim de receber um pesquisador, fatos que denotam um sentimento de simpatia dos participantes para com a visita de pessoas de fora da irmandade. Isto não quer dizer que minha presença nos grupos foi sempre percebida de forma isenta por todos. Contudo, de maneira geral, os membros procuravam me passar certa tranqüilidade a respeito de minha presença no grupo, mas pude observar que os membros mais recentes por vezes me dirigiam olhares que passavam certa desconfiança ou mesmo constrangimento. Certa vez, um dos participantes mais antigos de determinado grupo, tendo flagrado um desses momentos, chegou a dizer para um membro novo que a minha presença ali era muito importante para irmandade, pois profissionais como eu serviam para divulgar o “imprescindível trabalho que os AA ofereciam à irmandade”. Este membro mais antigo, chamado de Moacir, também bacharel em Ciências Sociais como eu (o que facilitou nossa aproximação), além de procurar incentivar minha participação na irmandade, procurava “naturalizar” minha presença no grupo para com os demais participantes, pois, em suas palavras, dizia para os outros “entender perfeitamente o que eu fazia ali”; assim, para ele, todos deveriam ajudar em minha pesquisa.

Reconhece-se no dizer de diversos membros um forte sentimento de orgulho pelo fato de pertencerem a esses grupos. Assim, eles procuram incentivar a participação de pessoas de fora para apresentarem e demonstrarem tão valorosa “filosofia terapêutica”, em suas palavras. Por exemplo, na minha primeira visita a um grupo que funciona em uma sala alugada junto a uma igreja católica, encontrei uma pessoa chegando ao local, no pátio desta igreja. Perguntei a ele onde ficava a sala de AA e ele me indicou o caminho. Lá me informei sobre os horários do grupo, dias de reuniões abertas, etc. Ao sair da sala, aquela pessoa avistou-me e se identificou como um membro daquele grupo, oferecendo-me um cafezinho, que beberíamos numa sala ao lado daquela onde funciona os AA, onde são servidos os quitutes oferecidos pelo grupo nos intervalos das reuniões. Aceitei e o acompanhei. Então ele me disse, amistosamente, que eu deveria retribuir o café ficando para a reunião. Expliquei-lhe minha condição de pesquisador, e não de alcoolista, ao que ele não titubeou em dizer: “sim, e qual é o problema? Ficarás para a reunião, não?” “É claro que sim”, respondi-lhe. Portanto, a inserção nos grupos de alguém na qualidade de

pesquisador é facilitada. De forma geral, os membros mais experimentados fazem até questão de contar suas histórias para os desconhecidos, sejam eles recém-ingressados ou visitantes.

Os grupos podem ser fundados por qualquer pessoa alcoolista que se reconheça dentro do perfil de *doente* atribuído pela irmandade e que deseje organizar um *grupo de AA*, ou seja, um grupo que satisfaça a todas as convenções institucionais. Para tanto, eles deverão procurar a sede da irmandade na cidade ou região que dará todo o assessoramento necessário para a abertura do grupo, da mesma forma que este estará subordinado a tal organização.

Conheci o trabalho realizado pela coordenação regional dos AA responsável por todo o Estado do Rio Grande do Sul, situada na capital, em um anexo junto ao prédio da Cruz Vermelha do RS. Quando do trabalho de campo, a coordenação se encontrava sob responsabilidade de Márcio, um senhor aposentado de 60 anos de idade que já frequenta os AA há pouco mais de 24 anos. De dois anos para cá assumiu esta tarefa, pois os demais membros de diversos grupos acreditam ser ele um dos que melhor conhecem o funcionamento da irmandade. Ele sempre procurou me dizer que prefere ficar ligado a um grupo, e não ali “preso” a certos trabalhos burocráticos, mas reconhece que isso é importante e que todos devem contribuir de alguma forma para que os AA permaneçam sempre “fortes”. Além da orientação que esta coordenação deve destinar para os grupos, ela se encarrega da distribuição dos materiais da irmandade para estes ou mesmo da venda, lá mesmo, destes materiais, que vão desde livros e panfletos, até os mais variados itens como a foto dos “pais fundadores”, etc. Em minhas visitas na coordenação pude verificar que, normalmente, as pessoas que fundam novos grupos são aquelas que já participam a algum tempo dos AA e que, portanto já conhecem bem a sua dinâmica e a própria instituição. Quanto à ortodoxia dos mesmos, que poderemos vislumbrar mais adiante, cabe aos membros com maior tempo de participação controlá-la quando das reuniões. Estes membros não possuem nenhuma deferência especial, pois não são chamados de *veteranos*, *mais antigos*, ou coisa que o valha. Os participantes sabem que eles são os mais antigos por diversos fatores, como, por exemplo, pelo fato de, ao se apresentarem, quando de seus depoimentos, sempre declararem seu tempo de participação na irmandade (prática comum dentre os participantes), ou pelo fato de serem os responsáveis pelas primeiras orientações acerca da irmandade para algum membro novo, etc.

Uma vez nos grupos, procurei sempre sentar no fundo da sala, no intuito de passar o mais despercebido possível, ainda que, sempre nas primeiras reuniões em que participei, procurei fazer o uso da palavra que era oferecido a mim, como era oferecido a todos, para explicar a eles quem eu era e em que condição estava participando daquela reunião, agradecendo a oportunidade de ali ser aceito enquanto pesquisador e lhes deixando à vontade para pedir-me para sair caso minha presença os perturbasse de alguma maneira. De fato, nas mais de sessenta reuniões que observei, apenas uma vez tal fato ocorreu. Em alguns casos, minha entrada em algum grupo foi condicionada a formas singulares de negociação. Descrevo este episódio a seguir com o intuito de demonstrar a forma de negociação que tive de estabelecer (ou que foi estabelecida para comigo) quando da minha entrada no grupo em questão.

Participava de minha primeira reunião naquele grupo, na cidade de Caxambu. Por sinal, uma reunião fechada que havia sido aberta para poder me receber. Como de costume, eu havia pedido permissão para tomar notas, o que normalmente era concedido, e que nesta ocasião também havia sido. Um dos participantes chegou atrasado na reunião. Neste grupo, ao contrário do observado em outros lugares, as pessoas sentavam em círculo¹⁵. Ele sentou de frente para mim. Como não chegou a presenciar minha apresentação, evidentemente este membro não sabia quem eu era e, além de ter me identificado como um estranho ali, deve ter percebido a pasta que eu trazia comigo de um famoso congresso acadêmico que acontece anualmente na pequena cidade. Fora isso, eu ainda estava com um bloco tomando anotações. Seu olhar para mim foi sisudo e obtuso. Como sinal de desaprovação, não se intimidou em me olhar “de cima para baixo”, com a testa franzida. Admito ter ficado desconfortado com a situação, mas procurei agir naturalmente, voltando minha atenção para os depoimentos dos outros integrantes. Ele não falou antes do intervalo. Nesse momento, eu permaneci na sala para tirar algumas dúvidas mais gerais sobre o grupo e ele saiu da sala, junto com alguns “companheiros” de AA, expressão que por sinal é compartilhada por todos, quando se referem uns aos outros. Provavelmente alguém deve ter falado com ele sobre mim, quem eu era e o que fazia ali, pois ao reiniciar a reunião ele já me olhava com mais naturalidade. Quando de seu depoimento, procurou freqüentemente a mim com os olhos. Contou um drama

¹⁵ Descrevo melhor essas características no sub-item 1.3.

pessoal que havia passado aquele dia, tendo de ir a uma missa de sétimo dia de falecimento de um primo seu, e que em outro momento não o faria sem se embriagar, mas que o fez de “cara limpa” graças ao apoio do grupo. Como já vinha emocionalmente fragilizado devido a essa situação naquele dia, provavelmente procurando seu conforto junto aos seus companheiros de AA, minha presença naquelas condições seguramente provocou nele um certo desconforto. Depois que ele terminou seu “testemunho” e outro membro começara o seu, ele me olhou e eu acenei com a cabeça para ele e sorri timidamente, em sinal de aprovação pelo seu desabafo, e fui correspondido da mesma forma. Ao final da reunião, ele também veio cumprimentar-me e então pude lhe explicar melhor quem eu era e o que fazia lá. Ele me desejou boa sorte, eu também a ele, que partiu em seguida.

Esse acontecimento demonstra de certa maneira como alguns membros podem lidar com a diferença, representada naquele momento pela minha presença no grupo. Uma vez estas pessoas se conhecerem naquele lugar, já que freqüentam assiduamente as reuniões, a presença de uma pessoa estranha, identificada como um não “igual” (neste caso pela minha pasta), e sem conhecimentos prévios dos motivos de eu estar ali, são fatores que tornam possível uma situação conflitante, de desconfiança e de constrangimento. Contudo, quando tais fatos eram esclarecidos, minha presença nos grupos transcorria invariavelmente sem maiores problemas, sendo, inclusive, encarada com certa simpatia pelos membros.

Minha posição de visitante/ pesquisador, a forma de me posicionar no campo, de me situar, de abordar as pessoas determinavam o maior ou menor impacto que minha presença causava nos grupos, e os possíveis conflitos advindos dessa condição. Portanto, procurei sempre me abster de discussões que pudessem causar perturbações em minha interação para com eles, como, por exemplo, debates acerca de política ou de futebol, assuntos comuns entre aqueles homens nos momentos que antecedem as reuniões, nos intervalos e nas saídas das mesmas. Evidentemente, eu sempre fui convidado a participar dessas discussões, mas sempre procurei opinar da maneira mais razoável possível, a fim de não adentrar em controvérsias que prejudicassem minha participação no grupo, ou que provocassem a antipatia de algum membro. Não era esse o meu papel. Talvez essa postura tenha facilitado, de maneira geral, minha interação com esses interlocutores, inclusive no momento das entrevistas que realizei com alguns deles.

Conforme afirmava Malinowski (1978), perguntas diretas suscitam respostas idealizadas, o que torna importante observar discursos além do verbal, confrontar falas, etc. Assim sendo, minhas entrevistas foram sempre de caráter *aberto*, ou seja, eu pedia para eles me narrarem suas histórias de vida, falando o que quisessem, apenas interferindo em alguns pontos mais específicos, como aqueles relacionados à religiosidade ou relacionados à participação das mulheres. Muitas entrevistas foram realizadas de maneira informal, ainda que eu fizesse uso do gravador, como, por exemplo, quando entrevistei um membro durante cerca de duas horas sentado em uma escada na frente de um prédio na rua (que não era o de sua residência), ou quando entrevistei um interlocutor no interior de seu carro durante uma carona. Precisei de umas cinco “caronas” para fechar esta entrevista. Por vezes, ao sair da reunião, eu procurava acompanhá-los até o ponto de ônibus para seguir conversando e, não raro, eu tomava o mesmo coletivo com um ou outro membro, para seguir nossa conversa. Apenas como exemplo, lembro de uma vez em que saía de uma reunião de Al-Anon quando fui abordado por uma participante do grupo, esposa de um alcoólatra, quando eu voltava para casa e já estava a umas duas quadras de distância do local onde funcionava o grupo. Eu saíra rápido, pois chovia muito naquela noite. Aquela mulher, Dulce, me alcançou em um semáforo e falou sobre seu desejo de se separar do marido, custasse o que custasse. Depois desse acontecimento, quando eu tinha dúvidas, era a ela quem eu procurava para conversar, pois sabia de sua confiança em mim, o que permitiu que essa interlocutora se tornasse “chave” para minha pesquisa.

Esse evento contribuiu para que eu percebesse que os participantes desses grupos, tanto dos AA, quanto dos Al-Anon, são investidos por seus grupos de uma necessidade de contarem suas histórias, de falarem para os outros sobre seus sofrimentos e dramas pessoais. Claro que não são todos que agem dessa maneira, mas esse consiste num comportamento de certa forma comum entre os participantes, acostumados a falarem de si e de sua vida para os outros. Mas ainda assim existem certos limites, pois mesmo que seja impossível mensurar tais aspectos, diversas histórias de vidas e acontecimentos pessoais não devem ser contados, ou o são de maneira diferente. O importante me parece ser o fato de observar que aquele espaço representa uma plataforma terapêutica para ajudar essas pessoas a reorganizarem suas vidas.

1.3 DA SALA E DO RITUAL

Comumente, as salas onde se realizam as reuniões dos AA estão dispostas como qualquer outra sala aula. Diversas cadeiras, alinhadas em filas, se voltam para uma mesa maior à frente na qual estão dispostas duas pessoas: o coordenador da reunião e seu secretário. As salas são relativamente pequenas e fazem as pessoas se sentarem muito próximas umas as outras, o que denota um sentido maior de aproximação entre todos. O único grupo que participei e que as pessoas sentavam em círculo era o da cidade de Caxambu. Reparei que no mural dentro da sala havia uma fotografia de uma outra sala, de um grupo de uma cidade vizinha, disposta da maneira que peculiarmente é apresentada uma sala de AA, com as cadeiras numa posição como as de uma sala de aula. Não descobri se a organização em círculo ou como uma sala de aula são particulares ou derivadas de algum modelo, mas quando perguntei sobre o assunto, fui informado pelos membros do grupo que se organizavam em círculo que eles assim preferiam e que isto *não feria nenhum ideal da irmandade*. A foto servia apenas como informação da existência do outro grupo, se algum viajante precisasse, etc. Mas, ainda que o fizessem de maneira diferente dos demais – e esse aspecto era de conhecimento deles – existiu essa preocupação de deixar claro que eles não estavam *ferindo nenhum princípio dos AA*. Na prática, esta disposição dos móveis na sala fazia com que os participantes tomassem a palavra em ordem, a partir da direita do coordenador, que sentava atrás de uma mesa, diferente das demais salas observadas, onde os participantes tomam a palavra apenas quando se sentiam estimulados a fazê-lo. Não raro, nas demais salas, os momentos de silêncio são comuns, depois do coordenador abrir o espaço para os depoimentos. No caso desse grupo, formatado espacialmente na forma de círculo, isso não acontece e todos se sentem impelidos a falar, ainda que o recurso de passar a palavra adiante pudesse ser usado pelos membros.

Na sala organizada na forma de círculo parece haver uma noção maior de *democracia* e de *igualdade* entre os membros, isto porque, conforme pude observar nas demais salas, dispostas como uma sala de aula, os membros mais antigos costumam se sentar mais à frente, e os mais recentes no grupo, procuram o fundo da sala, talvez com o intuito de passarem mais despercebidos que os primeiros. Além disso, apresentar-se no formato de uma sala de aula de certa maneira dificulta o diálogo entre os participantes e reforça um sentido maior de autoridade do

coordenador, sentado na mesa principal à frente, junto com seu secretário. Ao depoente também pode ser investidos uma certa autoridade, poder e importância, pois este fala de pé, ao lado dessa mesa, voltado para todos. Costumam dizer os membros que desta forma o depoente representa o porquê de todos estarem ali: *unirem-se em prol da educação de suas vontades individuais de beber*. Na visão dos AA, tal modelo indica uma preocupação da irmandade para com a possibilidade de debate entre essas pessoas, que podem se encontrar debilitados emocionalmente, inspirando antes de tudo *apoio*, e não conflitos de opinião ou represálias. Para os membros, se organizar como uma sala de aula permite a observância destes fatores. Este não parece ser o caso dos grupos de familiares de alcoolistas, denominados de Al-Anon, que apresento no próximo capítulo. Estes grupos se organizam em círculo e não raro as pessoas ali se interrompem, debatendo e trocando idéias e experiências que possam lhes auxiliar no seu convívio com alcoólatras e alcoolistas. Para os participantes dos grupos de AA, em sua maioria homens, o fato dos membros se colocarem de pé, em frente aos demais no momento de seu “testemunho”, denota um certo sentido de *virilidade*, por terem de encara a todos de pé, ao falarem, ao contrário dos grupos de Al-Anon, freqüentados quase que exclusivamente por mulheres. Certa vez me falou um dos membros:

É! Ficar *sentadinho*, no conforto da tua cadeira é fácil, mesmo. Fala fácil... Agora, *ser homem* o suficiente pra encarar todo mundo nos olhos e contar aquele monte de merda que tu fez, aí sim, eu quero ver. Não é fácil não, Marcelo. Às vezes dá um nervoso. Mas com o tempo a gente se acostuma e depois, já acaba conhecendo quase todo mundo que tá ali mesmo, né? (Daniel, cinco anos de AA, 58 anos de idade, profissional liberal, grifos meus).

Nesta fala, utilizar o verbo *sentar* no diminutivo quando do uso da palavra em uma reunião claramente denota uma tentativa de menosprezar tal ação, conseqüentemente enaltecendo seu contrário, *ficar de pé para falar*, com o claro intuito de demarcar o que significa *ser homem* e qual a ação esperada para *um*. No próximo capítulo procuro explorar mais este tipo de questão.

Lembremos que dificilmente encontraremos grupos em locais que não sejam destinados para outros fins, como as igrejas ou associações de bairro e que, portanto recebam o fluxo das mais diferentes pessoas que podem perfeitamente, nos dizeres de Goffman (1988), estabelecer uma biografia pejorativa para os membros do grupo baseada em representações compartilhadas socialmente, pelo simples fato de vê-los dentro de uma sala de AA.

As salas que observei continham quadros, fotografias, imagens e retratos dos mais diferentes tamanhos, dispostas em suas paredes, além de outros materiais, como placas luminosas, por exemplo. Os membros me explicaram que as salas são assim há bastante tempo. Em uma delas, por exemplo, sobre a porta de entrada da sala, um pouco ao lado da mesa do coordenador e de seu secretário, há uma placa luminosa que acende e apaga os dizeres:

Alcoólicos Anônimos. A reunião é fundamental. Evite o primeiro trago de 24 em 24h.

A placa “pisca” durante toda a reunião, como um aviso “vivo”, sempre a lembrar a todos porquê estão ali. Além deste tipo de material, comumente se encontram nas salas vários quadros, como: a “*Oração da Serenidade*”; quadros para escrever; cartazes com diversos tipos de dizeres como, por exemplo: “*quem você vê aqui, o que você ouve aqui, quando você sai daqui, deixe que fique aqui*”; ainda quadros com “os doze passos” e “as doze tradições” e por vezes os “doze conceitos”; não raro figuram nos grupos um quadro com a foto dos dois “pais fundadores”, Bill e Bob. Este tipo de material pode ser encontrado para venda nas coordenações dos grupos. Certa vez, o coordenador da central de AA do Rio Grande do Sul me explicou que antigamente quadros como os de Bill e Bob, “os pais fundadores”, eram bastante procurados pelos novos grupos para “enfeitar” suas salas. Disse-me ele ainda que isto vai totalmente de encontro às idéias que os próprios Bill e Bob preconizaram para os AA, ou seja, de uma irmandade sem paternalismos ou promoções de imagem ou qualquer outro aspecto que atingisse o princípio maior do *anonimato*. Até o fechamento deste texto, as fotos dos “pais fundadores” (que compõe um só quadro) ainda podiam ser compradas na coordenação, pelo preço de cinco reais. Aliás, preço um pouco caro se contarmos que a foto se trata de uma fotocópia em preto-e-branco, tamanho A4¹⁶. O enquadramento fica por conta de cada grupo. Alguns grupos podem contar com o mapa do Estado, da cidade e do local onde são realizadas as reuniões (como no caso do grupo de Caxambu), alvará de licença de funcionamento, tabela de preços de algum material/ literatura e quadros onde podem ser escritas algumas informações sobre a reunião do dia, como por exemplo, quando se trata de uma reunião festiva que comemora o aniversário do tempo de participação de algum membro: “Reunião do dia X, Grupo X, Aniversário de dois anos de *membro tal*”. De

¹⁶ Vide *Anexos*.

maneira geral, quadros com os doze passos, as doze tradições e com a *Oração da Serenidade* se encontravam em todas as salas que observei, por se tratarem dos princípios fundamentais da irmandade.

Tais elementos ajudam a compor um discurso visual dos AA, a partir de uma estética sóbria e austera. Consoante a isso, passam simbolicamente a idéia de seriedade da irmandade e de tradição. Declarou-me, certa vez, um dos membros:

Aqui é um lugar sério e para gente séria, disposta a se tratar [...] Quem estiver a fim de bagunça ou outra coisa, aqui não é o lugar! (Dorival, participante há quatro anos, funcionário público aposentado, 54 anos).

Normalmente existe um espaço nas salas destinado ao preparo do “cafezinho” que será consumido durante o intervalo. Em alguns grupos, que possuem mais de um espaço, este lugar pode se encontrar fora da sala, em uma outra ou no final de algum corredor, por exemplo. Antes do início de cada intervalo é lida a sétima tradição¹⁷, pois neste momento é passada a “sacolinha” onde somente os membros podem contribuir com alguma quantia que serve para as despesas do grupo, como as despesas com o material de limpeza das salas, com o preparo do “café” (tarefas normalmente realizadas por algum membro, em caráter de revezamento) e pagamento do aluguel da sala. Como os AA não aceitam nenhum tipo de filantropia, pois podem correr o risco de perder sua autonomia ao “dever favores”, grande parte dos grupos funcionam em salas alugadas que pertencem a igrejas ou associações de bairro, pois o custo se torna bem menor. Para se ter uma idéia, o custo de uma sala alugada junto a uma igreja pode não passar de quinze reais por mês. Já uma sala alugada junto a uma instituição, como a Cruz Vermelha, custa, mensalmente, cerca de cento e oitenta reais. O coordenador sempre lembra, em voz alta, que os visitantes estão isentos. Da mesma maneira que Garcia (2004) no Rio de Janeiro, presenciei reuniões em que membros visivelmente menos favorecidos do ponto de vista material fingiam depositar alguns trocados na “sacolinha”, com a intenção latente de corresponder aos princípios identitários de igualdade presente nos grupos. Confesso não ter conseguido ver com exatidão, mas tive a impressão de que os membros mais antigos nos AA depositam as maiores quantias na sacola. No caso do grupo de Al-Anon observado, pude verificar que a participante mais antiga deposita de fato as maiores quantias.

¹⁷ Sétima tradição: “Todos os grupos de AA deverão ser absolutamente auto-suficientes, rejeitando quaisquer doações de fora”.

Durante o intervalo, alguns membros permanecem na sala conversando e tomando café, mas a maioria vai ao pátio fumar cigarros e conversar. Esse momento é muito importante do ponto de vista etnográfico, pois nele é possível conversar com os membros (e escutar suas conversas) sobre os mais diferentes assuntos.

A coordenação do grupo é sempre alternada, o que reafirma o preceito presente na segunda tradição da irmandade (evitar hierarquizações), além de também se caracterizar como um dispositivo anti-carismático. Ambas as pessoas são voluntárias e presidirão as reuniões durante um período de tempo que varia de grupo para grupo. Na falta do coordenador, cabe a algum membro mais antigo do grupo presidir aquela reunião, de forma voluntária. O mesmo ocorre com o secretário, seu assessor.

As reuniões duram cerca de duas horas, com um intervalo de quinze, vinte minutos. Este tempo pode ser estendido conforme o número de participantes e da necessidade de todos fazerem o uso da palavra. Além do coordenador e de seu secretário, as reuniões recebem um quorum que pode variar de sete a até vinte, vinte e cinco pessoas. Isto dependerá de onde o grupo está localizado e do horário das reuniões. Os grupos mais centralizados, nas reuniões noturnas, e que não realizam reuniões diariamente costumam ser aqueles que recebem maior público. Os grupos que realizam reuniões diárias tendem a formar um grupo de pessoas mais coeso, pois que menor. Presenciei um grupo dessa natureza aonde uma turma de sete pessoas ia diariamente nas reuniões noturnas, de segunda a sábado. Como eu somente podia participar das reuniões das quintas-feiras, que eram abertas, nos demais dias me resignei a apenas a observar a chegada das pessoas. Neste grupo, não chegaram a “abrir” uma reunião fechada para que eu pudesse participar, diferentemente do que ocorreu em outros grupos. Depois, quando os questioneei sobre sua participação constante no grupo, eles me confirmaram que procuravam sempre se encontrar nas reuniões de AA. O que mais me chamou a atenção foi o fato de ter descoberto que parte deles eram companheiros de bar tempos atrás, onde também se encontravam diariamente, só que para beber.

Nas reuniões pude constatar que os membros falam sobre os mais diferentes assuntos, como, por exemplo, sobre o dia de trabalho, sobre mulheres, futebol, política, deixando de lado as histórias que envolvem diretamente seus problemas com o álcool. Conforme discutirei no capítulo seguinte, a participação dos homens é majoritária. Apenas para se ter uma idéia, nessas mais de sessenta reuniões que

presenciei, em apenas três havia uma mulher, exceção feita para as reuniões de um grupo que conta com uma mulher que o frequenta com assiduidade.

Do começo ao fim, as reuniões são extremamente *ritualizadas*. Em linhas gerais, a partir da perspectiva de Victor Turner (1974) sobre o tema, os rituais são perpassados por fases de separação e de agregação, permanecendo em um estágio liminar antes de percorrer todo o processo. No caso dos AA, o momento de separação poderia ser compreendido como aquele que precipita o membro a fazer o uso da palavra para os demais, sendo este o momento liminar antes da posterior agregação ao grupo, na condição de ouvinte, como todos os demais. *Ritualmente*, assim começam todas as reuniões: após os participantes assinarem a lista de presenças e se acomodarem nas cadeiras é feita (com muito fervor, diga-se de passagem) a “Oração da Serenidade”:

Concedei-nos, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que não podemos modificar, coragem para modificar aquelas que podemos e sabedoria para distinguir umas das outras.

Nesta oração estão representadas três importantes ações perseguidas pelos membros para sua plena recuperação do alcoolismo, que não obstante deram nome a este trabalho. Eles desejam ser *serenos*, *corajosos* e *sábios*, não somente para enfrentar seus problemas relacionados com o alcoolismo, mas também para lidar com os demais desafios que a vida lhes proporciona. Normalmente, esta oração é realizada com os membros sentados, sob a máxima concentração possível, mas cheguei a participar de um grupo em que a oração era proferida de pé, quando do final da reunião, depois da leitura da ata desta, realizada comumente pelo secretário. Mas antes, no início da reunião e após a primeira oração, transcorrem aproximadamente trinta segundos para reflexões. Em alguns grupos, esse tempo pode ser menor, mas invariavelmente já percebi que os coordenadores procuram marcar esse tempo no relógio. Passado esse tempo, são lidas pelo secretário ou pelo coordenador algumas passagens de um livro de mensagens dos AA. Feito isto, o coordenador abre espaço para as intervenções dos membros. Se por ventura nenhum membro se encoraja para fazer uso da palavra, pode ser lida outra passagem, outro pensamento. Todos os coordenadores sempre incitam os presentes da mesma maneira, com os seguintes dizeres:

A cabeceira de mesa está à disposição...

Naquele grupo organizado em círculo, o coordenador se volta para o membro a sua direita e lhe oferece a palavra, nominalmente. Estes o fazem sentados em seus lugares, pois os demais participantes podem vê-los sem dificuldade. Nos demais grupos observados, em formato de sala de aula, ao lado da mesa do coordenador e de seu secretário se posicionam todas as pessoas que tomam a palavra durante as reuniões. Essas pessoas permanecem sempre de pé ao lado esquerdo ou direito da mesa e são atenciosamente ouvidas pelo resto dos participantes da reunião que, respeitosamente, jamais se manifestam, pois devem dar espaço para o depoimento do outro, “que lhe ouviu e que agora também possui o pleno direito de falar e de ser ouvido também”.

O tempo de cada intervenção é cronometrado pelos integrantes da mesa (no máximo dez minutos por pessoa), ao passo em que, esgotado o tempo, o coordenador avisa ao membro para concluir sua fala. Nem todos os membros fazem uso de todo o tempo, mas a maioria, especialmente os mais antigos, costumam ocupar todo o tempo disponível.

O controle do tempo do depoimento e o uso destinado a ele pelos membros tornam possíveis duas observações. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao controle, pude constatar, a partir de inúmeros depoimentos, que a vida de vários participantes antes da entrada na irmandade fora marcada pela indisciplina, incontinência e irresponsabilidade com relação ao tempo, quando, por exemplo, eles faltavam a compromissos devido ao uso abusivo do álcool. Esta forma de normatização permite que se crie um ambiente de ordem, não apenas dentro dos grupos, mas também nas vidas dos membros fora da irmandade. O depoimento de Olavo, proferido no púlpito em uma das reuniões, exemplifica bem esse aspecto:

Quando eu estava na *ativa*, eu não tinha hora pra nada. Não tinha hora pra acordar, e claro, também não tinha pra dormir... Teve uma vez que meu irmão me arranhou um trabalho. Ele me falou: “olha Olavo, tu tem que chegar cedo lá pra falar com o homem. Já está tudo certo. Não vai me ‘queimar’ com ele. O trabalho é para ti”. Bah, era dinheiro certo. De manobrista numa garagem. Eu tava precisando, e o meu irmão trabalha lá. Tava tudo certo. O problema é que na noite anterior eu acabei encontrando uns amigos e acabei num bar, ou em dois, três [risos]... Bem, nem preciso dizer mais nada. Era umas duas da tarde quando eu acordei. Nem apareci lá. Meu irmão ficou sem falar comigo um tempão. Agora, que eu não bebo, não faço mais dessas aí... (Olavo, dois anos de grupo, 35 anos de idade e ocupação desconhecida).

Depoimentos desta natureza são comuns, de perda de compromissos, ou de empregos. Adriano, de 42 anos, que participa há quatro anos dos AA, relatou que havia conseguido um excelente emprego na Caixa Econômica Federal. Era concursado inclusive. Em suas palavras, “botou fora” o emprego, pois não conseguia acordar pela manhã para ir trabalhar devido aos seus “porres” das noites anteriores. Hoje, trabalha como autônomo vendendo para lojas capas para celulares, o que lhe garante uma renda muito inferior se comparado ao que ganhava no Banco.

O tempo de dez minutos, que costuma ser todo explorado pelos mais antigos, acaba lhes consagrando um certo grau de autoridade perante os demais, pois alguns chegaram a me relatar que eles sempre falam bastante porque, “por terem mais experiência”, sempre tem algo de *mais importante* para dizer aos demais, especialmente para os novatos. Voltarei a questão da autoridade/ hierarquia mais adiante.

Em todas as reuniões, as intervenções podem ser intercaladas pela leitura de alguma passagem de um dos livros dos AA. Já para efeito de compreensão a partir dos discursos da construção da identidade dos alcoolistas anônimos, *todos* os membros – sem exceção – abrem sua intervenção com os dizeres:

Boa noite a todos. Meu nome é *fulano* e eu sou um alcoólatra em recuperação...

Esta é uma característica marcante do ritual das reuniões, e demonstra a afirmação de uma identidade entre os membros, ou seja, todos se dizem *alcoólatras em recuperação*. Da mesma forma, ao final de cada intervenção, todos os membros declaram:

... E o que eu desejo para mim é o mesmo que desejo para todos: mais 24 horas de sobriedade e serenidade!

O que eu desejo para mim é o mesmo que eu desejo para todos, ou seja, para todos que são *iguais* a mim. Mais uma vez a afirmação identitária se mostra presente. Dito isso, que pode ser seguido por uma efusiva salva de palmas dos demais participantes, ou apenas por um coletivo “obrigado”, o coordenador deseja:

Muito obrigado companheiro *fulano*... Que o Poder Superior te proporcione mais 24h de sobriedade e serenidade!

Esta é a forma usualmente adotada pelos coordenadores para encerrar a intervenção dos membros. Ademais, os membros sempre se portam de maneira repetitiva, tanto no início, quanto no fim de sua intervenção, mesmo que falassem sobre os mais diferentes assuntos. Assim, aparece pela primeira vez em neste relato a dimensão religiosa dos grupos, através da idéia de um Poder Superior. Conforme qualquer tipo de religião ou de religiosidade secular, que carecem de mitos, símbolos, instâncias superiores que consagrem autoridade e submissão, e rituais para manifestar tais categorias, a partir de minha etnografia percebi que os AA possuem um forte apelo religioso, apesar de não se identificarem enquanto uma religião, mas antes enquanto um programa terapêutico que pode ter como uma de suas bases a religião. Tal dimensão será discutida no terceiro capítulo.

Analisando o texto de um dos materiais de divulgação dos AA, percebi a presença de alguns elementos que discuti até aqui e que coadunam a identidade coletiva do grupo:

O programa de AA é de total abstinência do álcool. Os membros simplesmente evitam o primeiro gole, (a) *um dia de cada vez*. A sobriedade é mantida através do (b) *compartilhar de experiências*, forças e esperanças nas reuniões de Grupos e através dos Doze Passos sugeridos para a (c) *recuperação do alcoolismo* (Alcoólicos Anônimos, 1987, grifos meus).

Em (a) está representada a questão temporal (24h em 24h). A fim de preservar e fortalecer sua identidade social, o membro deve freqüentar diariamente as reuniões, e de fato tive a oportunidade de conhecer pessoas que participam diariamente de reuniões há mais de dez anos, o que não é de todo incomum; contudo, o recorde, dentre todos meus interlocutores cabe a um senhor (Márcio) que participa da irmandade há 24 anos; a seguir (b), o caráter de uma comunidade terapêutica aparece bem evidente, pois incita os membros a se reunirem e compartilharem de experiências a fim de se tratarem; por fim (c), a apresentação do termo *recuperação* propõe um discurso produzido a partir de uma concepção de crise permanente.

Com relação ao compartilhamento das experiências, que se realiza através do *ouvir, falar e ouvir novamente* o que o outro tem a dizer permite constatar que nas reuniões dos grupos de AA existe uma forte carga de um *sentido de dívida*, termo clássico cunhado por Marcel Mauss (2003). A *dívida*, portanto, nos sugere ser o

princípio que dinamiza as ações entre os membros dos grupos de AAs, pois é o que lhes garante a possibilidade de receber e de proporcionar a ajuda necessária para lhes manterem afastados da bebida. Como todo sistema de dádiva, este princípio deve criar uma forte rede de sociabilidade. De maneira mais específica, Jaques Godbout (1999), aplicando o modelo de Mauss para os AA, sugere que estes grupos recuperam exemplarmente o princípio de *dádiva*, que se encontra tão diluído na sociedade contemporânea. Assim:

Não pode persistir nenhuma dúvida a respeito dos AA: trata-se de um sistema de dádiva, tanto na filosofia dos grupos quanto no seu modo de funcionamento. A pessoa que aceita tornar-se membro deve reconhecer que é alcoólatra e que não pode livrar-se desse problema sozinha, que sua capacidade de afastar-se do álcool lhe virá de outro lugar, de um dom concedido por uma força superior tal como [ela própria] a concebe (Godbout, 1999, p. 85).

Alguns dos materiais de divulgação, definidos como a literatura oficial dos AA, se destinam justamente a estabelecer o modelo terapêutico que deve ser rigorosamente seguido pela irmandade (que possui no princípio de dádiva uma de suas bases, ainda que a irmandade não utilize esta forma de denominação). O conjunto de informações, dogmas, ordenamentos, etc, que compõem a vasta literatura dos AA se tratam de uma forma de *codificação escrita* dos preceitos terapêuticos da irmandade. Temos por exemplo, livretos como *A.A., como funciona* (Alcoólicos Anônimos, 2003a), que se destina a apresentar, de maneira rápida e simples, o modo de funcionamento da irmandade, tanto para o público em geral quanto para os recém-chegados, ou como *O grupo de A.A.: onde tudo começa* (Alcoólicos Anônimos, 2003b), que explica como surge, como funciona e que atividades desenvolve um grupo de AA, ou ainda publicações mais específicas como as *Sugestões para coordenar reunião de novos* (Alcoólicos Anônimos, 1999), que explicam como os coordenadores devem se portar e como devem organizar uma reunião que conta com a primeira visita de um membro em potencial.

Com relação a este último ponto, tive a oportunidade de presenciar algumas reuniões com membros novos e posso afirmar que elas possuem características distintas das demais. Nessas reuniões, o coordenador procura enaltecer a visita do novo membro, desejando-lhe sorte e que permaneça no grupo, apresentando-o prontamente para os demais membros, dizendo *que este participante é a mais*

importante pessoa daquela reunião. O coordenador procura deixar claro, também, que *ele não precisa falar se não desejar, mas que é importante que escute os demais e que procure retornar na próxima reunião.* Também os outros membros procuram dirigir suas falas, naquela reunião, para o novo participante, a fim de integrá-lo e garantir a continuidade de sua participação. Mais uma vez, também nesse caso, os momentos tanto do intervalo, quanto da saída são importantes, pois os membros procuram conversar com o novo participante da forma mais receptiva possível. Já aconteceu, inclusive, de procurarem me apresentar em um intervalo para um novo membro com o intuito de demonstrarem para ele *o quão importante e séria era a irmandade, por despertar o interesse de pesquisadores da Universidade, como eu, induzindo-me a incentivá-lo (também) para freqüentar as reuniões.* Nessas situações, minha postura não foi de distanciamento, mas antes de promoção da irmandade dos AA.

A partir destas dimensões expostas das reuniões percebemos claramente a existência de uma comunidade terapêutica que faz uso de um ritual performático peculiar que serve para os fins almejados pelo discurso dos AA e para a constituição de uma identidade de alcoolista anônimo.

1.4 OS MEMBROS

Os membros dos AA possuem um perfil peculiar. Tentarei chamar a atenção para alguns elementos que são compartilhados e que compõe tal caracterização. Contudo, procurarei demonstrar também que existe uma diversidade entre os membros que possuem características que destoam daquelas mais recorrentes. Em sua grande maioria, os grupos são constituídos por homens que se encontram em uma determinada etapa de suas vidas, a saber: são pais e maridos, e invariavelmente se apresentam como os responsáveis pelo provento de suas famílias. Tal aspecto inviabiliza uma caracterização etária desses participantes, pois a idade em que se estabelece essa condição de “chefe de família” pode variar de pessoa para pessoa. Por isso os grupos contam com pessoas que têm desde 22 anos (o mais jovem que presenciei participando de uma reunião), até senhores de setenta e poucos anos, ainda que prevaleçam homens de meia-idade (30 a 50 anos). Contudo, tal caracterização permite afirmar que tanto as mulheres, quanto solteiros mais jovens que não possuam filhos estejam mais para exceções dentro de uma sala de AA, do

que para regra, como os outros. Tais características serão mais bem discutidas no capítulo seguinte, mas o que posso adiantar é que a falência desse papel de provedor em função do alcoolismo pôde precipitar o ingresso desses homens nos AA, criando grupos com uma atmosfera extremamente masculina e invariavelmente *hostil* a feminilidades de qualquer natureza. Esta hostilidade se expressa de maneiras diferentes, como, por exemplo, quando os membros adotam discursos tidos como “machistas” que chegam a ridicularizar uma mulher. Certa vez, Daniel (de 53 anos e há cinco nos AA) falou que estava bem melhor agora, sem nenhuma mulher para ficar “lhe enchendo o saco”! Este tipo de discurso destoa daquele que eu escutei com mais freqüência dentro dos grupos, que procuram colocar as mulheres na posição de “vítimas do alcoólatra”, o que não se percebe de forma menos “machista”, uma vez colocar a mulher em um plano de passividade quase que absoluto perante o alcoolista. Mas tal posição causou-me um certo estranhamento, uma vez eu ter conhecido nos grupos de Al-Anon, onde freqüentam uma maioria de mulheres, ex-esposas de alcoolistas que abandonaram seus maridos e se tornaram responsáveis pelo seu sustento e pelo sustento dos filhos, já que, em muitos casos, o ex-marido se encontrava, devido aos problemas com o alcoolismo, desempregado e incapaz de pagar pensão alimentícia para os filhos. Um caso exemplar é o de Vera, de 36 anos, costureira que já vive há cerca de seis anos sem o marido (que ainda bebe), e que sustenta a si e aos filhos sem a ajuda do mesmo. Eu lhe perguntei se o marido freqüentava os AA, e ela respondeu que chegaram a ingressar juntos nos grupos, para tentar salvar o casamento. Ele recaía sempre, não trabalhava e inclusive a agredia vez que outra, até o dia em que ela resolveu deixá-lo, mas não ao grupo de Al-Anon, que freqüenta já faz seis anos.

Voltando à questão da criação de um ambiente caracteristicamente masculino, não por acaso, em mais de três anos observando grupos, *já* presenciei uma única reunião que contasse com a participação de um homossexual assumido. De maneira alguma estou afirmando aqui que não existam mulheres, homossexuais ou solteiros sem filhos nos grupos de AA, tampouco que a irmandade barra, seja de forma direta ou indireta, o acesso desse tipo de pessoas em suas reuniões. Estou afirmando apenas que existe uma espécie de perfil comum dentre a maioria dos membros dos AA e qualquer observação em qualquer grupo latino-americano pode comprovar essa afirmação. Entretanto, com relação àqueles perfis diferentes daquele mais observável nos grupos, chamo a atenção para a história de Fernando, um rapaz

de 22 anos, solteiro, sustentado pelos pais (portanto, fora da categoria de *provedor*), que participa de um grupo há quase dois anos, por insistência de sua mãe. Este membro, por sinal o mais novo dentre os participantes do grupo, é tido como uma espécie de “xodó” dos mais velhos e se encontra bem integrado no grupo. Os membros o chamam de *Nandinho*¹⁸. Nandinho, portanto, já que não possui certas características que normalmente são utilizadas como categorias de identificação entre os membros, como, por exemplo, ter filhos, problemas com uma companheira no lar, ou financeiros, etc, estabeleceu para com os demais, como elemento de identificação¹⁹, suas histórias de boêmia e de “malandragem”. Depois de contar suas estórias, invariavelmente percebi outros membros mais velhos expressarem comentários do tipo: “bah, quando eu tinha a tua idade eu era pior que tu”, ou “tu é fogo, hein guri? Dessas nem eu aprontei”. Esta foi a maneira que os membros trataram este tipo de diferença, ou seja, procurando lhe integrar, até porque, querendo ou não, ele se tratava de um homem, capaz de despertar, por este simples aspecto, a simpatia dos demais. No caso de um homossexual, em seu discurso, eles me diziam que para os AA não existe essa de “diferenciar as pessoas”, sejam eles “pretos, brancos, colorados, gremistas, gueis, mulheres, homens, etc”. Basta se identificarem como alcoólatras que seriam bem-vindos nos grupos. Mas como não tive a oportunidade de presenciar nenhuma reunião em que esta situação se colocasse, eu já não sei como eles se comportariam. No caso específico das mulheres, o capítulo seguinte procura desenvolver esta questão amiúde.

De forma geral, os membros dos AA sofreram intensos processos de estigmatização antes de sua entrada na irmandade. Algumas dessas estórias serão contadas ao longo desse trabalho, mas o que posso anunciar desde já é que, para eles, o maior sofrimento e causa de vergonha foram sempre aqueles relacionados às suas famílias, envolvendo violência doméstica, psicológica ou física que causaram, ou situações de fracasso no provento de sua família. A história de Mauro demonstra um exemplo de drama familiar que muitas vezes precipita a pessoa para os grupos de AA:

¹⁸ Evidentemente, trata-se de um nome fictício. Os membros usam o diminutivo de seu nome verdadeiro para se referir a ele.

¹⁹ Lembremos que os AA se caracterizam como uma espécie de “grupos de iguais”, necessitando, portanto, de tais elementos de identificação mútua, que não necessariamente se restringem aos problemas advindos do uso social abusivo do álcool.

Eu vou te contar a minha história... Eu enlouqueci. Enlouqueci por causa da bebida. Eu sempre chegava bêbado em casa, e sempre dava confusão com a minha mulher. Brigas mesmo, e das feias. Uma vez, eu cheguei mal e ela começou a me encher o saco. Eu tava putado da cara porque tinha gasto o que eu não tinha na merda do bar. Aí ela começou a me xingar, a berrar comigo, porque não tinha nada pra comer em casa, pra dar pras criança, já lá, na porta do apartamento, quando eu ainda tava subindo as escadas. Sabe o que eu fiz? Cheguei do lado dela e gritei: “cala essa boca vadia!” E aí eu empurrei ela pela escada. Ela caiu uns oito degraus. Eu olho pra frente e vejo minha filha no sofá chorando. Ela tinha uns onze anos na época. Daí eu me lembrei da minha outra filha, e, num tipo de lapso de memória [...] fui ver minha mulher. Ela tava chorando no pé da escada, e essa minha filha tava abraçada nela. Ela era menor, tinha uns cinco anos [...] eu me arrependi e fui ver, mas na verdade eu não tinha era visto que ela tava no colo da minha mulher e que eu tinha empurrado ela junto. Graças a Deus ninguém se “quebrou”. Eu tô há dois anos nos AA, e minha mulher já se separou de mim há três anos. Desde o AA eu nunca mais bebi, nem uma *recaída* sequer, mas quer saber, eu nunca esqueci daquela noite, e acho que minhas filhas também não, porque uma delas não gosta de falar comigo até hoje, e a menor, essa eu vejo nos olhos dela que ela nunca esqueceu (Mauro, participante há dois anos, 48 anos de idade, securitário).

Diversos relatos dessa natureza são rememorados no espaço das reuniões. Por vezes, parece haver uma inconsciente disputa para ver quem conta a estória mais dramática, quando o teor da reunião se encaminha para esse lado. Parece, nesses casos, que aqueles que conseguem admitir e contar para o grupo tais tragédias, demonstram-se mais “corajosos”, mais “bravos” e mais “honrados” por fazê-lo, pois admitir *tais fraquezas de caráter*, como costumam dizer, significa admitir que se está lutando contra o agressor que todos têm em comum: o álcool e, quanto maior é essa fraqueza, mais valorosa parece ser essa batalha travada por cada um. Perguntei para o membro que me concedeu a entrevista acima se ele já havia contado essa estória em alguma reunião de AA: “diversas vezes”, ele me respondeu. Quando os relatos parecem tomar um tom de disputa, como que para ver qual seria o mais dramático, os depoimentos parecem assumir caracterizações performáticas, que servem para “encenar” uma grande luta travada contra si mesmo, seu *caráter*, que para eles é fraco e suscetível ao vício. A luta para controlar o caráter requer autodomínio, “força de vontade”, moralidade. Quanto mais conturbada for (ou foi) a vida, maior é a honra de admitir a derrota, mais valorosa é a batalha contra o álcool e contra si mesmo, e maior é também a vitória de estar ali, participando do grupo, não bebendo e reordenando aquela vida caótica de outrora. Em uma reunião que participava, um dos membros, no seu depoimento, contou que havia quebrado o braço da mulher em uma briga, quando alcoolizado. Depois dele, o seguinte contou que ele também havia quebrado uns dois dentes da esposa, depois de ter-lhe dado um soco. Outro disse que havia “olhado com *outros olhos* para a filha adolescente” (a

havia desejado sexualmente), o que lhe causou muita vergonha depois que se viu sóbrio, e assim por diante. Devo ter ficado com uma “cara de consternação” naquela reunião, depoimento após depoimento, já que estes me causaram muito desconforto nesta ocasião. No intervalo, Maurício, um dos membros, chegou até mim dizendo:

Viu como é a vida de alcoólatra? Não é fácil. A gente fez muita coisa errada quando tava na ‘ativa’. Agora a gente tá bem. Tá aqui lutando. Eu vi a tua cara de apavorado. É pra se apavorar mesmo... (Maurício, um ano de grupo, 30 de idade, guardador de carros, que nesta ocasião havia sido um dos que falara que tinha agredido a esposa com um soco).

Nesta reunião, onde pude verificar um tom mais performático nos depoimentos, foi o daquele homem – Francisco²⁰ – que havia falado sobre a filha, que causou mais consternação dentre os demais membros, pois, ainda no intervalo, muitos chegaram até ele para lhe confortar, dizendo que “essas coisas podem acontecer”, que “agora ele estava lá dentro”, que “ele era valente”, “ia superar”, assim por diante. Dramas familiares são bastante rememorados nas reuniões, especialmente quando envolvem a mulher e os filhos. Vejamos outro exemplo, enunciado por um membro em uma reunião:

Eu ainda não perdi minha mulher, se eu voltar a beber, eu vou perder. Eu ainda não perdi meus filhos, se eu voltar a beber, eu vou perder. Eu ainda não perdi minha *vida*, se eu voltar a beber, eu vou perder (Dorival, 54 anos, aposentado, tempo de AA desconhecido, grifo meu).

De fato, quando são narrados os dramas pessoais mais trágicos, existe uma clara intenção do grupo de proporcionar o máximo de conforto possível para aqueles membros, que algumas vezes chegam a chorar copiosamente no púlpito, quando de suas intervenções. Demonstra este aspecto o fato dos membros procurarem consolar aqueles participantes que ficam mais nervosos, que choram, etc. Por exemplo, estes recebem dos outros calorosos abraços, especialmente no intervalo ou na saída das reuniões.

Durante a reunião, que exerce sobre eles um tipo de controle especial de sua postura, quando ocorre uma reação de natureza mais desequilibrada por parte de algum membro (choro, desespero, etc), mais do que uma disputa para ver quem conta as piores histórias parece haver uma clara intenção de confortar o companheiro e de mostrar para eles que todos ali se compadecem com a sua situação,

²⁰ Francisco: um ano de grupo, 31 de idade, desempregado.

demonstrando para aquele membro que esse tipo de coisa já aconteceu com os demais, para ele não se sentir a “pior pessoa do mundo” por causa desses eventos, que todos ali, devido ao álcool, também sofreram, fizeram sofrer e sofrem por causa disso, como ele.

Certa vez, ao chegar no grupo para mais uma observação, um membro de 38 anos, desempregado, participante há pouco menos de um ano no grupo, chamado Cristian, chorava copiosamente sentado num banco que ficava do lado de fora do local onde se realizam as reuniões. A mulher o havia abandonado naquele dia. Quando cheguei, um dos membros já estava ao seu lado lhe confortando e lhe dizendo como havia sido correta a sua decisão de participar da reunião naquela noite, pois ele poderia ter uma *recaída*, etc, e ali ele encontraria ajuda. Eu procurei ficar sentado a uma distância confortável o suficiente para não me intrometer naquele momento. O que pude constatar foi que, à medida que chegavam os demais participantes, todos iam de encontro ao Cristian para saber o que ocorria, e ficavam em volta dele lhe confortando. Durante toda a reunião, os depoimentos foram invariavelmente destinados a ele, procurando lhe dar “força”. Daniel, por exemplo, um membro com mais idade e mais tempo de grupo, falou para todos que também “jogara fora seu casamento”, mas que às vezes “ficar sozinho, com menos pressões, até ajudava a se recuperar do alcoolismo”. Cristian, quando tomou a palavra, se mostrou consternado com o fato da mulher lhe abandonar logo agora que ele freqüentava os AA e que parara de beber. Os demais, em suas falas subseqüentes, diziam que isso “não devia abalar a sua confiança na irmandade”, que ele devia “seguir lutando”, que a “recuperação era para ele”, que “o resto de bom que a vida lhe reservava viria depois”, etc. Até onde pude acompanhar, Cristian não retornou às reuniões e fiquei sabendo, posteriormente através de seu *padrinho*²¹, que ele havia voltado a beber.

O perfil socioeconômico dos membros é bastante variado, de acordo com cada grupo e com a região da cidade que este se localiza. Um dos grupos que participei, situado em uma região de classe média de Porto Alegre, próxima ao centro da cidade, possui um número significativo de membros advindos das classes mais abastadas. Isto pôde ser verificado não somente devido às suas falas, da maneira de se expressarem, mas também através de suas ocupações profissionais, etc. Além disso,

²¹ Ver discussão sobre o *apadrinhamento* no terceiro capítulo.

muitos chegavam ao local das reuniões com automóveis sofisticados, fumavam cigarros nos intervalos utilizando piteiras de marfim, ou seja, fazendo uso de alguns símbolos de distinção que denotavam determinado estilo de vida e de consumo. Na prática, ordenados pelo discurso oficial da irmandade com relação a essa questão, todos procuram se tratar de maneira igualada, pois o critério de definição identitária que deve mediar as relações do grupo, fornecida pelos AA, é o de se identificarem como iguais, já que todos são alcoolistas em recuperação. Isto não quer dizer que não ocorra, entre eles, deferências especiais e particulares de uns para com os outros em função desses aspectos que acabo de mencionar. De qualquer maneira, participei de grupos formados por pedreiros, zeladores, empresários, profissionais liberais, motoristas, vigilantes, funcionários públicos, aposentados, guardadores de carro, ex-presidiários, artistas plásticos, pintores, enfim, com toda a sorte de pessoas. Posso afirmar, contudo, que pessoas advindas da classe média e baixa preponderam nas reuniões de AA, mesmo porque segmentos sociais mais favorecidos do ponto de vista econômico possuem mais alternativas terapêuticas, de caráter privado, como clínicas pagas, terapias individuais com profissionais da área da saúde, etc. Vale lembrar que o alcoolismo perpassa *todas* as esferas sociais, ainda que a visibilidade desse atributo seja maior entre as classes populares.

No caso dos AA, tendo em vista que a *igualdade* é tida como um valor pela irmandade, os membros costumam não dar muita importância para o perfil socioeconômico, conforme mencionei. Entretanto, já presenciei momentos em que os membros fazem clara menção a tal aspecto. Certa vez, quando eu realizava uma observação no grupo que possuía um número maior de pessoas mais abastadas, Martín, um pedreiro de cerca de 40 anos, me falou que se sentia “mais importante” por pertencer a um grupo onde era tratado “de igual para igual”, onde bebia café e conversava com o Doutor Patrício (um advogado de 48 anos que está no grupo há cerca de quatro anos), e com outros “doutores”. Descobri que Martín frequenta os AA há dois anos, mas aquele grupo ele frequentava há cerca de três meses. O curioso é que este grupo ficava mais longe de sua casa que o grupo que frequentava anteriormente. Uma vez, quando ele prestava serviços na região, veio a conhecer este grupo, participou de uma reunião e acabou gostando mais deste. Quando lhe perguntei o porquê desta preferência, ele me respondeu que “ali as pessoas lhe pareciam serem mais legais”. Provavelmente, Martín não deve estar acostumado, em seu dia-a-dia, a encontrar momentos em que se encontra numa *situação de igualdade*

para com certas pessoas, que costumava chamar de “doutores”. Uma vez ser a igualdade tomada como um valor pela irmandade, nos AA Martín encontrava certas situações de igualdade que demonstrava apreciar bastante. Isto, contudo, não impede que certas deferências especiais sejam estabelecidas entre os membros.

Essa discussão nos precipita para a questão da hierarquia presente nos grupos. Oficialmente, a irmandade é contra qualquer tipo de promoção individual, liderança ou hierarquias de qualquer natureza. Esse se trata de um tema de difícil exploração, haja vista que nenhum membro reconheceria que tal fato exista, ou ocorra. Contudo, pude constatar que os membros mais antigos exercem um papel de liderança nos grupos, sendo mais “respeitados” e “valorizados” (até como exemplo aos mais jovens no grupo). Se utilizarmos como referência os estudos de Louis Dumont (1997) sobre hierarquia e poder, onde o autor dissocia estas noções, podemos pensar que os AA possuem uma espécie de hierarquização, a partir do tempo de sobriedade de seus membros. Não por acaso, os membros mais antigos procuram sentar nas primeiras fileiras das reuniões e invariavelmente coordenam as reuniões. Eles procuram incentivar que membros mais recentes assumam essas funções com o intuito de fazer com que se comprometam mais com a irmandade e com o grupo, doando-se de uma maneira que demonstre esse engajamento. Não por acaso, os mais antigos se tornam *padrinhos* de grande parte dos membros do grupo, conforme descrito no terceiro capítulo. E, quando ocorre qualquer dúvida ou conflito, esses membros são convocados para opinar e sua opinião normalmente é levada bastante a sério pelos demais.

No caso de Cristian narrado anteriormente, quando este perdeu sua esposa, o membro mais velho do grupo, chamado Félix, claramente serviu de mediador para a tensa situação que ali foi estabelecida. Enquanto Cristian não se conformava pela mulher tê-lo deixado, uma vez ele estar participando dos AA, cabia a Félix reforçar a idéia para o grupo da importância da irmandade, e que, ainda que todos devessem apoiar ao Cristian, e apoiar uns aos outros, a irmandade é que era o “grande alicerce para eles ali”. Se por um lado o drama pessoal de Cristian podia colocar em “xeque” a eficácia terapêutica dos AA, por outro lado, numa espécie de contraponto, cabia a Félix, o membro mais veterano do grupo, enaltecer as virtudes da irmandade. Foi através dele que tive notícias de Cristian, que havia *recaído*. Naquele momento, mesmo para mim, Félix assegurou que ele voltaria, “mais cedo ou mais tarde, pois quando seu sofrimento aumentasse e aumentasse, ele lembraria que nos AA poderia

encontrar uma *grande ajuda*". Félix, um artista plástico de 58 anos, há onze anos participa daquele grupo. Ele é tido como uma espécie de liderança pelos outros membros. Para se ter uma idéia, de tempos em tempos, ocorrem, na Coordenação Regional dos AA reuniões com os coordenadores dos grupos da região. Nestas reuniões, devem participar os coordenadores dos grupos que exercem esta função naquele momento. No caso do grupo de Félix, cabe a ele participar destas reuniões, mesmo que não seja o coordenador de então. Os próprios membros, e o próprio coordenador do grupo já falam para ele ir. Na reunião subsequente, é aberto um espaço para ele falar sobre este encontro, resumindo as principais notícias. Quando perguntei para eles por que não ia o coordenador, ou o secretário no encontro, eles me diziam que não precisava, que o Félix já sabia de tudo, e sempre *representava* o grupo nestas situações. Ainda assim, categorias como *liderança*, *hierarquia*, etc, são de imediato rechaçadas por qualquer membro. O que ocorre, na sua forma de perceber tal aspecto, é que certos membros possuem mais *experiência* para passar para os outros, por isso podem (e devem) falar mais, orientar, assim por diante.

De acordo com o que mencionei anteriormente, o anonimato é regra nos grupos de AA, mas devo deixar claro que ele só existe para fora destes (por exemplo, quando os membros tomam a palavra na reunião e sempre dizem o seu nome, ainda que todos ali se conheçam, inclusive eu depois de algum tempo de participação), e dentro das reuniões, isto porque os membros corriqueiramente organizam encontros de confraternização fora do grupo, como jantares, pescarias, etc, ou quando não acabam trabalhando juntos, quando um convida o outro para tanto, etc.

Existe um processo de identificação entre os membros que facilita seu entrosamento tanto dentro quanto fora dos grupos da irmandade. Invariavelmente, os membros dos AA passaram por processos sociais semelhantes, desde aqueles relacionados aos seus dramas pessoais, quanto àqueles relacionados às divertidas histórias que têm para contar de seu tempo de "bebedeira", especialmente no que se refere a um *ethos* de "malandragem", a sua relação com as mulheres, etc. Com relação a estes últimos aspectos, creio que estes tenham contribuído inclusive com a minha interação para com eles, e o acesso a certos dados, histórias e visões de mundo que talvez ficassem para mim desconhecidas, caso eu não compartilhasse com eles alguns íterins de tal *ethos* com histórias próprias. Se por um lado, existe um *ethos* na reunião marcado por um controle, que demarca toda e qualquer história relacionada com o alcoolismo como pernicioso e representativa de uma *fraqueza de*

caráter, ou de uma doença, por outro lado, fora do espaço das reuniões, parece haver uma forma diferente em compartilhar certas histórias relacionadas à “malandragem”. Dito de outro modo, as histórias que dizem respeito à agressão física, falência no papel de provedor da família, etc, são encaradas da mesma maneira tanto dentro, quanto fora das reuniões, ou seja, não são enaltecidas jamais. Já as histórias sobre “malandragem”, podem ser valorizadas fora do espaço das reuniões, se tornando motivo de piada, brincadeiras, etc. Por exemplo, certa vez, Rodrigo, de 42 anos (há oito participa dos AA), contava para mim e para outros dois participantes, do lado de fora da sala da reunião, antes desta começar, que há anos atrás, quando trabalhava como vendedor, viajava muito pelo interior do Estado. Uma vez, quando estava numa cidade que não recordo o nome, foi “tomar uns tragos” em um cabaré da região. Acabou num quatinho do lugar com uma profissional do sexo. Tinha bebido tanto, que não lembrava de muita coisa. Acordou por volta das dez horas da manhã, e devia ter ido encontrar seu cliente bem mais cedo. Arrumou-se rapidamente para encontrá-lo, mas, quando saía, deu-se conta da mulher, que ainda estava dormindo. Disse ter ficado “com pena dela”, e preencheu um cheque, deixando-o sobre a mesinha que ficava ao lado da porta do quarto. Quando estava descendo a escada do prédio, parou, pensou e voltou. Abriu a porta do quarto, bem devagar, pegou de volta o cheque e foi embora, sem deixar notícias. Todos que escutavam a história começaram a rir, inclusive Rodrigo, que a havia narrado de forma bastante engraçada. Mas, logo em seguida, talvez inspirados pelo *ethos* da reunião, que já estava por começar, trataram de chamar a atenção para “as barbaridades que se faz quando se está na ‘ativa’”. Dito isso, entramos na sala de AA.

Devido a este diferente *ethos* que pode ser percebido fora das salas, e onde as histórias sobre mulheres, futebol, festas, “bebedeiras” que resultaram não em histórias trágicas, mas antes cômicas, podem ser discutidas mais livremente. Isto também ajuda na construção de um processo de identificação entre os membros, além do fato de ter facilitado minha aproximação para com eles, pois a mim também era permitido contar histórias sobre festas, mulheres, futebol, etc, que eles também apreciavam. Nestes momentos, houve um processo mútuo de identificação e de afinidade entre esses participantes e eu, que contribuíram decisivamente para minha inserção nos grupos e, conseqüentemente, para esta pesquisa.

1.5 ÊNFASES NARRATIVAS

Desenvolvo, nesta parte, a descrição de algumas ênfases narrativas sobre o alcoolista tal como medido pelo discurso institucional dos AA que, todavia, não esgota as atribuições e auto-atribuições de sentido de meus interlocutores. Tais narrativas são importantes no ritual presente nas reuniões, além de contribuírem para o entendimento desta instituição e das culturas que estão associadas a ela, representadas pelas pessoas que se associam aos AA. Também, as narrativas me permitiram compreender certos encadeamentos que regem o discurso produzido por aquelas pessoas naquele contexto social de produção simbólica. Acredito que a linguagem dos AA se trata de uma *linguagem terapêutica narrativa*, capaz de atribuir significados para a constituição de uma identidade baseada na narração. Como os relatos autobiográficos lá enunciados são histórias contadas em uma e para uma determinada *comunidade de sentido* (Baczko, 1985), são essas narrativas que possuem o *poder da transformação* entre os membros, conforme eles mesmos costumam definir esta ação.

Com o intuito de procurar desenvolver essa questão, inspirei-me no trabalho de Bernardo Lewgoy (2000, 2003)²², que procura reconhecer certas invariantes estruturais que possam desvelar a lógica das narrativas num plano ordenador mais profundo e abstrato. Contudo, ainda que seja possível reconhecer certos padrões narrativos, estes não determinam ou esgotam as possibilidades narrativas dos sujeitos em questão. No caso dos AA, as reuniões são um momento de atualização de uma tradição narrativa. Entrando em contato com as reuniões, mas também com a literatura da irmandade (uma forma de codificação escrita de seus valores e preceitos terapêuticos), os membros apreendem uma metalinguagem, um *habitus* e um repertório de narrativas a fim de lidar com seus problemas sociais relacionados ao alcoolismo. Vejamos alguns exemplos.

Olavo, de 35 anos de idade, freqüenta há cerca de dois anos um grupo de AA. Começou a beber ainda cedo, pré-adolescente, em casa. Filho de um alcoólatra, dizia nas reuniões que beber até se embriagar era visto de maneira natural em seu lar, apesar dos problemas familiares que tal aspecto acarretava. Não chegou a estudar, e nunca foi muito comprometido com o trabalho. “Ganhava hoje para comer amanhã”.

²² O autor analisou as estruturas narrativas das sessões de desobsessão dos espíritas kardecistas.

Sem muitas responsabilidades, o dinheiro que ganhava se destinava praticamente todo para o bar, até que a situação mudou, pois engravidou uma namorada e “teve de assumir a bronca”. O problema é que, da forma que vivia, não conseguia ajudar a namorada (que então fora morar com ele), no sustento do filho. Esta situação se prolongou por cerca de dois anos, até que a companheira voltou a morar com seus pais, levando o filho do casal consigo. A partir deste evento, Olavo disse que começou a refletir melhor sobre sua vida, e se deu conta que o alcoolismo não lhe ajudava a “crescer na vida”. Foi aí que procurou os AA, por sugestão de seu irmão. À medida que foi participando das reuniões e escutando as histórias de seus companheiros de grupo, Olavo declarou perceber como as histórias de vida daquelas pessoas eram parecidas com a dele. Dizia que em todas elas era possível verificar o quanto o alcoolismo era prejudicial para suas vidas, e o pior de tudo, que era de fato uma *doença incurável*. Desde então, procurou participar das reuniões sempre que possível, e já estava por completar dois anos de grupo. Além disso, procurava ler os livros indicados pela irmandade, ainda que não fosse muito “afeito à leitura”, conforme declarou. Hoje em dia, sente pouca necessidade de beber, mas reconheceu que no início da terapia foi muito difícil. Neste período freqüentava as reuniões quase que diariamente. Hoje em dia, participa uma vez por semana, mas dificilmente “falha” alguma semana. Certa vez, quando saíamos de uma reunião, eu lhe perguntei, de forma bem despretensiosa, o que ele achava do grupo. Ele não titubeou em me dizer: “aqui todo mundo é *gambá*, mas se ajuda. É como se fosse uma família”. Perguntei-lhe, “como assim *uma família*”? “Ah, isso aqui é uma família. Você fala o que quiser lá, que nem na sua casa, para sua família”. Outros membros declararam esse tipo de sentimento em outros momentos. Dorival, de um grupo diferente daquele de Olavo, costumava dizer:

Eu tenho que ver o depoimento dos outros, eu tenho que ouvir o depoimento dos outros, daí eu bah! *Eu sou igual, eu vejo que eu sou igual* (Dorival, membro há quatro anos, 54 anos, funcionário público aposentado, grifo meu).

Em certa ocasião, Dorival me falou possuir um histórico de problemas psicossomáticos onde a bebida não teve papel preponderante. Contudo, o simples fato deste sujeito se reconhecer como membro dos AA parece ser suficiente para que os demais membros também lhe reconheçam como um igual. Prova disso é que este membro organiza regularmente churrascos na sua residência onde costumam

participar a maioria dos membros do grupo. Talvez resida neste aspecto o fato dele ser um dos que mais sentem a necessidade de afirmar, em seus relatos, sua condição de *igualdade* para com os outros membros: *eu sou igual. Eu vejo que eu sou igual*. É interessante observar que este sentimento de igualdade, tido como um valor naquele contexto, não se realiza meramente a partir de cada caso de *alcoolismo*, mas no espaço dos AA, se realiza a partir do fato de cada caso de alcoolismo *estar sendo tratado ali* por cada membro e pelos demais naquela instituição.

Além da história de Olavo que procurei resumir anteriormente, proponho agora descrever conjuntamente mais duas histórias: a de um homem e a de uma mulher, de grupos de AA diferentes. Estas histórias foram contadas para mim em entrevista²³, que são representativas enquanto histórias de vida se comparadas com outros casos que tive a oportunidade de conhecer em minha pesquisa. À medida que certos eventos forem surgindo, irei remetê-los a eventos da história de Bill, um dos “pais fundadores dos AA”, além de alguma outra passagem, anotados da literatura oficial da irmandade²⁴.

O homem é Adriano, já mencionado. Tem 42 anos de idade, quatro de AA e vende capas de celular para lojas. Tem três filhos, sendo o caçula do segundo casamento, que também já terminou. Agora está solteiro. A mulher, Heloísa, é formada em direito, mas não exerce a profissão. Vive com o quarto marido e com a filha, de um dos casamentos anteriores. Tem 51 anos e participa de um grupo de AA

²³ Dentre as entrevistas que realizei com diferentes membros, selecionei essas duas por me parecerem bastante contrastantes, pois são membros de grupos diferentes que *a priori* não se conhecem, pois uma vez eu perguntei a um deles se conhecia o outro, *daquele determinado grupo*, e a resposta foi negativa.

²⁴ O material consultado foi o *Livro Azul dos AA* que espero ser representativo enquanto codificação escrita dos preceitos dos AA. Como mencionei, a irmandade possui uma farta literatura de apoio, que consiste, além de livros publicados, nos mais diferentes panfletos, *folders*, etc. *Alcoólicos Anônimos: a história de como milhares de homens e mulheres se recuperaram do alcoolismo*, consiste no principal deles e é carinhosamente chamado de *livro azul* por seus membros devido a cor da capa das edições brasileiras. A primeira edição foi compilada em 1939, nos EUA, quatro anos depois da fundação do primeiro grupo. Em países de língua inglesa este livro foi apelidado de *Big Book* (“grande livro”). A terceira edição, de 1976, vendeu quase doze milhões de cópias. Consultei a quarta edição, de 2004. Como este livro deve sua organização e inclusive o escrito de algumas passagens aos “pais fundadores”, ele até hoje se configura na mais importante publicação da irmandade, como atesta a apresentação da última edição: “pelo fato deste livro ter se tornado o texto básico de nossa Sociedade e ter ajudado um número tão grande de homens e mulheres alcoólicos a se recuperarem, *existe um forte sentimento contra qualquer mudança radical em seu texto*” (*Alcoólicos Anônimos*, 2004, p. 9, grifo meu). É através deste tipo de expediente literário que a irmandade pode propagar as suas concepções acerca das mais diferentes questões a que se propõe interferir, seus valores, sua “visão do mundo”, terapia, etc. Por isso é que, enquanto objeto cultural de múltiplos usos, a literatura surge aqui como um importante expediente etnográfico, pois ela aparece como estratégica no sentido de possibilitar uma melhor compreensão sobre diferentes questões.

desde os 44 anos de idade. Por sinal, Heloísa é uma das únicas - para não dizer a única - mulher que participa de seu grupo²⁵.

Quando perguntei para Adriano o que o levou a ingressar nos AA, ele me falou que foi no momento em que chegou ao “seu fundo do poço”, ou seja, quando começou a se tornar uma pessoa agressiva por causa do uso de álcool combinado com outras drogas²⁶, especialmente a cocaína. E, como já havia tentado parar de beber e de usar drogas, sem obter sucesso, recebeu a indicação de um psicólogo que se tratava, graças à ajuda financeira de sua mãe, porque, nesta época, mal podia pagar pelo que comia, já que todo o dinheiro que arrumava era destinado para os entorpecentes. Heloísa, por sua vez, costuma rir quando conta que já está no seu quarto casamento, ao lembrar que os outros terminaram principalmente devido ao seu alcoolismo. Com o atual marido já está há dez anos, “graças aos AA, que me fez parar de beber há sete anos”. Disse que quando entrou no grupo, seu atual casamento, então com três anos, já se encaminhava para o mesmo fim que teve os demais. Mesmo assim, Heloísa não chega a dizer que teve um “fundo do poço”, pois não chegou a perder sua família, “somente *maridos-problema!*” Com relação à sua vida profissional, apesar do alcoolismo, manteve seus bens materiais, só não conseguindo conquistar nada de novo e tendo que desistir da advocacia, depois de 25 anos de formada. Em suas palavras, “só patinou”, especialmente depois que resolver abrir um bar, que não tardou a entrar em falência: “imagina a copa de um bar sendo cuidada por uma alcoólatra”. A exemplo de Heloísa e Adriano, Bill também teve seus insucessos:

Ninguém podia adivinhar que, pelos próximos cinco anos, eu ficaria desempregado, ou que dificilmente teria um minuto de sobriedade. Minha esposa começou a trabalhar numa loja de departamentos, voltando exausta pra casa, pra me encontrar embriagado. [...] A bebida deixara de ser um prazer: tornou-se uma necessidade (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 35, trecho da história de Bill).

Depois que entrou nos AA, Adriano disse ter se dado por conta de uma coisa “elementar”: era um *bebedor problema*. Apesar de sua vida estar, em suas palavras, “uma merda”, ele ainda não havia assumido a condição de que o álcool estava lhe

²⁵ Este assunto será tratado no capítulo seguinte.

²⁶ Os usuários de álcool combinado com outras drogas são chamados, pelos membros dos AA, de *alcoólatras cruzados* ou simplesmente *cruzados*.

fazendo mal: “aqui dentro da irmandade eu aprendi que o alcoolismo é uma doença incurável, lenta, progressiva, de conseqüências fatais que nos leva a três caminhos: nos leva ao hospício, cadeia ou cemitério”. Heloísa, por sua vez, disse que só foi se dar conta da doença no momento em que entrou em uma sala de AA sete anos antes: “a coisa é tão ruim, a irresponsabilidade é tão grande, tu tá tão doente, tão doente, que tu não percebe que tu tá brincando com a tua vida, né? Começou com *apagamento* [não recordar o que havia feito na véspera] e eu vim encontrar a explicação disso foi aqui [no grupo]. Agora eu vejo que não é tão normal assim. Normal para o perfil alcoólico, né”? Neste relato aparece a importância da resignificação do *alcoologista* para o *alcoologista anônimo*, ou seja, a tentativa de emblematizar a diferença entre estas duas identidades sociais. Na história de Bill aconteceu algo semelhante:

Eu estava gravemente doente, física e mentalmente. [...] Aprendemos que precisávamos admitir, do fundo de nossos corações, que éramos alcoólicos. Este é o primeiro passo para a recuperação. É preciso destruir a ilusão de que somos, ou poderemos ser, iguais às outras pessoas (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 37, trecho da história de Bill e p. 59).

Tendo em conta de que tal história representa uma codificação escrita da irmandade, a impressão que se tem é a de que os AA prescrevem a destituição da ilusão de que seus membros podem ser iguais às outras pessoas. Adriano constantemente repetia a idéia de que sozinho não conseguiria parar de beber, e que a possibilidade de recuperação via AA se apresentou de forma “quase que imprescindível em sua vida”. Já Heloísa organizava “altos jantares em sua casa”, que para ela nada mais eram do que meros motivos para beber. Ela dizia beber socialmente naquela época, o problema é que “o socialmente era todo dia”, e ela já se via bebendo uma garrafa de uísque por noite, até que esta “rotina” começou a lhe incomodar. Quando se olhava no espelho, nos dias seguintes aos jantares, via pelo espelho que seu rosto estava todo inchado, além da “ressaca e da confusão mental”. Um belo dia disse “chega! Agora eu vou procurar os AA”.

Acontece que a procura pela irmandade, conforme crêem seus membros, carece de um “esforço considerável”. Seguidamente, a fim de representar esta condição, escutei o termo *maturidade* (ou noções que aludiam a ele): “é preciso ter maturidade para ingressar nos AA” ou “não é qualquer um que consegue acompanhar

a terapia. É preciso estar *maduro* para tanto”, assim por diante. A *maturidade*, que não deixa de ser um discurso social também, consiste em uma categoria que modula a percepção reflexiva das diferenças e razões entre os membros. Não por acaso, ela pode ser evocada, junto com outros fatores já mencionados, para compreender as formas de hierarquia estabelecidas nos grupos. Desta maneira, *maturidade* se torna um valor tão importante para a irmandade e, conseqüentemente para seus membros, como o é a *igualdade*. Numa das reuniões observadas, um dos membros mais experientes declarou: “não adianta o cara ter o melhor hospital, o melhor psiquiatra, se o cara não estiver *preparado*”. Logo em seguida, no momento de seu depoimento, outro reforçou esta idéia com os dizeres: “minha mente diabólica, como a de todos nós aqui, me dizia que eu não era doente. [...] Eu não estava *maduro* para a época”²⁷.

Conforme estamos constatando, no plano discursivo dos AA, deixar de beber baseado apenas no auto-reconhecimento, como nos casos de Adriano e Heloísa, “é praticamente impossível”, e é preciso muita *maturidade* para admitir este fato, como atesta esta passagem da literatura da irmandade:

Ano após ano, seu comportamento [do alcoólatra] continua o mesmo, acompanhado de suas repetidas promessas de ser cuidadoso ou afastar-se definitivamente das ruas. [...] Por mais inteligentes que fossemos sob outros aspectos, éramos absurdamente loucos quando se tratava de álcool. A linguagem é forte – mas é ou não a verdade? [...] O alcoólico atual ou em potencial, com raríssimas exceções, *será absolutamente incapaz de parar de beber baseado no auto-conhecimento* (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 66-7, grifo no original).

Agora que participa dos grupos, Adriano diz que para ele “a terapia dos AA tem funcionado muito bem”. Procura sempre prestar bastante atenção “ao papo dos mais antigos, à troca de experiências”, já que para ele é justamente o fato de estar ali trocando experiências que lhe ajuda a se manter sóbrio: “eu sou apenas mais um doente que está ali, e posso voltar a beber a qualquer momento, se não me tratar”. Heloísa, quando chegou no seu grupo, sempre achava que o alcoolismo era, na verdade, “sem-vergonhice”. Aos poucos diz ter compreendido melhor o fato de todos “serem doentes por uma mesma causa”. E, se no início não conseguia ir lá na frente

²⁷ A primeira fala foi dita por Simão, membro há doze anos, 65 anos, aposentado e o mais veterano no grupo e a segunda fala partiu do Doutor Patrício, já mencionado, membro há quatro anos, 48 anos, advogado.

para “dar uma palavra de apoio como os demais faziam”, aos poucos foi entendendo melhor a terapia e hoje sempre que pode vai ao grupo para “lembrar para si mesma e para os demais o *que* lhes fazem mal, já que a vontade de beber irá acompanhá-los por toda a vida”. Tais posturas de *entrega*, outro valor discursivo importante para a irmandade, se reproduzem dentre os participantes dos grupos, no momento em que compartilham suas experiências. Este valor é encontrado preconizado na literatura da irmandade, como na passagem a seguir:

[os alcoolistas] não haviam aprendido o suficiente a respeito de humildade, coragem e honestidade, como acreditamos ser necessário, até que contaram a alguém *toda* a história de sua vida. [...] [Bill] um dia, resolveu perder o medo e contar àqueles que temia qual havia sido o seu problema. Ficou surpreso com a boa acolhida e descobriu que muitos sabiam que ele bebia (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 102 e 183, grifo no original).

A partir de tais relatos, com o intuito de compreender o desencadeamento narrativo, foi possível isolar certas invariantes estruturais que me permitiram compreender o plano ordenador e abstrato destas narrativas proposto pela irmandade e expressado em vários relatos autobiográficos de seus participantes. As categorias nativas tidas como dramas pessoais e sociais resultam em ações esperadas dentro dos AA, que fornecem uma estrutura de sentido para estes dramas. Tal conexão torna possível o isolamento de certas categorias nativas em funções que articulam suas narrativas enunciadas sob a égide da irmandade. Enquanto proposta heurística, o esquema elaborado a seguir consiste na realização de uma abstração com fins aplicativos, que objetiva melhorar a compreensão de minha etnografia, especialmente no que se refere à forma que os membros relacionam suas experiências com o alcoolismo para com a irmandade, e de que forma articulam tais experiências em seus relatos autobiográficos. A partir das histórias narradas²⁸, podemos observar o desencadeamento do seguinte processo, assim esquematizado:

²⁸ Além das histórias que observei em campo, se fosse possível o leitor tomar conhecimento de todo o conteúdo das entrevistas e dos relatos do *Livro Azul* perceberia que o desencadeamento narrativo destas histórias representa satisfatoriamente o plano discursivo ordenador dos AA que procuro estabelecer.

Quadro I: Drama Pessoal/ Social e Tarefa a Cumprir.

DRAMA PESSOAL/ SOCIAL	TAREFA A CUMPRIR
Não cumprir certas expectativas sociais, como prover familiares dependentes; sentir-se estigmatizado.	Procurar os Alcoólicos Anônimos.
Sentir-se derrotado e impotente perante a sua vontade individual de beber.	<i>Participar das reuniões, compartilhando suas histórias, problemas e dificuldades com os outros membros; ler a literatura de apoio produzida pela irmandade.</i>
Início do processo de vinculação ao grupo, pela participação nas reuniões e pela leitura da literatura da irmandade.	Reconhecer a fraqueza de seu caráter e lutar contra sua vontade de beber, educando-na. <i>Amadurecer.</i>
Ainda desejar beber.	Participar das reuniões com assiduidade (de 24 em 24 horas, conforme preconiza o programa da irmandade). <i>Recuperar-se.</i>

Através deste quadro, torna-se possível isolar basicamente as seguintes funções narrativas: a) Estigmatização; b) Arrependimento; c) Provação; d) Luta; e) Recuperação. São todas estas funções extremamente importantes no desenrolar das narrativas. A partir de um processo de *estigmatização* devido às atribuições decorrentes do alcoolismo, os membros passaram por um processo de *arrependimento* de seus atos e da forma que conduziam as suas vidas. Nos AA, eles possuem a oportunidade de uma *recuperação*, mas para isso deverão passar por uma difícil *provação*, já que deverão *lutar* contra a “fraqueza” de seu caráter e de sua vontade. E já que representam seu problema como *incurável*, sua *recuperação* jamais será plena e total, permanecendo condicionada à sua participação nos grupos por toda a vida. Portanto, as funções narrativas *arrependimento*, *provação* e *luta* serão constantes em seus relatos autobiográficos. Tais funções podem se articular e conferir um sentido ordenado no plano discursivo dos AA, pois, conforme definiu a cientista social Bárbara Soares:

É esse, basicamente, o método de recuperação dos AA: ouvir e compartilhar. Ser ouvido e rememorar, pelas narrativas alheias, sua própria experiência. [...] A narrativa de cada membro é como um fio que se entrelaça com os outros para formar um tecido que

servirá de referência a todo o conjunto. Menos do que uma expiação pública ou um ato confessional, cada narrativa contribui para a construção de uma história coletiva, formada pela aglutinação contínua das trajetórias individuais, incorporadas à memória de cada um e de todo o grupo (Soares, 1999, p. 258-60).

Mesmo assim, outras narrativas parecerão dissonantes do plano discursivo ordenador dos AA. Como então estes membros conseguiriam produzir tais narrativas? Conseguem porque o programa (código) dos AA é amplo e possui um conteúdo variável e suficientemente flexível para se adaptar a contextos culturais específicos (Soares, 1999). Da mesma maneira, dada a generalidade discursiva, ainda que esta seja de uma mesma natureza, permite que os sujeitos possam ali incluir suas trajetórias pessoais, seus relatos autobiográficos. Isto contribui para explicar seu sucesso e sua proliferação enquanto modelo terapêutico pelo mundo. A história de Nandinho demonstra bem este aspecto, já que possui elementos que nos permitem observar diferenças narrativas do plano discursivo ordenador e abstrato da irmandade, compartilhado por grande parte dos participantes observados. Isto, contudo, não o impede de ser membro da irmandade e de se encontrar integrado aos demais.

Conforme mencionei anteriormente, Nandinho é o mais jovem de seu grupo e, ao contrário da maioria dos membros de AA pesquisados, como procurei demonstrar através das histórias de Olavo, Adriano, Heloísa, e mesmo Bill, Nandinho não sofreu por dramas pessoais e sociais semelhante aos dos demais. Ingressou nos AA porque achava que “bebia demais”, e sempre dizia que não havia sido impelido ao grupo por algum problema pessoal específico, ou por alguém de sua família. Também, como não tinha filhos, ou companheira que dependesse dele, e já que possuía uma situação financeira confortável graças aos pais que o sustentavam, a entrada nos AA havia sido uma “decisão sua”. A partir de um evento que descreverei a seguir, sua entrada nos AA, ao contrário do que parece ocorrer com a maioria dos membros da irmandade, parece ter proporcionado certa visibilidade social a Nandinho perante sua turma de amigos, e, de certa maneira, agregou-lhe um certo *status* perante estes.

Ao final de uma reunião noturna, saíamos eu, Nandinho e um outro membro para o mesmo lado da rua. O outro membro chegou ao seu destino em seguida. Nandinho havia me perguntado o que eu pretendia fazer naquele momento. Como eu não tinha planos, ele me falou que iria se reunir com uns amigos em um clube de

sinuca ali perto para jogar e me perguntou se eu gostaria de acompanhá-lo. Não hesitei em aceitar o convite. Chegando lá, fui apresentado para outros três rapazes, da mesma faixa etária que nós. Ao me apresentar, Nandinho foi logo dizendo que eu era alguém da UFRGS que estava pesquisando lá, no seu grupo de AA. A primeira coisa que um dos rapazes me questionou foi se Nandinho ia mesmo aos AA, se estava se tratando. Respondi que desde que eu ia lá, ele quase nunca faltara nas reuniões. Começamos a jogar. Dois dos rapazes estavam bebendo cerveja, o outro bebia um refrigerante. Eu e Nandinho fomos à copa pedir nossas bebidas. Nandinho pediu um guaraná. Eu achei por bem pedir um refrigerante também, apesar da ocasião ser convidativa para uma “cervejinha”. Quando voltávamos para a mesa com nossas bebidas, perguntei para Nandinho se aquela situação não o incomodava: estar em um ambiente onde a maioria das pessoas ingeria bebidas alcoólicas, como seus próprios amigos. Ele disse que não. Havia *resolvido* parar de beber e ingressara nos AA, o que provava sua determinação. Além do mais, disse-me que já havia “bebido sua quota para toda a vida em alguns anos”. Perguntei-lhe se, já que sua *vontade* parecia ser suficiente, por que então ingressara na irmandade. Ele me respondeu que achava “legal” participar dos grupos, e havia simpatizado com os demais. Mas sempre procurou deixar evidente o fato de *sua vontade* ser suficiente para sua sobriedade, independente dos AA.

No transcorrer da noite, quando os amigos de Nandinho falavam comigo sobre ele, pude perceber que o fato deste ter ingressado nos AA lhe garantia um certo destaque dentre sua turma. Por exemplo, os amigos diziam-me coisas do tipo: “bah meu! O Nandinho sempre foi o mais ‘porra louca’ de nós. Sempre bebeu ‘horrores’. Era o mais ‘malucão’. Só entrando nos AA pra se ajeitar mesmo”. Tais ditos eram feitos de forma jocosa, em um tom de prestígio e de valorização. A impressão que tive é que o fato de Nandinho estar nos AA *provava* perante seus amigos sua caracterização a partir de atributos tidos como positivos pelo grupo, que nos remetem aos (no caso êmicos) valores de *irresponsabilidade, descontrole, não possuir limites*, etc. Lembremos que em determinados contextos sociais, o uso do álcool pode ser visto de maneira positiva e mesmo esperada. Dentre grupos adolescentes, por exemplo, a ingestão pública de bebidas alcoólicas muitas vezes serve como expoente de um ritual de passagem entre a infância e a idade adulta, ou como forma de afirmação perante o grupo. No caso do grupo de amigos de Nandinho, o que pude perceber é que as ações decorrentes do uso abusivo de álcool são invariavelmente

percebidas de maneira positiva, até porque, na fase da vida em que estes jovens se encontram, as possibilidades de realizarem certas ações (em função do álcool) tidas e vistas como negativas por grande parte das pessoas que compartilham de nosso sistema de valores judaico-cristão, como uma agressão física a um parente, uma esposa/ companheira, ou filho, por exemplo, (que via de regra eles não possuem ainda), são mais difíceis de suceder com eles. E de fato, conforme pude investigar, todos ali eram solteiros, sem filhos e viviam com os pais.

Pouco antes da meia-noite, horário que fomos todos embora, um dos rapazes me perguntou se eu conhecia “a famosa história da avó do Nandinho”. De fato eu já conhecia esta história, pois Nandinho a havia contado em uma reunião do grupo que eu havia participado, semanas antes. Naquela ocasião, Nandinho contou esta história da seguinte maneira:

Eu cheguei em casa [da avó] completamente bêbado. E a minha avó sempre me protegendo. Depois de eu quebrar o vidro da porta pra entrar - pra variar eu havia perdido a chave outra vez - eu entrei no quarto dela. Eu dormia lá quando visitava ela. Quando eu vi, ela falou: Fernando, o que tu tá fazendo?... No outro dia ela me contou que eu estava mijando nos pés dela na cama. Eu achava que estava no banheiro, dá pra acreditar? (Nandinho, membro há dois anos, 22 anos, sorrindo para todos).

Na ocasião, ao término do relato, um dos membros mais antigos soltou uma gargalhada, dizendo: “barbaridade !”. No clube de sinuca, quando o amigo lembrou desta história, Nandinho não se furtou em contá-la novamente. Todos deram boas risadas, ao tempo em que diziam coisa do tipo “só tu mesmo Nandinho”, ou “tu é *fodão* mesmo cara”. Este ato de Nandinho até pode ser percebido como uma espécie de agressão a um familiar (ainda que involuntária), ou coisa que o valha, mas para eles, Nandinho e seus amigos, este evento foi percebido como uma “bela anedota”, capaz de comprovar a imagem que ele possui perante os demais, valorizada por todos eles. A necessidade de Nandinho contar esta história no grupo de AA do qual participa pode ser entendida como um esforço de conquistar o mesmo tipo de deferência por parte de seus companheiros de irmandade, o que de fato pode ter ocorrido no momento em que o membro mais antigo do grupo reagiu com uma gargalhada, que foi seguida pela risada dos demais participantes daquela reunião de AA.

Pergunto: será que Nandinho faz o mesmo uso da irmandade que a maioria de seus companheiros? E, se não o faz, é de se estranhar que sua narrativa destoe do plano discursivo da irmandade, que procurei estabelecer a partir de algumas histórias de vidas mais recorrentemente observadas? Acredito que não, já que pude verificar, em diversas reuniões, alguns membros falarem dos mais diferentes assuntos, sequer relacionados ao alcoolismo, como o dia do trabalho, a educação dos filhos, etc. Isto não quer dizer que estes membros não estejam conseguindo reordenar suas vidas através da plataforma terapêutica dos AA. Ao contrário, falar sobre estes (e todos os assuntos) relacionados ao seu dia-a-dia nas reuniões apenas comprova isso. Tais assuntos, desta maneira, podem encontrar local apropriado para serem compartilhados, lugar este que essas pessoas podem não possuir em outras esferas de relacionamento de sua vida. Alguns membros fazem referência a este aspecto, se referindo ao “descrédito” que possuem para com os familiares e amigos mais próximos que não se importam mais com seus problemas. Portanto, ainda que não usual, o comportamento de Nandinho não pode ser tomado como absolutamente discrepante daquilo observado com mais frequência nos grupos de AA. Apenas demarca mais uma possibilidade narrativa ligada ao plano discursivo da irmandade. Se, por um lado, o esquema narrativo proposto permite isolar e reconhecer um certo padrão narrativo, por outro permite reconhecer aquelas narrativas que fogem deste padrão. Portanto, tanto uma forma de narrativa, quanto outra, antes de serem *construídas* a partir de uma irmandade de referência, são, acima de tudo, *negociadas* a partir desta irmandade.

1.5.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ÊNFASES DISCURSIVAS

Não existe uma “versão verdadeira” dos acontecimentos vivenciados pelos narradores²⁹, apenas chamo a atenção para o fato de que tais acontecimentos podem ser re-elaborados ou “moldados” pelos sujeitos conforme as expectativas do grupo de interação. Este parece ser o caso dos AA. Ressalto também que não necessariamente certos eventos sejam “inventados”. Podem tão-somente se “modelar” a uma identidade discursiva pertencente a uma determinada comunidade

²⁹ Mesmo porque conforme sugeri a pesquisadora Janaína Amado em seu estudo sobre história oral: “toda narrativa, no entanto, possui uma dose, maior ou menor, de criação, invenção, fabulação, isto é, uma dose de ficção” (Amado, 1995).

de sentido. Como bem definiu Carlos Piña, “[...] qualquer relato cuja motivação inicial seja uma suposta reconstrução de sua própria vida, é em realidade um determinado tipo de reconstrução discursiva de caráter interpretativo, confeccionada para um público particular” (Piña, 1999, p. 99, tradução minha).

Todo o relato autobiográfico opera com a premissa básica da *seleção*. Isto permite ao narrador uma certa autoridade ímpar para com a “veracidade” de seus relatos, pois ao tomar posse da palavra em primeira pessoa, o narrador se torna onisciente dos acontecimentos ali narrados e, uma vez correspondida certas expectativas discursivas do grupo, seu grau de identificação para com seus companheiros estará sendo realizado. Contudo, tal “autoridade”, ou presença imponente do narrador não se configuram em premissas últimas para seu pleno reconhecimento: deve o sujeito contar com sua identificação pelo grupo como parte integrante daqueles, como um *semelhante*, que compartilha de seus mesmos e fundamentais atributos de sentido.

Já que todo relato autobiográfico se torna, em última análise, o produto de uma situação interativa específica, tudo leva a crer que o mesmo tipo de relato não se tornaria possível se as condições que o geram e que o gerenciam não permanecessem as mesmas. Procurei demonstrar neste capítulo que as bases ritualísticas/ performáticas e de ordenação das reuniões dos AA permanecem quase que inalteradas e procuram ser prescritas em seus manuais oficiais para todo e qualquer grupo que venha a funcionar em qualquer lugar do mundo. Ainda que as características culturais inevitavelmente forneçam roupagens particulares para os diferentes grupos, a forma estrutural e estruturante da irmandade, sua concepção performática e terapêutica, parece resistir a tais fatores. Isto permite a reprodução e a realização de narrativas enunciadas pelos membros muito aproximadas.

Portanto, o trabalho da memória, conforme Carlos Piña (1999) constatou, muda conforme seja a situação biográfica e é perfeitamente comum que, com o tempo, as possibilidades de interpretação do passado não somente mudem, como também vão se limitando; o “desenho” acaba se tornando cada vez mais rígido e tipificado. Quando este passado individual é rememorado no espaço das reuniões dos grupos de AA, seu sentido primevo (ou pré-AA) se reordena, tornando-se um *típico relato de um alcoolista anônimo*, em consonância com os relatos dos demais membros. Não por acaso podemos verificar a ressonância dos relatos entre si, pois a *repetição* pode vir a se tornar um expediente que dá sentido e que tece de maneira

mais profícua este tipo de configuração discursiva. Podemos conceber que a identidade do alcoolista anônimo se constitui em referência a um sistema temporal “[...] em que a interpretação do passado e a construção do futuro desejado se conjugam para dotar de sentido a ação presente” (Zizek, *apud* Díaz, 1999, p. 41, tradução minha), que, em última instância, se trata de se recuperar dos problemas pessoais e sociais advindos do uso do álcool. Narrar a sua vida consiste em refletir sobre si mesmo durante o momento da narração. Não obstante, esta se configura em uma das práticas da terapia narrativa aplicada nos AA. Evidentemente, tal modelo é utilizado em um sentido mais amplo. Tomo a expressão *terapia narrativa* emprestada de Sônia Maluf (1999), que a utiliza para tentar compreender outro tipo de agrupamento social³⁰, mas que sob elementos mais gerais, ajudam a pensar meu próprio objeto de investigação, pois para a autora:

As narrativas pessoais que acontecem nesses espaços [ritualizados] são um momento importante de definição do *ethos* do grupo. Falar de si, de suas experiências pessoais singulares e íntimas em uma esfera coletiva constitui, com efeito, um aspecto essencial da afirmação de si e da demarcação simbólica de uma identidade individual e coletiva (Maluf, 1999, p. 74-5, grifo no original).

Desta forma, no que se refere à identidade dos alcoolistas anônimos, podemos afirmar que nela está presente uma representação própria sobre um “problema” (o alcoolismo), representação esta que ecoa em diversas esferas sociais nas quais este indivíduo interage. Tal representação lhe informa que seu “problema” se trata de uma *doença*, de caráter moral e tida e vista como desviante no que diz respeito às normas sociais. Uma vez nos AA, ele lá aprende que esta doença é *incurável*³¹ e que existe um grupo que lhe permite uma identificação imediata, um *grupo de iguais*. As pessoas que narram possuem um alto grau de identificação e suas narrativas se encontram intrinsecamente atreladas a este universo cognitivo.

³⁰ A autora analisou os “filhos de Aquário”, membros de um agrupamento espiritual/ terapêutico do sul do Brasil.

³¹ Lembremos o *Primeiro passo* sugerido pela irmandade para o ingresso na terapia: “admitimos que éramos impotentes perante o álcool – que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas”. Os *doze passos* constituem um dos primeiros “mandamentos” que deve seguir o alcoolista anônimo quando de sua chegada ao grupo. Com o tempo, estes passos devem se incorporar ao *habitus* do alcoolista anônimo, conseqüentemente se tornando parte de sua identidade. Descrevo o *primeiro passo* por me parecer emblemático neste processo de conversão e de re-significação identitária. No terceiro capítulo, realizo uma análise destes expedientes.

CAPÍTULO 2

GÊNERO, ALCOÓLICOS ANÔNIMOS E AL-ANON

Há várias espécies de cicuta, e geralmente o destino encontra oportunidade de pôr nos lábios do espírito livre um cálice desse veneno – para “puni-lo”, como diz depois o mundo inteiro. O que fazem então as mulheres à sua volta? Elas gritam e se lamentam, perturbando talvez o descanso crepuscular do pensador: tal como fizeram na prisão de Atenas: “Ó Críton, manda alguém levar para fora essas mulheres!” – falou Sócrates enfim (Nietzsche).

Existe em nossa sociedade a demarcação bem definida de certas representações sobre gênero. Tais representações demarcam, em certo sentido, tanto os papéis masculinos e femininos esperados dentro de nossa sociedade quanto à própria posição assumida por esses dentro do âmbito de suas relações sociais. Estas representações se tratam de uma construção coletiva de longa data, que se transformam em maior ou menor escala de acordo com a cultura que desejarmos vislumbrar. Contudo, existem algumas tendências mais gerais com relação a certas expectativas de comportamento de gênero em nossa sociedade moderna que percebi, mais do que presentes em diversos estudos acadêmicos, em nosso próprio cotidiano. Tais expectativas, muitas vezes, acabam por se caracterizar mesmo como exigências de conduta para homens e mulheres, que, uma vez transgredidas, podem abalar certos códigos compartilhados pela sociedade. Desta forma, procuro compreender neste capítulo que fatores podem contextualizar a baixa participação de mulheres num grupo de auto-ajuda que em princípio não impede sua participação e porque tais grupos contam, majoritariamente, com membros homens.

As categorias e papéis de gênero construídas pela sociedade são, de alguma maneira, *incorporadas* pelos sujeitos, que passam por um processo de socialização que lhes informa certos códigos fundamentais integrantes das representações de

gênero. Tal processo de construção do feminino e do masculino se inicia desde a infância a partir do estabelecimento de relações sociais complexas que se encontram nos mais diferentes níveis de vivência em que nós interagimos, como a família, a escola ou o trabalho, a comunidade em que nos criamos e que depois iremos viver, as instituições políticas e sociais, a mídia, onde muitos desses códigos são reproduzidos e difundidos, etc. Além disso, conforme sugere Jacqueline Romani (1982), tais códigos também se encontrariam no domínio psíquico que estaria impregnado por representações inconscientes de assimetria sexual: “este domínio, no entanto [diz a autora], longe de ser substituto a-histórico das relações sociais é, de fato, sua experiência a nível inconsciente, inconsciente que é, ao mesmo tempo produto e produtor de relações sociais” (Romani, 1982, p. 64).

Não desejo me aprofundar nesta discussão a respeito da validade hermenêutica da apreensão e reprodução inconsciente destes códigos de comportamento e de papéis de gênero, entretanto, acredito que, como bem assinalou a pesquisadora Susana Rostagnol: “da mesma maneira que em cada um de nossos atos e pensamentos estamos produzindo e reproduzindo cultura, em cada um de nossos atos e pensamentos estamos produzindo nossa identidade de gênero” (Rostagnol, 1993, p. 214, tradução minha). Não é de se admirar que esta “identidade” de gênero possa delimitar (e mesmo definir) a existência de certos fenômenos que estarei discutindo mais a seguir, fenômenos esses percebidos no caso dos grupos de auto-ajuda dos Alcoólicos Anônimos.

No que se refere à possibilidade de participação das mulheres na irmandade dos Alcoólicos Anônimos, conforme seu próprio material de divulgação, esta assim se autodefine:

Alcoólicos Anônimos é uma irmandade de *homens e mulheres* que compartilham suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros na recuperação do alcoolismo. O único requisito para ser membro é o desejo de parar de beber. Para ser membro de A.A. não há necessidade de pagar taxas ou mensalidades; somos auto-suficientes graças às nossas próprias contribuições (Alcoólicos Anônimos, 2000, p. 12, grifo meu).

Portanto, a irmandade está aberta, desde sua fundação, para quaisquer tipos de pessoas, sem distinção de sexo, cor, classe social, identidade religiosa, etc,

contanto que sejam pessoas que desejem parar de beber e utilizar a irmandade apenas com esse propósito e dentro de sua lógica de funcionamento terapêutico.

As observações que realizei nos grupos de AA, especialmente as da cidade de Porto Alegre serão aqui comparadas, naquilo que tange a participação das mulheres, aos estudos existentes de outros grupos da irmandade³², com o intuito de contrapor essa dimensão analítica para outras localidades culturalmente particularizadas. Desta maneira, procurarei sempre realizar uma leitura comparada destas etnografias com relação às minhas próprias observações, a fim de tentar perceber aspectos congruentes e díspares entre uns e outros. Em realidade, admito ter encontrado muito mais semelhanças do que diferenças entre esses grupos espalhados em quatro cidades relativamente distantes entre si (Porto Alegre, Rio de Janeiro, Fortaleza e Cidade do México). Neste estudo, gostaria de me deter na discussão sobre uma destas semelhanças que considerei *ad hoc* de suma importância e que diz respeito a uma discussão mais geral sobre gênero.

Conforme demonstrou minha etnografia dos grupos, verifiquei uma baixíssima participação de mulheres nas reuniões. Este dado chamou a atenção desde o início de minha pesquisa com os AA e, quando tive acesso à pesquisa de outros estudiosos do tema (Brandes, 2002; Garcia, 2004 e Mota, 2004), verifiquei que eles constataram o mesmo fenômeno. A título de exemplo, no caso mexicano Brandes (2002) estima que 91% dos membros dos grupos daquele país sejam homens e note-se que funcionam, somente na Cidade do México, mais de cento e cinquenta grupos. Em Fortaleza, Mota (2004) dá conta deste percentual girar em torno de 87%.

Em uma das reuniões que presenciei era a primeira vez que uma mulher participava. Ela foi apresentada pelo coordenador do grupo aos demais membros, quando este lhe disse que ela se tratava da pessoa mais importante ali, naquela noite, tipo de saudação peculiar nos grupos da irmandade que serve como forma de incentivar o retorno do novo membro. Todos os demais participantes procuravam direcionar sua fala para ela (algo também de praxe), até o momento em que o coordenador, novamente na tentativa de incentivá-la a regressar, disse-lhe para não se assustar com aquela “homarada”, porque participavam mulheres também naquele grupo. Naquela noite, além do pesquisador, o coordenador e mais oito homens,

³² Neste capítulo, analiso principalmente os recentes trabalhos de Garcia (2004) sobre um grupo do Rio de Janeiro, de Mota (2004) sobre grupos de Fortaleza e o estudo realizado por Brandes (2002) sobre grupos de AA da Cidade do México.

participava da reunião apenas esta nova integrante. Como este trabalho de campo foi realizado em outra cidade, e de outro Estado (Caxambu/ MG), não pude acompanhar o que ocorreu com esta mulher, a saber, se ela continuou ou não participando do grupo. Todavia, a fala deste coordenador e sua conseqüente preocupação com a quantidade de homens me pareceu ser bastante significativa.

Evidentemente, a pergunta que se impõe é a seguinte: o que explicaria esta baixíssima afluência de mulheres nos grupos de AA? Seguramente, não é o fato de não existirem mulheres alcoolistas. Não encontrei estatísticas oficiais que demonstrem o número de mulheres alcoolistas conhecido. Todavia, posso deduzir que tal percentual de certo não corresponderia com o “real” número de mulheres que se encontram nesta condição, uma vez que, conforme procurarei demonstrar ao longo deste capítulo, o reconhecimento público deste tipo de problema por parte das mulheres pode esbarrar em diversas barreiras culturais.

2.1 REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO, PAPÉIS SOCIAIS E ALCOOLISMO

Diversos estudos apontam para a associação entre o uso público do álcool e o universo masculino. O ato de beber parece estar diretamente relacionado às celebrações masculinas de uma maneira geral, tornando o espaço social do bar como um lugar onde prepondera uma sociabilidade entre homens. Estudos como os de Denise Jardim (1991), Simoni Guedes (1997) e Angela Garcia (2004) permitem entender certos significados que são atribuídos ao consumo de bebidas alcoólicas como um ato eminentemente masculino. O mesmo pode ser percebido no exemplo dos mexicanos. Como assinalou Brandes sobre os membros de um grupo de AA da Cidade do México:

Para estes homens, como para muitos outros no México, abster-se da bebida representa graves problemas, porque para grandes segmentos da sociedade mexicana a ingestão alcoólica é inerente ao papel masculino. [...] os homens mexicanos demonstram sua amizade por meio da bebida. [Por exemplo], quando os adolescentes ou recém-casados estão fazendo novos amigos é normal que se diga algo como, “nós temos que nos *emborrachar* juntos um dia destes!”, mas seria totalmente inusual que as mulheres externassem algo parecido (Brandes, 2002, p. 5-6, tradução minha).

O caso brasileiro não difere muito desta descrição. Barreto acredita que o ato de beber cachaça, por exemplo, se caracteriza como a incorporação de um dos símbolos do homem por natureza, “no país do machismo”, pois somente desta maneira este homem sem autoridade, ou sem trabalho, que se sente fracassado e desvalorizado pode tentar reverter sua posição (Barreto, *apud* Mota, 2004). Parece, portanto, que o consumo público de bebidas alcoólicas possui um *ethos* marcadamente masculino em nossa sociedade. Este aspecto pode se caracterizar como um dos fatores que explicam a preponderância de homens nas reuniões de AA, uma vez a irmandade se tratar de um local público de recuperação de um atributo ligado diretamente ao universo masculino. Este aspecto, contudo, ainda me parece insuficiente para compreender a baixa afluência de mulheres nas reuniões, pois, como veremos, as próprias reuniões reproduzem o *ethos* masculino inerente à bebida.

Também para os membros das reuniões, a bebida consiste em uma parte inerente do universo público masculino. Para Brandes (2002), esta representação se encontra de tal maneira incorporada ao *habitus* que o abandono definitivo da bebida pode forçar, em alguns casos, ao questionamento da própria masculinidade e, por conseguinte, da própria identidade dos homens que primam por características tidas como “masculinas”, uma vez que, conforme inferimos, o ato de beber consiste em uma ação que está intimamente associada às celebrações masculinas entre homens³³. Este tipo de representação, ainda existente, possui, de acordo com o mesmo autor, uma origem muito antiga. Em épocas anteriores ao século XX é fácil encontrar referências que desassocia completamente o uso do álcool do universo feminino, valorizando seu uso pelos homens (Brandes, 2002).

Parece-me não ser difícil encontrar exemplos atuais que corroborem com este traço masculinizante do uso da bebida. Para muitos grupos de rapazes das sociedades modernas, o uso do álcool pode ser concebido como um ritual de passagem entre a infância e a idade adulta, o que parece não ser o caso das meninas. Com efeito, mesmo uma superficial observação evidencia a prevalência de homens ingerindo bebidas alcoólicas em locais públicos, o que me permite supor que a mulher alcoolista beba com mais frequência em casa.

³³ Merece ser ressaltado que “homem” não é sinônimo de masculino e nem de masculinidade. Ao longo deste texto, contudo, estas noções se aproximam por razões argumentativas.

Alguns dos papéis sociais masculinos existentes e exigidos, de maneira geral, por nossa sociedade, nos permitem o vislumbre de uma outra possibilidade de compreensão deste fenômeno que procuro analisar. Não somente a ingestão pública e coletiva de álcool é tida como *ethos* masculino, mas também outras atribuições relacionadas às substâncias químicas, de uma maneira geral, como bem relatou o estudo de Gilberto Velho (1998) sobre o uso de tóxicos entre as classes médias/ altas cariocas no início dos anos 1970. Neste estudo ele demonstrou “como a compra e todos os contatos necessários para a obtenção de tóxicos, *atividade considerada até certo ponto perigosa*, eram feitos apenas por homens” (Velho, 1998, p. 56, grifo meu). Não por acaso, algumas *patologias sociais* serão mais observadas dentre os homens:

Embora a dependência química não escolha, em princípio, um sexo específico, é entre os homens que o quadro se revela mais acentuado. O mito da onipotência masculina, um fardo carregado pelos homens ao longo dos séculos, associado ao aumento da competitividade no mercado de trabalho, vem causando uma deterioração psíquica que muitas vezes finda em comportamentos autodestrutivos. O sexo masculino lidera as estatísticas mundiais de suicídio, toxicomania, mortes violentas e alcoolismo. Em cada quatro dependentes de drogas em todo o mundo, três são homens (Mota, 2004, p. 32).

Atendo-se ao caso do alcoolismo, se a masculinidade e a bebida estão fortemente ligadas, se o *ingerir e se embriagar* denotam “coisas de homem”, a recusa deste modelo de vida pode acarretar de fato uma crise na identidade masculina (Brandes, 2002). Mas, não necessariamente o homem perde ou acredita perder sua masculinidade se abstendo do uso do álcool, mesmo aqueles homens inseridos em um contexto social tido e visto como “machista”. Como afirma Guedes (1997), deixar de frequentar o bar significa também a perda de um importante espaço de afirmação de identidade e prova de masculinidade. A pesquisa de Denise Jardim (1991) demonstrou que no universo público dos bares, o *ethos* masculino ali consolidado através da afluência de uma maioria de homens possibilita a exclusão do outro, a saber, a mulher, que permite que entre esses homens seja constantemente reafirmada sua identidade masculina. Tal fenômeno pode ser estendido para os grupos de AA, locais onde o que pode ocorrer é uma re-significação do que é ser masculino, e este fenômeno pode ser percebido em consonância com os próprios

preceitos dos AA, que clamam por uma re-estruturação da identidade de seus participantes.

Nos AA a *abstenção* do uso do álcool definirá o que significa *ser masculino*. São comuns situações onde a família do alcoolista anônimo se encontra em crise em função do uso da bebida. O papel masculino no lar, a posição de “chefe de família”, o respeito e a confiança dos filhos e da esposa, enfim, estas dimensões são trabalhadas pelos AA e a partir da possibilidade de restabelecimento desses laços, a pessoa vê os possíveis efeitos sociais “desmasculinizantes” dirimidos.

A partir de minhas observações, conversas e entrevistas mais formais, constatei haver uma predominância de homens de meia-idade, *pais* e *maridos*, que encontraram, com o uso da bebida, uma série crise no desempenho de seus papéis sociais. Ademais, dificilmente encontramos pessoas muito jovens ou solteiras nos grupos. Com relação a este aspecto, são comuns os relatos dos participantes que apontam para o comprometimento da vida financeira da família devido ao seu alcoolismo. Tais exigências de *provedores* seriam menos freqüentes para jovens e solteiros. O uso do álcool pode atrapalhar a vida financeira da pessoa e, conseqüentemente, comprometer a saúde financeira da família da qual esta pessoa é responsável (atribuição do desempenho de seu “papel masculino”). Não por acaso, o passado de dependência química se torna o principal motivo de uma série de separações de casais e dissoluções de famílias.

E, não obstante, e apesar das novas crenças que possam professar, estes homens tem fracassado em satisfazer um papel masculino fundamental: o de ser as cabeças de seus próprios lares. Não são os chefes de seus lares. Provavelmente esta seja a razão por que recorrem a suas histórias pessoais da forma mais explícita possível para abordar temas relacionados com a identidade de gênero (Brandes, 2002, p. 08, tradução minha).

Na sociedade ocidental, especialmente na América Latina, comumente a noção de *trabalhador* passa pela categoria de *provedor masculino*. Alba Zaluar (1985) reconhece que no Brasil opera-se justamente com esta lógica de *provedor*, ou seja, o trabalhador (eminentemente do sexo masculino) é aquele que deve *prover* sua família de tudo aquilo que materialmente lhe seja predicado. Tal forma de representação possui implicações determinantes na sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à formatação das famílias e da relação de gêneros estabelecida a partir

desta. Luiz Fernando Dias Duarte (1986) pensa essa questão de maneira semelhante, pois entende que o homem é percebido em nossa sociedade como a “cabeça do casal”, o “chefe da família”, “o provedor do lar”, sendo a mulher a “dona de casa”, subserviente deste espaço e carente materialmente do homem. O homem que provê a família, portanto, merece seu *respeito*. Não cumprir com este papel de provedor pode significar perdê-lo, uma das maiores desonras por que pode passar um homem dessa sociedade. Alguns autores chegam inclusive a propor a existência de três princípios prementes da *lógica do provedor*: engravidar sua mulher, prover seus dependentes e proteger sua família (Gilmore, *apud* Gutmann, 1997). Estas são tarefas destinadas ao homem. Um homem alcoolista pode não conseguir satisfazê-las plenamente, ou seja, pode não cumprir com seu papel social de pai e de marido, ocasionando uma grave crise familiar.

Esta crise social em certo sentido contribui decisivamente para a entrada nos grupos de AA de homens com trajetórias muito próximas, o que também facilita o processo de identificação entre os membros, além do problema com o álcool em si. Na pesquisa dos grupos de Fortaleza, Mota (2004) também constatou o predomínio de homens advindos de uma situação social muito semelhante, pois relata que 79% dos membros possuem entre 31 e 60 anos de idade, sendo que 53% destes são casados formalmente. Em minha pesquisa pude verificar que daqueles que não eram casados formalmente, a maioria havia tido um relacionamento estável do qual resultou ao menos um filho. A literatura oficial da irmandade fornece diversas mensagens que representam a idealizada separação entre as funções de homem e de mulher no universo doméstico, recorrentes de nossa sociedade, como estas que reforçam a idéia de *submissão* feminina e de *ação* masculina no sentido do “provedor”:

A *paciência* que mães e esposas têm com os alcoólicos é inacreditável. Não fosse assim, muitos de nós não teríamos hoje um lar, e talvez estivéssemos mortos. [...] O *dono da casa* passou anos destruindo as estruturas de trabalho, romance, amizade, saúde – tudo isto está, agora, danificado ou arruinado. [...] *Papai* sabe que é culpado. Pode levar muito tempo de trabalho duro para que *ele* se recupere financeiramente, mas não deveria ser censurado. Talvez ele nunca mais venha a ter muito dinheiro. Mas a *família sensata* irá admirá-lo pelo que ele está tentando ser, e não pelo que está tentando possuir (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 111 e 152, grifos meus).

Conforme veremos mais adiante, a falência desses papéis masculinos é tida como um – senão o maior – fator que os precipitou a ingressarem no programa dos AA. O mesmo fenômeno foi percebido nos grupos do Rio de Janeiro e da Cidade do México. Vejamos alguns depoimentos de membros destes grupos que tomo como exemplares desta discussão.

Abri e abro meu anonimato para mostrar o quanto um *profissional* perde por causa do álcool... Tenho formação universitária e perdi muitas oportunidades de emprego porque só queria estar num bar... Estou com 37 anos de casado e graças à maravilhosa mulher que tenho *não perdi a família, nem o respeito dos filhos, nem passei necessidade...* O A.A. operou uma modificação na minha vida que não sou eu quem digo, são os outros. Pessoas que me viam cambaleando, *andando atrás da mulher*, fazendo vergonha. Hoje me vêem cumprindo os horários, limpinho, *de braços dados com a mulher*, ao lado dos filhos (Garcia, 2004, p. 109, grifos meus).

Como bem relatou este membro, hoje em dia ele não *caminha mais atrás da mulher*, mas sim ao seu lado, de braços dados, no mínimo numa situação de igualdade, o que antes pode ser percebido como sintoma de inferioridade masculina na visão deste membro. Da mesma maneira, o *profissional* que perde com o álcool alude diretamente à condição masculina de provedor da família. Vejamos agora um exemplo mexicano:

[...] *si el jefe de la casa está borracho, hay infelicidad, hay sufrimiento, lágrimas, enfermedad y también miseria. El alcoholismo produce todo esto. El alcoholismo destruye los hogares. [...] Y ahora, gracias a A.A., que existe no sólo en nuestro país sino en todo el mundo, tenemos esta gran esperanza de salvarnos a nosotros mismos de las garras del alcoholismo, de ser buenos ciudadanos, de ser buenos esposos, de ser buenos hijos y también buenos trabajadores.* Entonces esto es lo que se gana por ser miembro de Alcohólicos Anônimos (Brandes, 2002, p. 9-11, grifo meu).

Percebemos também nesse relato uma ênfase na figura do “chefe da casa” e no alcoolismo como agente de desestruturação familiar, além da preocupação notória em desempenhar satisfatoriamente certos papéis, como os de bom esposo, filho, trabalhador e cidadão. Os relatos que descrevo a seguir pertencem a minha pesquisa e foram enunciados tanto no espaço das reuniões, como também apareceram em algumas entrevistas que realizei com alguns membros.

Eu comecei a me tornar uma pessoa extremamente irresponsável. O casamento se foi, por causa disso aí. [...] Então, o que me trouxe mesmo a participar de um grupo de auto-ajuda, aqui no caso o AA, foi o sofrimento. Eu me lembrei que eu tava na praia e havia agredido a minha mulher. Eu cheguei numa manhã qualquer, cinco seis horas da manhã, bêbado e cheirado e eu agredi ela. Eu dei uma porrada nela, quebrei o braço dela, a mão dela. E, a minha filha que na época tinha uns dois anos e meio, três, assistiu, foi em defesa da mãe, me agarrou pelas pernas, aí eu parei... (Adriano, membro de um grupo há quatro anos, profissional liberal, 42 anos).

Neste relato aparece um fenômeno que ainda é verificado em larga escala em todo o país que se refere à violência doméstica devido ao alcoolismo em que as principais vítimas são em sua maioria as mulheres, como bem demonstrou o trabalho de Soares (1999). Infelizmente, este não se trata de um problema unicamente brasileiro. De fato, a América Latina possui uma espécie de *machismo* de certa maneira percebido de forma onipresente e virulento, ou seja, “tipicamente latino” (Gutmann, 1997). No México, por exemplo, Eduardo Menéndez (1990) demonstra como, em numerosos contextos sociais o álcool se constitui como o instrumento privilegiado mediante o qual o homem pode exercer violência física contra sua mulher e seus filhos. Não por acaso, naquele país as mulheres possuem uma expectativa permanente de serem abandonadas e constroem uma imagem de um homem irresponsável, arbitrariamente violento para consigo ou para com os filhos do casal, alcoólico e ainda adúltero. Tais representações ressoaram nos inúmeros depoimentos de mulheres que presenciei nos grupos de familiares de alcoólicos (Al-Anon) que serão objeto de discussão mais adiante. Além disso, o relato de Adriano citado acima denota uma grave crise em seu meio familiar e me recordo quando da entrevista de seu sentimento de *culpa* e *vergonha* quando ele me contou este episódio. O aspecto financeiro, nesta entrevista, também foi lembrado:

Tive abalos financeiros homéricos, perdi apartamento, perdi veículo, perdi trabalho, *bah*, abalo financeiro violento. E o descrédito né cara. [...] Bem, eu te coloco esse lado, o lado financeiro agora porque ele também conta... (Adriano, membro de um grupo há quatro anos, profissional liberal, 42 anos).

Este relato que como tantos outros demonstra a “falência” dos papéis masculinos de *pai*, *marido* e *provedor* está diretamente ligado à entrada destes homens na irmandade. No caso das mulheres, outros aspectos atrelados a sua identidade torna a inferência do exemplo masculino insuficiente para compreender

plenamente sua posição com relação aos AA. É preciso procurar compreender este aspecto levando em conta também outros fatores. As expectativas de desempenho de papéis diferentes para homens e mulheres ecoam na literatura oficial dos AA, que, ao dirigir suas mensagens para as mulheres, não raro demarcam explicitamente o “lugar” da mulher dentro do drama familiar causado pelo alcoolismo que pode desestruturar seu “lar”, uma vez que incapacita seu *único provedor* de cumprir com suas obrigações. O “perigo” pode ser tamanho que a mulher pode ter de assumir este papel, causando ainda mais *humilhação* para o alcoolista. Vejamos duas passagens como exemplo destes aspectos:

Existe um outro medo paralisante. Você pode temer que seu marido perca o emprego e ficar pensando na desgraça e nos tempos difíceis que se abaterão sobre você e seus filhos. Isto pode acontecer. [...] A bebida incapacitou por tantos anos e a tal ponto o pai, que a mãe se tornou o chefe da família. Ela enfrentou bravamente tais responsabilidades. Por força das circunstâncias, foi muitas vezes obrigada a *tratar papai como uma criança doente ou teimosa*. Mesmo quando ele queria *fazer valer seus direitos*, não conseguia, pois suas bebedeiras o colocavam constantemente numa situação desfavorável. Mamãe fazia todos os planos e dava as ordens. *Quando sóbrio, papai normalmente obedecia. Assim, a mãe, sem fazer de propósito, acostumou-se a ser o homem da casa* (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 144 e 159, grifos meus).

Para Bourdieu (2003) a “experiência dóxica” de que apreende o mundo social e suas divisões arbitrárias, especialmente a divisão entre os sexos, é naturalizada a ponto da legitimação. Uma dessas características que se refere ao processo social de construção da identidade dos sujeitos é o fato de parecer haver espaços perfeitamente demarcados entre o público e o privado, que seriam “próprios” para cada sexo, ou seja, ao homem caberia o espaço externo e à mulher se reservaria o espaço privado, ou, como preferiu denominar DaMatta (2003), ao homem está destinada a *rua* e à mulher, a *casa*. Tal construção apareceu quando se discutem questões relativas ao espaço do bar, predominantemente um local de interação entre homens. Outra construção social que diferencia os sexos alude a idéia de que cabe ao homem recuperar sua *honra* publicamente, como um verdadeiro *guerreiro* que se coloca à prova e supera, à vista de todos, seus desafios. A *honra* feminina passaria mais pelas noções de *vergonha*, *recatamento*, *proteção*, *fragilidade*, etc, portanto, de uma esfera também privada. Desta forma, realizei uma entrevista com uma mulher

que participa há sete anos de um grupo de AA em Porto Alegre. Esta interlocutora, uma senhora de meia-idade, abstinência há sete anos e com um histórico com a bebida que se assemelha a maioria de outras histórias que tive a oportunidade de conhecer, demonstrou sempre bastante disposição em conversar comigo sobre sua visão e participação na irmandade. Quando lhe perguntei quais seriam, no seu entendimento, os motivos que explicariam a baixa participação das mulheres, ela me relatou que:

É, é aquela coisa do estigma, né? A mulher é mais *visada*, ela tem mais dificuldade de se mostrar, ela prefere ir num sofá de psiquiatra, de analista, do que entrar numa sala de AA. Ela *tem medo de se expor*, de dar depoimento, a grande maioria morre de medo de dar depoimento [...] É aquela coisa machista, né? Homem não “pega” nada, né? (Heloísa, participante de um grupo há sete anos, advogada, 51 anos, grifos meus).

Neste relato já podemos perceber a questão da honra feminina atrelada às noções de *vergonha*, *recatamento*, etc, quando Heloísa nos declara ser comum para a mulher *ter medo de se expor*. Atrelando o consumo de álcool e esta noção pública de *honra*, os AA acabam se tornando um local por excelência de recuperação de alcoolistas homens. Para Bourdieu (2003), tomar a palavra publicamente se convencionou “ser uma coisa de homem” em nossa sociedade. A fala de uma mulher que participou de um grupo de AA no Rio de Janeiro resgatada pelo estudo de Garcia nos demonstra esses diversos aspectos que abordamos até aqui:

Homem bebe, se caiu ali, tudo bem. Mas se uma mulher cair, já fica desmoralizada [...] Se tiver num botequim, já leva fama de mulher à toa [...] Já homem, está no botequim? Tudo bem [...] Eu bebia em casa, bebia na rua. Não tinha esse negócio de não vou beber na rua, *porque os outros vão falar*. Não, eu pegava dinheiro e se quisesse entrar num botequim, eu entrava e bebia... Pedia uma cachaça... Uma amiga minha, toda vez que bebia, ela se urinava toda na rua [...] Mas, às vezes, eu mijava até na cama, isso eu sei. É porque *meus porres mesmo eram mais dentro de casa* (Garcia, 2004, p. 150-156, grifos meus).

Ciente das atribuições que poderiam causar o fato de beber na rua, esta mulher nos passa, a partir deste relato, a tentativa de sublevação dessa ordem conhecida. Entretanto, *seus porres mesmo* ainda se consumavam no interior de sua casa.

Além do fato de todas estas representações de alguma maneira contribuírem para compreendermos o porque da baixa participação das mulheres nos grupos, a

partir de minhas observações fui percebendo que estes, uma vez se constituindo com uma maioria de homens, acabavam por realizar encontros de caráter marcadamente masculino.

2.2 REUNIÕES DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS E A QUESTÃO DO GÊNERO

Se o ato de beber pode ser considerado uma ação social entre homens, que estabelece vínculos de amizade, a base para a recuperação do alcoolismo poderia permanecer a mesma, ou seja, ainda contingente a uma sociabilidade masculina. Se o ato de beber se configurava em uma compulsão, a participação em diversas reuniões por semana supriria esta necessidade. Desta maneira, é possível delimitar certos eventos que precipitam a entrada nos grupos desses homens, que, como procurei mostrar, passa pela “falência” de certos papéis sociais masculinos em uma determinada “fase da vida”. Como bem relatou um de meus interlocutores:

Eu cheguei desempregado aqui [no grupo de AA]. Cheguei abalado psicologicamente pela separação da mulher. A família também não queria mais papo comigo e hoje eu vivo com a minha mulher que acompanhou de longe a minha recuperação e depois começou a ter confiança em mim, me chamou, a gente começou a conversar e hoje a gente vive junto de novo. Eu tenho a guarda dos meus dois filhos adolescentes, que antes nem chegavam perto de mim e hoje eu tenho a guarda deles. E a minha filha, que eu só podia vê-la assim, sabe, com a mãe sempre por perto e hoje eu não tenho mais esse problema, quer dizer, a minha vida mudou bastante mesmo e mudou pra melhor (Adriano, membro de um grupo há quatro anos, profissional liberal, 42 anos).

Tanto o trabalho de campo realizado em Porto Alegre quanto a leitura de outras etnografias em diferentes lugares permitiu perceber o significado valorativo ocasionado na vida desses homens quando da entrada nos grupos, não apenas no que se refere à possibilidade de restabelecimento de laços sociais afetados, de uma espécie de reordenamento social, conforme já sugeri, como também no que se refere a manutenção de uma sociabilidade entre homens. Para essas pessoas:

[...] mais do que a noção de doença, o que convence é a possibilidade que vislumbra de recuperar sua condição de provedor da família, como trabalhador. Ao reavaliar sua vida, ele se vê como alguém que, em decorrência do consumo de bebidas alcoólicas, não conseguia honrar suas contas nem mesmo sustentar seu gosto pela bebida e seu prazer de estar no bar com os amigos (Garcia, 2003, p. 55).

Brandes (2002), a partir do exemplo mexicano, acredita seguro afirmar que aqueles homens, ainda que melhorem a qualidade de sua vida familiar em função da entrada no programa terapêutico dos AA, continuam passando mais tempo fora de casa não mais em função das cantinas (bares mexicanos), mas sim da participação constante nas reuniões. Constatei o mesmo fenômeno com relação aos membros dos grupos porto-alegrenses. Contudo, nestes casos existe o apoio da família no que se refere a esta ausência, uma vez o indivíduo estar se tratando, e não “enchendo a cara”. E, mesmo naqueles grupos que não realizam reuniões diariamente, mas sim em dias alternados ou duas vezes por semana, como acontece em um dos grupos que participei, não é incomum o fato desses membros freqüentarem mais de um grupo para suplantarem aqueles dias em que não há reuniões.

Não por acaso, encontraremos diversos grupos freqüentados apenas por homens. Brandes (2002) relatou o mesmo fenômeno no grupo mexicano que observou. Como consequência, dada a preponderância absoluta de homens, as reuniões de AA se caracterizam como um espaço predominantemente masculino, da mesma forma que o bar. Assim, não é de se estranhar que nestas reuniões caracteristicamente masculinas, o teor das conversas seja também marcadamente masculino. Mota percebeu ocorrer em Fortaleza algo bastante próximo do que verificamos aqui:

Participando de algumas conversas com membros, observamos que os assuntos são os mais variados, como política, futebol e, não raro, mulheres e farras. [...] Episódios pitorescos de suas vidas pregressas, dos tempos em que viviam na boemia, são muitas vezes enfatizados, costumeiramente acompanhados de boas gargalhadas (Mota, 2004, p. 111).

O mesmo ocorreu com Brandes (2002) na Cidade do México, quando relata que um de seus interlocutores freqüentemente se queixava, quando faz uso de sua palavra nas reuniões, que está preocupado com o fato de estar se masturbando compulsivamente uma vez que sua mulher o abandonou. Este tipo de confissão é praticamente inconcebível de ser relatada em público na presença de mulheres. O mesmo ocorreu quando outro membro contou um drama pelo qual passou quando, ao chegar em casa, flagrou sua mulher na cama com outro. Mesmo com o tempo esgotado, este membro não se conteve e fez questão de continuar a estória para dizer ao grupo (de homens) que cumpriu seu papel de “macho”, correndo atrás do

rapaz com intuito de matá-lo, o que não conseguiu realizar. Ao encerrar seu depoimento, ainda diria: “¿cuándo hubiera podido contar esto en una cantina? Por supuesto, la respuesta implícita era, ‘nunca’. Solo a los compañeros de A.A. podían hacerse confesiones de esta naturaleza” (Brandes, 2002, p. 13). Enfim, os exemplos resgatados de outros trabalhos seriam inúmeros. Apresento, assim, algumas falas de membros dos grupos nos quais realizei observações, como esta que enuncia uma frustração sexual:

É, eu... eu tenho muitos sonhos eróticos ultimamente. Com outras mulheres... com a minha também, às vezes... Eu não transo com a minha mulher desde janeiro do ano passado [quando do relato, isto já fazia cerca de uns quinze meses]. Eu já pensei em pegar a bolsa-escola do meu filho e ir lá nas ‘tias’ [prostitutas] resolver o meu problema, mas eu sei que isso não tá certo... (Cristian, dois anos de participação em grupos, 38 anos, desempregado).

Evidentemente, assuntos sobre sexo não são assuntos proibidos para serem discutidos publicamente entre homens e mulheres. Chamo a atenção para o fato de que tais assuntos, de ordem absolutamente íntima, especialmente aqueles ligados aos diversos tipos de frustração sexual, comumente são compartilhados com pessoas que se estime um certo grau de intimidade, o que parece ser o caso dos grupos de *homens* que majoritariamente constituem os grupos de AA. Depoimentos desta natureza não são raros, como este de um outro participante:

E o sexo, hein? Você chegava em casa com aquele “bafo de onça” e procurava a mulher. Aí o “negócio” não funcionava. Você tentava de novo e nada. E a mulher ali, daquele jeito, e ainda por cima tendo que agüentar o “bafo de onça” do malandro. Eu duvido que isso não tenha acontecido com ninguém aqui, é ou não é verdade? (Félix, membro com onze anos de participação em grupos, artista plástico, 58 anos).

Pude reparar que diversos membros acenaram positivamente com a cabeça depois desta interpelação. Dentro do repertório de assuntos, encontramos também diversas gírias que possuem conotações comumente tidas e vistas socialmente como “vulgares”, como por exemplo, alguns para se referir ao pênis, como “pau”, “o negócio”, “o troço”. Além das mais diferentes conversas que presenciei como do tipo:

[...] aí, eu peguei a guriuzinha - ela tinha uns dezoito aninhos - e ‘craú’ nela! [fazendo com os braços um movimento que alude a penetração no ato sexual] Ela engravidou e virou minha mulher. Tive que casar, né guri?! (Daniel, participante há cinco anos de grupos, 53 anos, profissional liberal).

O comportamento erótico e casuais referências à genitália, além das mais diferentes asseverações deste tipo, demarcam perfeitamente a identidade sexual dos membros, por vezes presente na fala de alguns informantes. “Compõe a honra masculina exhibir-se como viril e ativo” (Silveira, 1999, p. 70). Este tipo de comportamento consiste em uma das possibilidades possíveis apresentadas no discurso dos membros que se referem a uma representação de gênero. De qualquer modo, chamo a atenção para o fato de que este tipo de conversa não ser de todo incomum quando da interação apenas entre homens e, portanto, não é de se admirar que o mesmo ocorra no espaço das reuniões de AA. “Me costó un huevo, hasta los dos” teria dito um dos interlocutores de Brandes ao se referir, em uma reunião, sua dificuldade em ter ingressado na irmandade (Brandes, 2002, p. 15). Na literatura oficial dos AA encontramos passagens que reforçam a “posição” da mulher quando este tipo de assunto entra em pauta:

Mas a bebida realmente complica as relações sexuais em casa. Depois de alguns anos com um alcoólico, uma esposa fica cansada, ressentida e reservada. [...] Não queremos dizer que você tenha que concordar com seu marido sempre que haja uma honesta divergência de opiniões. *Só tome cuidado para não discordar dele* com espírito crítico ou ressentido (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 109 e 146, grifo meu).

Heloísa, a mulher participante de um grupo de AA que me concedeu entrevista, quando questionada sobre a participação das mulheres nos grupos, admitiu que procura participar de um maior número de reuniões também pelo fato de que esta seria a sua maneira de retribuir a ajuda que recebe da irmandade, pois:

Se não tem uma mulher, se eu não tô lá, se não tem nenhuma mulher, e chega outra mulher aqui ela não fica. É mais difícil, tu entende? Então, a minha forma de colaborar com os AA enquanto grupo é assim [...] porque às vezes chega uma companheira desesperada, que tomara pileque ontem. Hoje, quando a gente bebe a ressaca é moral, emocional, física, e por aí vai. Então, se ela se depara com uma sala cheia de homem é muito difícil que ela venha a segunda vez (Heloísa, advogada, participante há sete anos da irmandade, 51 anos).

Se em Porto Alegre, Fortaleza e na Cidade do México foram relatados tais exemplos de “conversas entre homens”, na pesquisa realizada no Rio de Janeiro por uma mulher (Garcia, 2003, 2004) já não foi possível resgatar este tipo de depoimento, e a própria pesquisadora se mostrou ciente deste fato. Ela verificou que no tempo e no espaço das reuniões, como o intervalo para o café, lembravam a sociabilidade

presente no ambiente dos bares, onde os participantes conversam mais abertamente, rindo, brincando, trocando favores, falando sobre mulheres, futebol, política, trabalho, etc. Só que:

A oportunidade de observar este aspecto, de forma mais clara, ocorreu-me no dia em que estava fazendo um levantamento na secretaria da sala do grupo e muitos chegavam sem notar minha presença. Cumprimentavam-se com risos, tom elevado da voz, jogos de palavras e, a julgar pelos sons, contatos físicos [...] em tons diferentes dos que eu estava acostumada a ver e ouvir. [...] Em outras vezes, quando eles chegavam e eu estava na recepção, os cumprimentos eram mais suaves e o tom de voz mais baixo. Comigo, o assunto girava sempre em torno de questões da instituição, perguntas sobre minha vida ou a pesquisa [...] Se nos grupos formados falavam entre si sobre mulher, futebol ou trabalho, os risos eram moderados e até contidos ou disfarçados (Garcia, 2004, p. 93-4).

Aqui, me parece evidente a força social que possuem certos códigos e construções, em especial aqueles ligados à identidade social, que neste caso, me parecem terem servido como um limite intrínseco a uma pesquisa e, mais ainda, a uma pesquisadora. Como bem assinalou a discussão de Susana Rostagnol sobre essa questão:

Muito se há escrito sobre a direção proveniente do sexo da investigadora, mas pouquíssimos estudos sobre o trabalho de campo enfatizam o problema de que o antropólogo está imerso num domínio profissional onde rege um discurso de orientação masculina com respeito ao gênero que reforça as idéias pré-existentes na sociedade acerca da mulher (Rostagnol, 1993, p. 217, tradução minha).

Os limites intrínsecos às possibilidades de interação e o acesso à informação etnográfica também perpassam o sexo do pesquisador e como ele é percebido pelo grupo. *Ser mulher* ou *ser homem* pode tanto favorecer quanto desfavorecer pesquisas com determinados grupos. Que o digam as pesquisas realizadas por mulheres em ambientes caracteristicamente masculinos, como a de Denise Jardim (1991) sobre bares freqüentados por grupos populares ou de Elaine Silveira (1999) sobre canchas de *jogo do osso*, para citarmos pesquisas além da de Angela Garcia sobre os AA, onde, não obstante tendo que lidar com certas manifestações preconceituosas ou restrições interativas, as pesquisadoras tinham de livrar-se dos mais diferentes tipos de assédio, como se isso fosse entendido por aqueles homens

quase como uma *obrigação masculina*. Tais aspectos são trazidos à tona com o intuito de mostrar como dificilmente escapamos dos efeitos das representações de gênero e como nós também compartilhamos delas. Não é de se admirar, portanto, que tais efeitos sejam percebidos numa irmandade como os AA. Procuro, a partir de tais aspectos, mostrar que existe uma associação comum entre certas representações e valores ligados ao gênero da sociedade envolvente à certos comportamentos observados nos grupos que permitem contextualizar barreiras nem sempre conscientes ou visíveis à participação das mulheres.

Stanley Brandes (2002) percebe que uma espécie de “machismo” (tido aqui como um atributo que exprime a preponderância de valores tidos como masculinos em nossa sociedade) pode ser um dos fatores que dificultam decisivamente a participação das mulheres nestes grupos, além do fato de que tais mulheres possivelmente trariam consigo diferentes problemas emocionais mesmo em função de um sentimento maior de “culpa” relacionado às representações sociais existentes em torno do alcoolismo, especialmente do alcoolismo feminino. Conscientes deste aspecto, já existiram tentativas de criação de grupos apenas de mulheres. Mota verificou o mesmo em Fortaleza:

Ouvimos menções à presença de grupos “com propósitos especiais”, muito comum no A.A. dos Estados Unidos, organizados para atender às necessidades de mulheres ou outras minorias, como gays e lésbicas. Em Fortaleza, conforme nos foi confidenciado, já existem grupos somente para mulheres, tendo em vista que algumas delas se sentem inibidas ao confidenciar seus problemas a um público majoritariamente masculino (Mota, 2004, p. 162-3).

No que se refere a um dos grupos que observei em Porto Alegre, este possui total consciência da fraca participação das mulheres nas reuniões. Não que fosse necessário institucionalmente, mas existe por parte dos membros “permissão” e mesmo “incentivo” para a participação das mulheres, o que não acontece. Tanto é verdade que há alguns anos atrás se tentou formar um grupo somente de mulheres na sede da Cruz Vermelha na cidade, que no final não perdurou por muito tempo. Heloísa, de outro grupo, também realizou esforços nesse sentido:

Há dois anos e meio atrás, eu batalhei, batalhei pra fazer um grupo especial de mulheres num dia diferente das nossas reuniões [...]. Eu vim dois meses, começou com quatro, depois duas, depois duas, e depois só eu. Então eu entendi que – e isso foi divulgado nos outros

grupos – eu achava que as mulheres precisariam de um lugar para elas falarem de suas intimidades mesmo. Mas, pra minha surpresa, não funcionou [...]. Me surpreendeu, eu achei que eu fosse encher a sala (Heloísa, participante há sete anos da irmandade, 51 anos, advogada).

Tal situação é vista com muito pesar pelos membros de outro grupo, majoritariamente masculino: “nós lutamos tanto por isso”, disseram meus interlocutores. Para eles, a incidência do alcoolismo é tão presente no mundo feminino quanto o é no masculino. Quando eu os questionei sobre os motivos que poderiam explicar a baixa incidência de mulheres nas reuniões, a explicação mais freqüente diz que a mulher “não se identifica com os AA, mesmo que sofra do alcoolismo”. Uma vez alcoolista, a mulher não procura os AA, preferindo participar (quando participa) de outros tipos de grupos que possuem as mesmas bases filosóficas dos AA. As mulheres teriam *vergonha* de se assumir como alcoólatras participando de um grupo de AA. Outra explicação dada por alguns membros faz alusão à hipotética *fraqueza* que seria peculiar das mulheres, que apontam para um acompanhamento psicológico, pois elas não estariam preparadas o suficiente para as reuniões, que possuem uma “forte carga emocional que as mulheres não poderiam suportar”. Aliás, esse tipo de manifestação representa perfeitamente um tipo particular de masculinidade que pode ser percebida como exclusivamente disponível para homens alcançar. Tal ponto-de-vista se torna, portanto, contraditório quando os membros manifestam seu pesar pela baixa participação das mulheres nos grupos. Afinal de contas, as reuniões existem para homens ou mulheres ou são espaços exclusivamente masculinos? Os grupos de AA poderiam, desta maneira, também serem percebidos como uma espécie de “casas de homens”, como são referidas na literatura antropológica os locais de socialização e de trocas simbólicas entre os homens (Jardim, 1991; Silveira, 1999)? Teoricamente não, mas empiricamente de fato os grupos de AA analisados se aproximam bastante desta definição.

Todas as explicações mencionadas no parágrafo anterior relativas à baixa participação de mulheres me parecem carregadas de um viés masculino do alcoolismo feminino e, por extensão, de seu tratamento concebido na figura dos AA, além de reforçarem uma imagem de certo modo “masculina” relacionada ao problema do alcoolismo nas mulheres. Por outro lado, também contemplam uma re-significação do *ser masculino* a que me referi anteriormente, pois na visão desses homens é preciso ser “macho” para agüentar a pesada carga psíquica de uma reunião de AA.

Isto não quer dizer que uma mulher não possa também ser “macho” para agüentar a carga de uma reunião de AA. Fato é que, quando este tipo de comentário aparece dentro da fala de alguns membros da irmandade, parecem denotar o estabelecimento de uma fronteira entre os homens e as mulheres quando o assunto é a bebida e suas variantes, como a própria recuperação do alcoolismo, reforçando uma carga valorativa com relação ao gênero existente na sociedade. Em diferentes culturas (senão na maioria delas), os homens compartilham da convicção de que são *feitos homens* a partir de uma série de provações que a vida lhes impõe e que estão sujeitos a superar. Por isso é que, para eles, é preciso se provar um perante o outro de uma maneira que as mulheres não o fazem, e que nem precisam fazê-lo, pelas simples condição de *serem mulheres*.

Neste caso, a plena concordância da igualdade de capacidades entre os homens e as mulheres alcoolistas poderia inclusive colocar em xeque a dita “macheza” destes homens, pois, no momento em que certos participantes declaram que a reunião dos AA é “mais difícil” de ser suportada, aludindo a uma representação de “força”, e por extensão de “virilidade”, eles se diferenciam das mulheres e reforçam sua condição de *homens*. Neste sentido, ser *igual* às mulheres comprometeria sua masculinidade. Para elas, seria mais conveniente outros tipos de grupos, que não possuíssem certas características peculiares dos AA que se refeririam a uma “grande provação”, conforme crêem alguns participantes. Os grupos de Al-Anon podem ser compreendidos como um exemplo típico desta representação dos membros de AA.

2.3 OS GRUPOS DE AL-ANON

O *ethos* masculino ligado ao consumo de bebidas alcoólicas, certas representações acerca dos papéis de gênero, somado ao prevalecimento de uma atmosfera bastante masculina nas reuniões, podem ser tidos como fatores que explicam a baixa participação das mulheres nos AA. Uma das possibilidades de participação se realiza nos grupos de Al-Anon (grupos de apoio aos familiares de alcoolistas anônimos), contudo, esses grupos se destinam não às mulheres alcoolistas, mas sim esposas, filhas e demais parentes ou amigos de indivíduos com problemas com o álcool. Nessa parte, discuto um pouco o papel desses grupos, especialmente no que se refere à participação feminina, pois se verifica nos grupos

de Al-Anon um fenômeno inverso ao ocorrido nos grupos de AA: aqui, a maioria absoluta das participantes são mulheres.

Os Grupos Familiares Al-Anon surgiram em Nova York, em 1951. Hoje existem em mais de 100 países, onde perfazem um total de 30 mil grupos. No Brasil, o primeiro dos mais de mil grupos existentes foi fundado em São Paulo, em 1965, cidade que sedia a organização no país³⁴. Fazem parte da estrutura dos Al-Anon os grupos destinados aos filhos de alcoolistas, chamados de Alateen. Tais grupos possuem uma existência mais breve, se comparados aos grupos de AA ou de Al-Anon, isto porque, de acordo com os membros desses últimos, os jovens (adolescentes, na sua maioria) acabam perdendo mais rápido o interesse de participar desses grupos. Para se ter um exemplo, Paula, uma de minhas interlocutoras, me falou que por iniciativa de sua filha, que vira a mãe se engajando num grupo de Al-Anon para se confortar dos problemas advindos do relacionamento com o marido alcoolista, decidiu ingressar num grupo de Alateen. Como não havia nenhum grupo acessível naquele momento, as duas organizaram um no local onde funcionava (e ainda funciona) um grupo de AA e de Al-Anon. A irmandade requer que os grupos de Alateen realizem reuniões a partir do mesmo programa e dos mesmos princípios dos Al-Anon, com a orientação de dois membros adultos desses grupos. A mãe convenceu uma companheira de grupo a organizar um Alateen consigo e com a filha e se esforçou para que suas demais companheiras de Al-Anon incentivassem seus filhos adolescentes para participarem do novo grupo, que funcionaria semanalmente. Nas três primeiras reuniões, houve um quorum relativamente satisfatório, de cerca de dez adolescentes. Na quarta e quinta reuniões, viriam apenas três e nas duas seguintes comparecera apenas a filha que idealizara primordialmente o grupo, que, evidentemente, acabou fechando. Esta interlocutora disse que esse fenômeno é muito comum, mas lembrou-me que mesmo assim esses jovens são bem-vindos nos grupos de Al-Anon, destinados a *todos os membros da família*. De fato, nas reuniões de Al-Anon que participei, não presenciei sequer um adolescente, tampouco realizei observações em algum grupo Alateen.

De todo modo, já que as identidades masculinas se desenvolvem em relação às femininas e, como atesta Matthew Gutmann (1997), o pesquisador nunca pode estudar um gênero sem estudar os outros, oferecerei uma etnografia acerca de um

³⁴ Essas informações históricas foram obtidas no sítio oficial da irmandade na Internet: www.alanon.org.br.

grupo de Al-Anon da cidade de Porto Alegre que tive a oportunidade de acompanhar durante dois meses, em meados de 2005, a fim de procurar desvelar suas principais características, assim como a de seus participantes. Espero que os dados daqui apreendidos possam ser representativos e generalizáveis para outros grupos, de outras localidades. Este sentimento advém de conversas que realizei com integrantes dos AA e do próprio Al-Anon que me declararam que, em linhas gerais, existe pouca diferença entre os grupos, ao menos no que se refere à disposição do espaço e às características do ritual (pelo fato destas serem orientadas institucionalmente³⁵) e mesmo dos próprios membros, ou seja, com uma preponderância de mulheres. Na verdade, durante os dois meses que realizei observações no grupo, não vi um homem sequer participando de uma única reunião. As mulheres que lá participaram eram na sua maioria de meia-idade, ainda que a mais jovem tivesse 26 anos e a mais velha 65. Como bem relatou uma de minhas interlocutoras sobre estes grupos:

Al-Anon é ao contrário. A maioria é mulher. É difícil tu encontrar um homem ali dentro. Bem difícil mesmo [...]. Eles falam dos problemas deles, porque, o que que é o Al-Anon? Normalmente numa família de alcoólicos, adoece toda a família. [O homem] ou não leva dinheiro pra casa, ou gasta tudo. Financeiramente afeta, sexualmente afeta... Então ali elas trocam idéias de como agir com seu alcoólatra porque a maioria das mulheres que freqüentam o Al-Anon, seus maridos ainda bebem. Todo mundo pensa que Al-Anon são familiares dos membros dos AA, e tem mulheres que freqüentam o Al-Anon também que estão separadas à cinco, seis anos e que continuam freqüentando de tão mal que elas ficaram com a convivência com um alcoólatra (Heloísa, participante há sete anos da irmandade, advogada, 51 anos).

O grupo observado se encontra alocado em uma sala disponibilizada por uma igreja católica. Da mesma forma que os AA, o grupo de Al-Anon paga um aluguel para a igreja pela concessão da sala, com o intuito de manter sua autonomia enquanto grupo (o aluguel dessa sala custa R\$ 15,00 mensais). Neste caso em particular, na sala em que este grupo realiza suas reuniões (nos fundos desta, mas comunicado por duas grandes janelas), funciona uma espécie de oficina da igreja, que eventualmente ocasiona alguns transtornos na reunião, quando as pessoas que ali trabalham escutam rádio, fazem uso de ferramentas ou ligam algum instrumento elétrico, como serras, etc. Mas, como o preço do aluguel é praticamente simbólico, as

³⁵ Com relação a este aspecto, tanto os participantes dos AA quanto dos Al-Anon costumam dizer que não existem “normas”, mas antes “diretrizes” indicadas pela irmandade. Normas ou não, tais “diretrizes” procuram sempre serem seguidas à risca pelos grupos, conforme pude observar.

coordenadoras do Al-Anon procuram não reclamar dessas perturbações, limitando-se a tão somente levantarem seu tom de voz, no momento de seus depoimentos.

Não raro, os grupos de Al-Anon funcionam onde existem grupos de AA, normalmente fundados anteriormente. E não raro também, as mulheres que participam desses grupos vão para as reuniões com seus companheiros, membros dos grupos de AA, como uma espécie de *programa familiar*. No grupo observado, a sala onde funciona o grupo de Al-Anon fica exatamente ao lado da sala de AA. Como os horários, tempo de duração das reuniões e dias que funcionam esses dois grupos são os mesmos (duas vezes na semana, das 19:30 às 21:30), comumente os casais, além de chegarem e de saírem juntos, podem perfeitamente se encontrar no intervalo nos corredores do prédio, pois freqüentemente eles coincidem. A partir desse fenômeno, pôde ser observada a construção de uma rede maior do que aquela limitada aos integrantes dos grupos, pois os mais afins entre si acabam conhecendo as esposas dos companheiros e vice-versa, constituindo laços de fraternidade que extrapolam os muros da irmandade. Pude observar conversas como a de um membro do grupo de AA para com a esposa de um companheiro seu, integrante do Al-Anon, perguntando como estava o *fulaninho*, seu filho, que andara adoentado, e mandando lembranças do *tio sicrano*, demonstrando uma certa intimidade. Ou ainda a marcação de encontros, como jantares, reuniões em casa, etc.

No que se refere ao espaço em que são realizadas as reuniões dos Al-Anon, estes se assemelham em muito ao dos grupos de AA, pois também possuem um visual bastante *sóbrio*. Ao contrário dos AA, algumas cadeiras perfazem um círculo onde se colocam as participantes. Não posso afirmar se esta disposição em círculo corresponde a todos os grupos de Al-Anon, mas, como a audiência é menor se comparada à do grupo de AA vizinho, tal disposição facilita a forma de interação ritualística desses grupos, que abordarei adiante. Todavia, posso sugerir, a partir de minhas observações junto aos membros de AA, que alguns deles interpretariam o fato delas sentarem em círculo como uma prova de sua “fragilidade feminina”, pois desta maneira não se evocaria o sentido pleno de “provação” que os homens devem observar nas salas de AA quando fazem o uso da palavra de pé, encarando a todos, frente a frente. De qualquer forma, o círculo é formado a partir da mesa do grupo, onde, antes de iniciar a reunião, o membro coordenador tem a obrigação de prepará-la, postando sob ela uma toalha azul com a logomarca do grupo, onde consta seu ano de fundação (1984), além de um vasto material de divulgação, como panfletos,

folders, etc. São tantos esses materiais, que parte deles, não cabendo sobre a mesa, são dispostos em fila na saliência da janela da sala. Completam o visual da sala um balcão na outra extremidade do lugar, onde são guardados todos esses materiais, mais aqueles destinados ao preparo do cafezinho servido no intervalo, três imagens sacras na parede (lembremos que o lugar pertence a uma igreja) e um quadro negro onde são escritas informações gerais da reunião do dia. Estas informações são, sobretudo, o *tema do dia*, o *lema do dia*, um *passo* e uma *tradição*, além de uma frase que configura o *para pensar*. Por exemplo, em uma reunião o tema do dia era: “comunicação”; o lema: “solte-se e entregue-se a Deus”; o para pensar: “reconhecendo velhos padrões”. Como os passos do Al-Anon são iguais aos dos AA, sendo que as tradições e os conceitos é que variam um pouco, mas não em sua essência, são escolhidos alguns deles que tenham a ver mais com o “mote” geral da reunião. Poderia ser ainda, em outra reunião, o tema: “limites pessoais”, o lema: “que comece por mim” e o para pensar (ou simplesmente *pensamento*): “uma jornada de mil quilômetros começa com um simples passo”, além de algum *passo* e de alguma *tradição*, assim por diante.

A coordenação do grupo não tem tempo fixo, como nos grupos de AA que observei. Deveria levar em média três meses, mas certas pessoas assumem tal responsabilidade por nove meses, um ano até. Em casos como esse tais pessoas podem “programar” (esse é o termo usado) as reuniões com uma temática que gire em torno da importância em prestar serviços ao grupo, etc, conforme pude observar em uma ocasião. Quanto a quem secretaria a reunião, isso depende de quem se disponibiliza naquele dia para exercer tal função.

Vale lembrar que o Al-Anon também possui reuniões de caráter aberto e de caráter fechado. Quando cheguei pela primeira vez no grupo e me apresentei, seria realizada uma reunião fechada. A coordenadora perguntou para as demais companheiras se importavam-se que eu participasse, ao que responderam que não. Quando fui interpelado para tomar a palavra e como de costume sempre procurei tomá-la na minha primeira reunião, para explicar para o grupo quem eu sou e o que estava fazendo lá, deixando-lhes sempre à vontade para recusarem minha presença, da mesma forma como procuro tomar a palavra na minha última visita ao grupo para agradecer-lhes a oportunidade de terem me recebido e me aceito para ali pesquisar, nesta reunião acredito ter causado uma boa impressão, pois me foi permitido

participar de todas as reuniões dali em diante, abertas ou não, na qualidade de pesquisador, até um certo momento que descreverei mais adiante.

Ritualmente, a reunião se inicia com a leitura de um material fornecido pela irmandade e tal material pauta todo o encontro. Ainda no início da leitura, os participantes são convidados a realizar a Oração da Serenidade. O Al-Anon também possui o seu correspondente ao *livro azul* dos AA que, vale mencionar, também possui um *lay-out* todo azul. Ele se denomina *Como Al-Anon funciona* e é bastante utilizado nas reuniões, mesmo porque a leitura de qualquer material que não advenha da literatura oficial da irmandade é proscrita. Antes dos depoimentos, cada participante, individualmente, lê um dos doze passos, eu inclusive. Quando da leitura da tradição do dia, do lema, do pensamento, do passo ou da tradição, a coordenadora convida alguém para comentar a leitura. Nesse momento, normalmente os participantes inserem algo de suas vidas pessoais, o que precipita os depoimentos, de caráter individual, a exemplo do que ocorre nos AA.

Se, para abrir seu depoimento, o membro dos AA declara “boa noite a todos, meu nome é *fulano* e eu sou mais um alcoólatra em recuperação...”, no Al-Anon declara-se “boa noite a todos, eu me chamo *fulana* e faço esse programa porque preciso e porque gosto...”. Ainda que todas já se conheçam de algum tempo (e em determinado momento até a mim já conheciam), sempre se cumprimentando com beijos (também a mim) e inclusive sendo amigas foram dali, elas sempre se identificam, pois é isto que preconiza o ritual, como no caso dos AA (ainda que lá eu nunca tenha visto nenhum membro beijar outro, mas antes e no máximo trocaram calorosos abraços). Aliás, a lógica da reunião é bastante parecida com a dos AA, mas não essencialmente igual, pois um dos aspectos que atestam a isso é que no Al-Anon pode ocorrer um certo debate a partir dos depoimentos, além de sempre se comentarem as leituras, conforme mencionado, o que dificilmente ocorre nos grupos de AA.

Depois desta primeira parte, alguém lê a sétima tradição (como nos AA) e é passada a sacolinha para as doações. Inicia-se o intervalo, quando também se consome café, ou chá, e bolachinhas. Na segunda metade, segue-se a mesma dinâmica, mas no final da reunião a Oração da Serenidade é realizada de forma diferente à dos grupos de AA, pois todos nós nos levantamos, damos as mãos formando um círculo e oramos, professando em coro, ao final da oração, um retumbante “até a próxima reunião. O segredo está na próxima reunião”! De fato, o

ritual é sempre seguido fielmente e confere o ritmo da reunião, além de garantir que ela se desenrole dentro do tempo de duas horas. E mesmo quando o quorum é extremamente baixo, quando em uma reunião que participaram, além de mim, três outras mulheres (ao contrário da média do grupo que gira em torno de dez mulheres), o ritual da reunião se manteve absolutamente inalterado, fazendo que estas três mulheres se revezassem em todas as leituras e prolongassem ao máximo seus depoimentos.

Também no Al-Anon existe uma deferência especial para os recém-chegados no grupo. Na reunião que presenciei esse fato, uma recém-chegada foi recebida ritualmente, pois o programa possui uma passagem destinada à primeira visita de um novo membro em potencial. É dada à pessoa a oportunidade de falar, mas, se ela não desejar, ela deve dizer apenas o primeiro nome. Essa recém-chegada, Raquel, de cerca de trinta anos de idade, disse que procurou o grupo devido ao filho e ao apelo da nora para que ela fizesse algo. Ela estava lá, pela primeira vez, sem o conhecimento da família. A coordenadora de então, Roberta, iniciou sua fala se dirigindo à recém-chegada, explicando, de maneira muito clara, os princípios básicos do programa, deixando claro que o alcoolismo é tido como uma doença, mas que é necessário cuidar primeiro de si, para depois poder cuidar dos outros. Como esta havia sido minha última reunião no grupo, não pude acompanhar se Raquel continuou freqüentando o mesmo. De todo modo, a noção de *acolhida* e sua valorização enquanto prática é um fenômeno e um discurso bastante recorrente dos grupos de auto-ajuda e de assistencialismo como um todo.

Com relação à hierarquia, ocorre um fenômeno bastante similar aos AA. Ainda que o discurso oficial, reproduzido pelos participantes diga que não existe nenhuma forma de hierarquia, o que se percebe é que a mesma se realiza a partir do tempo de participação nos grupos. Tal aspecto investe de autoridade, no caso do grupo analisado, Luci, uma participante de 61 anos, que não é a mais velha em idade, mas certamente é a que mais tempo participa da irmandade, pois ingressou no Al-Anon há trinta anos! O curioso na história de vida dessa senhora é que ela não ingressou nos grupos devido a problemas com um companheiro, até porque ela nunca se casou, mas sim devido ao problema de alcoolismo de um tio, já falecido. Todavia, sua autoridade perante as demais é notória. Para se ter uma idéia, quando, em minha primeira reunião, perguntei à coordenadora Roberta (de 32 anos, sendo que há dois participa do grupo) se eu podia tomar notas, mesmo ela, pela sua condição naquela

reunião, não exitou em me dizer que seria melhor esperar a Luci chegar, para perguntar para ela se seria possível. Quando ela chegou na reunião, a coordenadora foi ao ouvido dessa senhora perguntar-lhe, ao que ela consentiu, acenando positivamente com a cabeça para mim. Ademais, quando essa senhora tomava a palavra, não apenas seu discurso, mas também sua performance (postura corporal, tom de voz, o fato das demais se calarem, de curvarem seus corpos para frente em sinal de atenção e respeito, etc) denotavam extrema autoridade, que de fato parece ser compartilhada pelas demais. Rita, uma outra participante mais jovem (cerca de 26 anos), filha de um alcoólatra, disse que só ia tomar a palavra aquela noite na reunião “por causa da Luci”, pois não participava das reuniões há bastante tempo. Somente então contou que conseguira se reaproximar do pai por causa do grupo. Além desses aspectos, quando Luci teve de se afastar do grupo por motivo de viagem, as mulheres passavam comentando que tinham de ligar para ela, para averiguar isso ou aquilo. Não por acaso, assim que ela voltou, tratou de organizar um chá em sua casa para reunir todas elas fora do espaço das reuniões e, não por acaso também, ela é a madrinha de grande parte das integrantes do grupo, uma vez os grupos de Al-Anon também possuem o modelo do apadrinhamento. Quando do final de minha participação dos grupos, foi essa senhora que veio questionar-me pelo fato de não tomar a palavra. De fato, essa acabou sendo minha última reunião, talvez pelo fato de eu não ter deixado claro para elas minha posição de pesquisador (se é que elas esperavam que eu tomasse a palavra em toda a reunião), ou talvez porque para elas eu havia rompido com a *dinâmica da dádiva*, ao não falar, apenas ouvindo, somente recebendo, e não dando o mesmo em troca. Ou ainda pelo fato de eu ser o único homem naquele espaço, etc. Em realidade, não tenho consciência de todos os possíveis fatores que podem ter implicado na minha saída do grupo, restando para mim dúvidas enquanto pesquisador dos verdadeiros motivos que possam explicar esta atitude por parte daquelas mulheres para comigo. De qualquer forma, coube a ela conversar sobre o assunto comigo, e não à coordenadora de então que, teoricamente, deveria tê-lo feito. Tais fatos aqui apresentados devem servir para representar os limites adjacentes ao discurso oficial dos AA relacionado à hierarquia, e o que ocorre na prática, inclusive nos grupos de Al-Anon.

Eduardo Menéndez (1990) sugeriu no seu estudo sobre o alcoolismo na América Latina que são, sobretudo as mulheres, enquanto esposas ou mães dos alcoolistas, o principal instrumento de detecção do problema, de transmissão de

informações para que este problema seja resolvido, de busca de alternativas terapêuticas e de incentivo (e mesmo pressão) para que seus maridos e/ ou filhos procurem ajuda. A maioria de minhas interlocutoras do grupo de Al-Anon observado primeiro procuraram o grupo, e somente depois conseguiram convencer seus filhos ou companheiros a ingressarem nos AA. Vale mencionar que nem todas conseguiram, mas isso não as impede de continuar participando do grupo. Algumas inclusive já são viúvas do companheiro alcoolista. Mas para elas, e aqui resgato um depoimento de uma integrante do grupo:

O sofrimento causado por um alcoólatra é para sempre. Além disso, as mulheres que se envolveram com um alcoólatra tendem a procurar sempre esse perfil. Permanecer no grupo nos impede de recair nesse erro. E olha que mesmo assim, às vezes nem isso é suficiente (Clarissa, participante de Al-Anon há quatro anos, ocupação desconhecida, 40 anos de idade).

Helena, uma senhora de 60 anos de idade que cuida dos afazeres domésticos e da criação de um dos netos, é viúva de um alcoolista há cerca de dois anos. Ela participa do grupo há pouco mais de três, mas quando eu lhe perguntei porque ela ainda participava, já que seu marido havia falecido, ela me falou que “gostava muito do convívio com as gurias, e que sempre escutava coisas interessantes nas reuniões, que se ocupava etc, e que também participar do grupo evitaria que ela se esquecesse de quanto era ruim se envolver com um alcoólatra”, ainda que ela tenha me dito, em outra oportunidade, que não desejava se relacionar com qualquer outro homem “naquela fase da vida” em que estava. Ainda que o grupo possa ser usado para outros fins, que não aqueles mais imediatamente ligados aos problemas relacionados ao convívio com um alcoolista, é inegável o fato de que essas mulheres (a maioria, pelo menos) possuam dramas pessoais extremamente complexos e sofríveis, e que sua participação nos grupos seja capaz de lhes proporcionar um espaço onde podem “desabafar”, trocar experiências e adquirir a *força* necessária para lidar com seus problemas, lhes possibilitando uma espécie de conforto deveras importante em suas vidas. A fim de mostrar tal aspecto, apresentarei algumas histórias de vida dessas mulheres e de seu convívio com um familiar dependente.

Um dos casos que me chamou a atenção foi a de Soraia, uma senhora recém-chegada no grupo (cerca de um mês), de 65 anos (a de mais idade, inclusive), agora aposentada. Ela possui um filho dependente de álcool e de cocaína há algum tempo. Recentemente, o filho tentara o suicídio. Contou-me ela que ao chegar em casa,

percebera a porta do banheiro trancada. Ao chamar o filho, e não recebendo resposta, decidiu arrombar a porta, para assistir a “uma cena inesquecível”. Em suas palavras:

Quando eu consegui arrombar a porta do banheiro, vi meu filho atirado dentro do box com uma poça de sangue em volta dele. Era tanto sangue que eu nem sabia da onde é que vinha. Achei que eu ia desmaiar. Minhas pernas ficaram bambas, mas eu sou mãe, eu tive força de correr até ele. Eu tava tremendo toda, mas tava sozinha em casa. Aí tentei examinar ele do jeito que deu, e vi que ele tinha cortado as mãos, os pulsos com uma faca que eu só fui me dar conta depois, quando eu fui lavar o banheiro [...] Dei um jeito de amarrar umas toalhas em volta dos cortes e gritei, gritei o mais que eu pude. Aí veio uma vizinha que chamou uma ambulância para mim... (Soraia, um mês de grupo, 65 anos, aposentada).

O filho dessa senhora agora estava internado em uma clínica para dependentes e seu médico havia sugerido que ela procurasse algum grupo de apoio, como o Al-Anon, ao que ela atendeu prontamente. Nessa reunião havia, além de mim e dessa senhora, outras cinco mulheres. Duas delas começaram a chorar. Todos os depoimentos seguintes foram destinados à senhora, para lhe dar “força”, etc. Nas reuniões seguintes, como visivelmente ela foi se enturmando cada vez mais, ela foi contando o resto de sua história. Disse ela que a vida toda sofreu. Se agora era com o filho, durante todo o tempo em que foi casada com o marido já falecido, sofreu bastante também, pois este era extremamente controlador, praticamente não deixando ela sair de casa. Quando ele faleceu, ela achou que agora estaria liberta, mas logo em seguida o filho começou a lhe ocasionar problemas. Agora, que o filho está internado, ela diz finalmente poder sair de casa descansada, ir ao centro da cidade, olhar as vitrines com calma e voltar para casa. Em suas palavras, agora ela pode “viver”. Evidentemente, depois de um depoimento como esse, as demais participantes procuram integrar essa pessoa o máximo possível (o já mencionado sentido de *acolhida*), lhe incentivando a prosseguir no grupo, a “viver” e procurando organizar algum encontro fora da reunião, como um chá ou um jantar, para poder convidá-la. Posso afirmar, como se costuma dizer popularmente, que os “olhos dela brilhavam” sempre que alguma companheira de grupo falava coisas dessa natureza.

Roberta, uma outra participante muito engajada nos assuntos do grupo, coordenadora por muito tempo, bastante articulada (poderia dizer que foi ela a minha principal interlocutora naquele lugar), profissional liberal, com 32 anos de idade, sendo há pouco menos de dois anos integrante do Al-Anon, sempre teve uma postura austera, equilibrada, consciente e segura. Casada com um alcoolista há pouco mais

de dois anos, seus depoimentos sempre procuravam passar alguma coisa de útil para as outras companheiras de grupo. Seu marido frequenta o AA na sala ao lado da dela, e eles sempre chegavam juntos nas reuniões. Ainda que isso não seja inteiramente possível, reparei em seus depoimentos uma certa preocupação em “proteger” o marido, não o expondo tanto, talvez pelo fato dele ser facilmente reconhecido naquele lugar pelas demais participantes, e mesmo por mim. Com o tempo, reparei que ele, na saída das reuniões, não fazia muita questão de me cumprimentar, e me olhava invariavelmente com “cara de poucos amigos”, talvez pelo fato de estar acostumado a ver a esposa se reunindo num grupo apenas com outras mulheres. De todo modo, Roberta dizia nas reuniões que sofria com as “paranóias” e com o “ciúme excessivo” do marido. Desde esse momento, eu procurava não sair junto com ela das reuniões, tampouco me despedir dela quando ela encontrava seu companheiro.

Apesar dessa postura sempre “controlada”, numa das últimas reuniões que presenciei Roberta disse não agüentar mais e desabafou. Começou a chorar copiosamente, e com as mãos trêmulas, admitiu ter medo do marido, mas não somente no que se referia ao seu problema com o alcoolismo, mas também com relação aos problemas de natureza psiquiátrica que ele possuía, de suas compulsões, possíveis ataques e o desgosto que sentia acerca do controle que ele exercia sobre ela. Ela admitiu que a maior motivação que ele tinha para participar do AA consistia em poder vigiá-la quando ela ia para as reuniões do Al-Anon. Toda a vez que seu celular tocava durante o dia, seu coração disparava, pois ela sabia que era seu marido querendo saber onde ela estava, e o que ela estava fazendo. Mesmo as coisas mais simples, se ela não o convidasse para fazer junto, haveria problema, como fazer um curso no final de semana, por exemplo. Além disso, ele a chantageava emocionalmente, pedindo para ela não o abandonar, pois ele a amava muito. Seu dia-a-dia era extremamente penoso, como nas vezes em que ele a persuadia a saírem juntos para beber “litros” de água mineral (antes era coca-cola) devido às suas compulsões, mesmo em dias que ela deveria estudar para alguma prova do curso superior que cursava, sob o risco eminente dele beber, em vez da água, alguma bebida alcoólica. O grupo era importante para ela, pois somente ali era possível contar essas estórias, desabafar, já que admitiu que sua família jamais entenderia, além de não saberem de nada sobre isso.

Dado esse depoimento, uma das participantes tomou a palavra para dizer a ela que sempre é muito difícil o convívio com um alcoolista, mas que ela não era obrigada a passar por esse tipo de situação e que não deveria se desculpar por usar por tanto tempo a palavra, pois ali era o lugar ideal para isso. O grupo a aconselhou a largar o marido, sem precisar se sentir culpada, e que fariam o possível para ajudá-la, mesmo que isso significasse pedir ajuda a algum órgão de defesa da mulher.

São diversos os depoimentos dessa natureza. Falou-se sobre a vergonha que significa ser familiar de um alcoolista. Uma das participantes mencionou que decidiu sozinha abandonar o marido, ainda que isso significasse a “perda de sua identidade”. Outra lembrou que seu marido fazia ela ir com ele no bar para beber junto, senão ele iria se separar dela, largar os filhos, etc. Ela o acompanhava e bebia, até um dia em que, chorando, na mesa do bar, disse a ele que não queria mais aquela vida para si e se separou. Outra mencionou que tinha um marido alcoólatra e um filho drogado e que era agredida constantemente por ambos. Certa vez, os dois tentaram se matar com uma faca, quando toda a família assistia à televisão, com a clara intenção de demonstrar que existem problemas que podem ser piores, ou que, ao menos, são compartilhados por elas. Os depoimentos de apoio nos momentos mais críticos são, a exemplo do que ocorre nos AA, bastante freqüentes, e permitem a solidificação de um grupo de iguais, fraternalmente falando. Uma das participantes, inclusive, se refere às outras como “companheirinhas”, ou “amiguinhas”.

Entretanto, existem pontos de discórdia e de conflito entre as participantes, como na ocasião em que Dulce discordou veementemente do tratamento que o grupo dá para os alcoolistas que, em sua visão, são tratados como “coitadinhos”, “pobrezinhos”, “doentinhos”, etc. Para ela, seu marido era um “diabo”, um “terror”, só lhe causando mal, sofrimento. Por isso ela se incomodava tanto com esse tipo de tratamento. Mas quando um depoimento dessa natureza acontece, a motivação do grupo é a procurar sempre pelo apaziguamento. Nessa situação, coube à Luci, aquela senhora que exerce a função de líder do grupo interromper prontamente a fala de Dulce dizendo que ali ninguém criticava ninguém e quem sabe, ela ainda não havia “mergulhado” nesse programa. Ora, Dulce participa do Al-Anon há dezenove anos, tempo suficiente para ter “mergulhado” no programa, mas mesmo assim ela concordou com a outra e resignou-se. Duas participantes chegaram a me reclamar dela, de sua postura, procurando me esclarecer que aquela não é a conduta do grupo. Pude perceber que quando Dulce tomava a palavra, não raro observei nas

outras olhares que denotassem cansaço, virando os olhos para cima em sinal de impaciência, ou olhares para o relógio, etc. Chamo a atenção para esses fatos com o intuito de mostrar que no grupo também ocorrem conflitos.

Com relação ao caráter religioso do programa, os grupos de Al-Anon adotam exatamente os mesmos princípios dos AA. Isto pôde ser observado em uma reunião em que o lema era justamente “solte-se e entregue-se a Deus”. Dessa maneira, falou-se muito acerca do Poder Superior. Graziela, cozinheira de 35 anos que participa do grupo há nove meses e que concebe esse Poder como “Força Maior”, frisou que é preciso se entregar para acreditar que essa “Força Maior” é a única capaz de recuperar a todos, o que foi compartilhado por outra participante, Clarissa, que reforçou a idéia da entrega a Deus, pois somente Ele pode resolver os problemas, “despertar” as pessoas, e “despertá-las” para o Al-Anon inclusive. Como já mencionei em outro momento, o *modelo de entrega* preconizado pelos AA pode ecoar, ao menos no caso desse grupo de Al-Anon, para uma entrega a Deus. Esta parece ser uma crença praticamente consensual conforme pude observar nesta reunião e em outros momentos que o assunto veio à tona.

O sentimento que elas possuem com relação aos grupos de Al-Anon, apreendidos de suas (e nossas) conversas e de seus depoimentos no espaço das reuniões, é que eles consistem no grande suporte que elas possuem em suas vidas ao lado de familiares que lhes causam problemas. Nas palavras de Graziela, os Al-Anon se configuram em um programa e uma filosofia extremamente “profundos”, por vezes difícil ou demorado de se assimilar. Lá elas aprendem a ver as coisas de uma maneira positiva, por mais difícil que pareça. Enquanto uma filosofia de vida, o programa da irmandade, para essas pessoas, pode servir para todas as instâncias de suas vidas, como no caso de Luci, de 61 anos, que temia usar o computador, e que declarou que foi graças à força do grupo que ela tomou coragem para “enfrentá-lo”, e que agora o utiliza sem maiores temores. Ou, quem sabe, a reunião signifique para elas o mesmo que significa para essa integrante:

Para mim, ir à reunião é como ir numa reunião dançante de antigamente. É uma alegria, porque aqui eu me sinto bem. Aqui eu posso falar o que eu quiser que me entendem (Graziela, cozinheira, 35 anos, há nove meses no grupo).

Por fim, a descrição de como identidades masculinas podem se desenvolver em relação às femininas já foi apontada em alguns estudos (Brandes, 1980;

Gutmann, 1997). E, se a maioria dos homens, durante grande parte de suas vidas, percebe a sua identidade masculina em comparação com identidades femininas, não é de se admirar que os grupos de Al-Anon sirvam como um contraponto inigualável de comparação e de afirmação dessas identidades. Além disso, devemos recordar que as mulheres exercem uma influência importante em adultos masculinos³⁶. Não é de se admirar que a sua entrada num grupo de Al-Anon contribua significativamente para o ingresso de seus companheiros e filhos nos grupos de AA.

2.4 ESPAÇOS MASCULINOS E ESPAÇOS FEMININOS?

As representações sobre gênero estão tão presentes na vida das pessoas que abalar algum de seus códigos pode proporcionar um sem número de desconfortos em sua interação para com a sociedade. “Afetar” a masculinidade ou a feminilidade é tido como uma ameaça constante, na qual devem ser observadas certas regras para que tal fenômeno não ocorra, e note-se que tais regras devem ser acatadas desde a infância, nos tipos de brincadeira, nos “modos” próprios de um menino e de uma menina, etc.

Como bem demonstrou Bourdieu, a diferença biológica entre os sexos, a partir da diferença anatômica existente entre seus corpos, “[...] pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros*” (Bourdieu, 2003, p. 20). A partir desses códigos de diferenciação, compartilhados por todos, são criadas exigências comportamentais que determinam certas representações coletivas, como as que se referem ao alcoolismo. Em nossa sociedade, podemos definir masculinidade como *qualquer coisa que as mulheres não sejam*.

Tais representações sociais, somadas a atmosfera marcadamente masculina das reuniões de AA contribuem para a baixa participação das mulheres neste modelo terapêutico aplicado ao problema do alcoolismo. Isto porque o (pioneiro) modelo terapêutico dos AA foi copiado para o tratamento de outras “patologias sociais”, como é o caso, por exemplo, dos Narcóticos Anônimos, que por sua vez também possuem grupos de apoio para familiares, os Nar-Anon. No caso de outro grupo que adota o modelo terapêutico dos AA, os Neuróticos Anônimos (N/A) mesmo dispondo das

³⁶ Ver, por exemplo, o estudo de Cecília Mariz (1994) que demonstra como são primeiro as mulheres que adentram nas religiões pentecostais, para somente então atraírem seus filhos e maridos, especialmente aqueles com problemas com o alcoolismo.

mesmas bases utilizadas pelos AA, nestes grupos existe uma participação bem maior de mulheres, como demonstrou o trabalho de Trois (1998). Por outro lado, os grupos de auto-ajuda Mulheres que Amam Demais Anônimas (MADA) também copiam o modelo terapêutico dos AA e estão restringidos à participação somente de mulheres. Parece ser o *ethos* do alcoolismo que está mais diretamente ligado ao universo masculino. Dada às representações de *fragilidade* e de *fraqueza*, problemas como os diversos tipos de sofrimento psíquico (trabalhados pelos N/A) parecem pertencer ao universo feminino, ao menos no que se refere ao imaginário coletivo e às estatísticas, conforme procurou demonstrar o trabalho de Trois (1998) sobre os grupos de N/A. Os homens que sofrem de problemas psicológicos parecem resistir muito mais à procura de ajuda profissional.

Por outro lado também, a *entrega*, doravante tida como um símbolo feminino, parece ser re-significada no caso dos AA em prol de um arranjo discursivo masculino. Tal arranjo aparece, conforme procurei mostrar, na própria literatura oficial da irmandade. Ainda que grande parte dos trechos recuperados neste estudo tenham sido escritos originalmente no final dos anos 1930, qualquer mudança radical em seu texto não é bem vista pela irmandade. O *Livro Azul* (Alcoólicos Anônimos, 2004), que conforme mencionado deve ser considerada a mais importante publicação da irmandade, possui um capítulo intitulado *Às esposas*. Tanto neste capítulo quanto no restante do livro, a mulher aparece como uma figura *dócil* e não raro *submissa*. Na última edição existe uma nota de rodapé na abertura deste capítulo que diz:

Escrito em 1939, quando havia poucas mulheres em A.A., este capítulo presumia que o alcoólico no lar provavelmente fosse o homem. Muitas das sugestões aqui apresentadas podem, entretanto, ser adaptadas para a pessoa que vive com uma mulher alcoólica – esteja ela ainda bebendo, ou em recuperação em A.A. (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 133).

Por que então existiria este forte sentimento contra mudanças no texto desta literatura? Talvez porque os próprios AA ainda não tenham conseguido romper com as expectativas sociais mais gerais existentes com relação ao gênero.

O consumo abusivo de bebidas alcoólicas não se caracteriza como um problema que atinge apenas os homens. Tampouco, não acredito que a crença de que homens que deixam de beber afetam sua masculinidade seja compartilhada por

todas as pessoas. Todavia, parece correto afirmar que os AA sustentam uma redefinição do *ser* masculino, conforme discuti anteriormente.

Penso que a reconstituição dos laços sociais advinda da entrada em um grupo de AA realizada por estes homens, caracteriza-se como uma ação atrelada ao sentido masculino de *honra*, que permeia a noção de *provação*. Cabe ao homem colocar-se à prova socialmente. “Provar-se” nos AA. Mostrar que é *capaz de superar* os “problemas”. A *honra* feminina parece estar mais associada à noção de *preservação*, pela invisibilidade social (por exemplo, de seu alcoolismo).

Os AA e os Al-Anon, portanto, por apresentarem uma espécie de segregação por gênero, são espaços de atualização de um discurso e de uma concepção plasmada a partir de sujeitos homens e de uma cultura de gênero masculina, aonde valores como *honra* e desempenho de papéis públicos perante outros iguais é parte integrante das representações de gênero. No entanto, fatores como a invisibilidade social da mulher alcoolista exigem que se pense a questão do alcoolismo feminino a partir de estratégias de reconhecimento da especificidade de gênero e das experiências sociais diversas que marcam os dramas do alcoolismo entre homens e mulheres. A *honra* ajuda a levar o homem a procurar o grupo de AA, enquanto que a “vergonha” e outros fatores como o próprio “machismo” impedem a mulher alcoolista de fazer o mesmo.

No caso dos Al-Anon, mais do que uma segregação por gênero parece correto supor que as mulheres que procuram estes grupos o fazem não como “doentes”, a exemplo dos AA, mas antes como *mães, esposas, filhas* e mesmo *viúvas*, caracterizando de forma decisiva os Al-Anon como um grupo de apoio também para os alcoolistas que freqüentam os AA, de certa maneira agregando um importante valor para a plataforma terapêutica desta irmandade.

CAPÍTULO 3

A DIMENSÃO RELIGIOSA DOS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

Se Deus está morto, tudo é permitido (Dostoiévski).

3.1 ALCOÓLICOS ANÔNIMOS, RELIGIÃO E HISTÓRIA

Diversos elementos históricos e sociais viabilizaram a constituição dos AA com as atuais características que possuem e que procuram perpetuar através do tempo e dos locais em que se estabelecem ao redor do mundo. Objetivo aqui compreender apenas aqueles elementos constitutivos que se referem diretamente à esfera religiosa, em detrimento de uma discussão mais aprofundada sobre a idéia primeira da auto-ajuda e das condições históricas de estabelecimento deste aspecto.

Para compreender os aspectos religiosos inerentes à Irmandade dos AA devemos primeiramente voltar nosso olhar para as características religiosas do mundo ocidental e, mais especificamente, de sua sociedade fundadora – EUA - ainda no século XIX.

Em todo o mundo, ao mesmo tempo em que se comemoravam as façanhas da Revolução Industrial, a sociedade começava a colher outros tipos de ônus nem tão bem-vindos, frutos desta vida moderna (senão produto, ao menos tais problemas sociais se tornavam mais evidentes a partir do desenvolvimento e da concentração da vida nas cidades), entre eles a exploração e segregação social, miserabilidade urbana, além dos diversos tipos de dependência química, como a heroína, o ópio e o álcool. Lembremos que até meados do século XIX, o álcool era considerado um substituto confiável da água consumida e não raro recebia reações de simpatia por parte da sociedade (Soares, 1999). O uso de outros tipos de substância química, como a cocaína, se torna um problema social somente a partir do século XX. O uso

de entorpecentes não raro era venerado pela cultura erudita de meados do século XIX como forma de fuga de uma realidade inóspita³⁷.

Comumente, as dependências químicas eram consideradas como um problema de ordem moral/ religiosa. Fato é que a sociedade como um todo apresenta durante este período um sentimento mais generalizado de “vazio” e de “falta de sentido”. Fenômenos caracteristicamente secularizantes, como a perda da fé nos dogmas cristãos ou a crença racionalista na ciência, por exemplo, já podiam ser observados na sociedade ocidental do século XIX.

Na virada do século XIX para o XX, impecáveis observadores de seu tempo chamam a atenção para estes aspectos. Pensadores como Georg Simmel (1979) procuravam compreender as novas características sociais desse tempo e o lugar do indivíduo neste novo tipo de ordenação social ao tempo em que Max Weber (2000) alertava para o “desencantamento” do mundo e a preponderância de outras formas de sentido que não mais aquelas advindas anteriormente única e exclusivamente da esfera religiosa.

Os progressos da modernidade e as conseqüentes mazelas sociais daí decorrentes e o processo cada vez maior de “desencantamento” do mundo tiveram reações por parte de segmentos protestantes estadunidenses ainda no século XIX. Imbuídos desse espírito crítico e racional que constituía a atmosfera das mentalidades da época, tais segmentos liberais criam organizações religiosas que se propõe a *agir*, combatendo os males em vez de se submeterem apenas às liturgias de suas igrejas. Para Karen Armstrong:

Mais importante que a correção doutrinal era a prática do amor cristão. Os protestantes liberais continuavam ressaltando a importância de obras sociais nos cortiços e nas cidades, convencidos de que, com sua dedicada filantropia, construiriam nesse mundo o Reino justo de Deus. Trata-se de uma teologia otimista, apreciada pela próspera classe média que podia usufruir os benefícios da modernidade (Armstrong, 2001, p. 169).

Se a fé tinha de ser racional, a celebração e a manifestação dela também o tinham de ser. Isto também ajuda a explicar o surgimento destas organizações sociais protestantes de ajuda ao próximo através da ação social. Conforme mencionei no

³⁷ Sobre a angústia da vida moderna e o uso de drogas na literatura do século XIX, ver, por exemplo, *Madame Bovary* (de 1856), de Flaubert (2003) e *As flores do mal* (de 1857), de Charles Baudelaire (2002).

primeiro capítulo, um destes exemplos, que nos interessa particularmente aqui, se trata das “sociedades de temperança”, organizações formadas especialmente por mulheres que combatiam o uso do álcool e do ópio por seus maridos, realizando uma verdadeira *cruzada contra o álcool e o ópio* em prol do restabelecimento daquilo que “sob os olhos de Deus” seria a esfera mais importante, a *família*. Este *espírito de doação* conclamado por tais setores protestantes liberais estadunidenses permanecerá ainda muito presente durante toda a primeira metade do século XX, especialmente depois de períodos históricos atribulados que sensibilizam a capacidade filantrópica da sociedade de forma mais contundente, como foi o caso da I Guerra Mundial (1914-18) e da Grande Depressão (1929). Se no início do século XX já se procuravam outras formas de religiosidade, tais movimentos supriam parte desta demanda.

Com o intuito de ilustrar este *espírito* existente entre setores protestantes mais liberais dos EUA nesta época, em 1909 um professor emérito da Universidade de Harvard, chamado Charles Eliot pronunciou um discurso chamado “o futuro da religião”, que desagradou os setores mais conservadores daquela sociedade. Em linhas gerais, Eliot pregava que a religião do século XX possuiria apenas um mandamento, o do *amor a Deus*, expresso no serviço concreto prestado ao próximo. Sem a necessidade de igrejas ou liturgias, a presença de Deus se daria ainda mais evidente e poderosa: “Eliot tentou, portanto, solucionar o verdadeiro dilema dos cristãos modernos propondo uma religião baseada mais na prática que em crenças convencionais” (Armstrong, 2001, p. 1999). Aqui já podemos observar uma re-significação - de caráter mais imanente - do conceito de Deus realizada pela sociedade ocidental moderna, que será objeto de discussão mais adiante. Antes, contudo, devemos ressaltar que, paulatinamente, protestantes mais liberais e mais conservadores acabam se unindo em prol de ações em comum contra os problemas sociais dentro dos EUA, especialmente num período chamado de “Era Progressista”:

Nos primeiros anos do século XX liberais e conservadores estavam empenhados nos programas sociais da Era Progressista (1900-20), que procurava solucionar os problemas decorrentes do rápido e desordenado desenvolvimento da indústria e da vida urbana. Apesar de suas desavenças relativas a doutrina, protestantes de todas as denominações adotaram o ideal progressista e trabalharam juntos em missões no exterior e em campanhas pela Lei Seca ou por melhorias na educação (Armstrong, 2001, p. 197).

Um dentre estes movimentos de ajuda social de cunho religioso que aparecem a partir da segunda metade do século XIX possui uma importância direta no surgimento da irmandade dos AA, o Grupo de Oxford. Esta organização religiosa, fundada em 1860, consistia em uma crítica à Igreja da Inglaterra. Como se tornou peculiar durante este período turbulento e revolucionário por que passava a Europa (crises sociais urbanas, escritos marxistas, Comuna de Paris, 1871, Guerra Franco-Prussiana, 1870-71, “desencantamento”, etc), a organização pregava o renascimento espiritual da humanidade. Conforme historiou Laura Fracasso (2002), originalmente a organização se chamava Associação Cristã do I Século. O grupo acabou mudando de nome em 1900, denominando-se *Moral Rearmement*. Este grupo buscava um estilo de vida mais fiel aos ideais cristãos. Seus integrantes se encontravam várias vezes por semana para ler e comentar a Bíblia e se comprometiam reciprocamente a serem *honestos*. Dez ou quinze anos depois, os integrantes dos grupos estabelecidos nos EUA constataram que cerca de 25% de seus integrantes eram alcoolistas que procuravam as reuniões a fim de encontrar subsídios espirituais que os afastassem da bebida. No início de 1935, um corretor da bolsa de valores de Nova York chamado Bill Wilson havia se encontrado com um membro do Grupo de Oxford, alcoolista como ele. Depois de Bill ter sem sucesso tentado se tratar com um renomado médico nova-iorquino (Dr. William D. Silkworth³⁸) e de ter aprendido uma representação médica sobre o alcoolismo com este médico, através de *uma experiência espiritual*, e não *médica*, como está relatado na literatura oficial dos AA (Alcoólicos Anônimos, 2004), ele consegue se livrar de sua obsessão pela bebida. Alguns meses depois ele viria a conhecer aquele que seria, junto com ele, co-fundador do primeiro grupo de AA, em Akron, Ohio, chamado Dr. Bob³⁹. Bill relatou que ao aprender com o Dr. Silkworth que o alcoolismo era incurável, deveria se voltar para algum tipo de religiosidade. O contato com o Grupo de Oxford veio a suprir esta demanda. Contudo, conforme está descrito na literatura oficial da irmandade, Bill:

³⁸ O Dr. Silkworth é considerado como um dos grandes bem-feitores da irmandade. Por ter se tornado amigo íntimo de Bill, um dos fundadores, o Dr. Silkworth é responsável pela elaboração de um dos capítulos do *Livro Azul* (Alcoólicos Anônimos, 2004), escrito em 1939 e considerado a literatura oficial mais importante da irmandade, conforme mencionado anteriormente.

³⁹ A data oficial de fundação dos AA, 10 de junho de 1935, corresponde ao dia em que o Dr. Bob tomou sua última dose de bebida (Mota, 2004).

Embora não conseguisse aceitar todos os dogmas dos Grupos Oxford, ele se convenceu da necessidade de *um inventário moral, da confissão dos defeitos de personalidade, da reparação junto aos que havia prejudicado, da ajuda ao próximo e da necessidade de acreditar e de confiar em Deus* (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 14, grifo meu).

As bases religiosas para a irmandade que se constituiria já haviam sido encontradas. Conforme veremos mais adiante, a influência do Grupo de Oxford se tornou contumaz na elaboração dos dogmas da irmandade, formulados e escritos por Bill (os *doze passos*, que analiso mais adiante). Da mesma maneira, outros aspectos característicos da concepção terapêutica dos AA e dos ritos presentes em suas reuniões possuem um forte apelo religioso. O que chama a atenção é o fato da irmandade desde o início jamais se considerar um *agrupamento religioso*. Tal fato pode ser compreendido através de alguns aspectos.

Devemos recordar que com o final da I Guerra Mundial havia na Europa e nos EUA um forte sentimento anti-religioso, especialmente contrário à Igreja e às suas derivações. Tal sentimento tomou força nos EUA depois da Grande Depressão, em 1929. O “espírito racionalista e cientificista” havia recebido um sobressalto. Talvez tal fato explique os motivos que levaram um médico e um corretor da bolsa de Nova York a não se adequarem aos dogmas dos Grupos de Oxford, grupos estes claramente eclesiásticos e que se remetiam diretamente à Igreja. Se por um lado havia esta recusa em se tornar um novo agrupamento religioso, por outro lado eles acreditavam que a instância racional e cientificista da medicina e da psicologia haviam se tornado ineficazes no combate ao alcoolismo. Vejamos porque.

Historicamente, o alcoolismo começa a ser tratado como problema social nos Estados Unidos e na Europa a partir do século XIX, devido à atuação das cruzadas femininas, que lutavam por políticas públicas de restrição à fabricação, à venda e ao consumo de bebidas. Será por esta época que o uso do álcool sofrerá uma re-significação de caráter mais depreciativo pela sociedade. “Em fins do século XVIII, o Dr. Benjamin Rush organizou as idéias correntes em sua época, formulando um modelo médico-moral para descrever o alcoolismo, que começava a ser, então, concebido sob a forma de doença” (Soares, 1999, p. 243). Modernamente, a concepção de alcoolismo enquanto doença aparece, dentro do campo científico do saber, a partir dos anos 1940, nos trabalhos de F. M. Jellineck. Em 1960 este autor publica *The Disease Concept of Alcoholism* (O conceito de doença do alcoolismo). O

uso, que até então era considerado um problema de ordem moral/ religioso, conforme nos referimos anteriormente, recebe a atenção biomédica que será determinante no futuro para a criação dos AA, ainda que o modelo terapêutico destes grupos não seja nem inteiramente religioso, nem inteiramente biomédico. No que se refere a este último aspecto, e que talvez explique o fenômeno de “reencantamento” religioso inerente aos AA, tenha sido a impossibilidade da elaboração de uma cura ou de um tratamento eficaz por parte da biomedicina para o problema do alcoolismo⁴⁰. Lembremos que Bill havia aprendido com o Dr. Silkworth que o alcoolismo era incurável. Além disso, um outro episódio marcou profundamente a constituição da irmandade sob tais bases. No início dos anos 1930, um banqueiro suíço e alcoolista chamado Roland H. procurou o eminente psicólogo Carl G. Jung em sua clínica na Suíça a fim de tratar de seu alcoolismo. “Jung reconheceu as limitações da psicoterapia naquele caso e, abdicando dos próprios recursos, disse ao paciente que sua única saída era uma espécie de *conversão religiosa*” (Mota, 2004, p. 97, grifo meu). Uma vez nos EUA, Roland H. ingressou num Grupo de Oxford e lá acabou conhecendo Bill. Em 1960, com os AA já constituídos e afirmados como uma profícua terapia de auto-ajuda no combate ao alcoolismo, Bill resolveu escrever uma carta à Jung. Vale a pena dar uma olhada em parte da resposta do psicólogo, por possuir um forte apelo religioso:

[...] tive de ser muito cuidadoso ao conversar com Roland H. Mas o que eu realmente concluí sobre o seu caso foi o resultado das minhas inúmeras experiências com casos semelhantes ao dele. A sua fixação pelo álcool era o equivalente, em nível mais baixo, à sede espiritual do nosso ser pela totalidade, expressa em linguagem medieval pela união com Deus. Veja você, ‘alcool’, em latim, significa ‘espírito’, e você usa a mesma palavra tanto para designar a mais alta experiência religiosa como para designar o mais depravador dos venenos. A receita então é *spiritus* contra *spiritum*” (apud Mota, 2004, p. 98). Jung havia dito ainda, para Roland H, que este não havia obtido ainda “a experiência espiritual vital necessária” (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 57).

Chamo a atenção para tais aspectos, pois estes me parecem ter contribuído para que os AA tomassem a *doença* como uma espécie de *chamado* para uma *nova vida*. Tal representação pode possuir uma raiz gnóstica que induz a uma religiosidade

⁴⁰ Atualmente, existe um esforço por parte da biomedicina em tentar encontrar e isolar um gene humano que seja responsável pelo alcoolismo. Até agora, a biomedicina alega somente que existem organismos que possuem uma maior ou menor capacidade de metabolizar as substâncias alcoólicas.

imane, com comportamento de renúncia a um determinado *estilo de vida*, a partir da satanização da *tentação* individual de beber. Sob tal perspectiva, é possível caracterizar o discurso dos AA e de seus membros como ascético, mas não de um *ascetismo intramundano*, sob termos weberianos, mas antes como uma espécie de *ascetismo intrapessoal*. O retorno ao religioso, no caso destes primeiros alcoolistas, pode ser entendido desta maneira. À primeira vista, a rejeição da idéia de constituir mais um agrupamento religioso se deu em razão do receio de cercear a participação de outros alcoolistas que, eventualmente, não compartilhassem de uma visão de mundo espiritual. Através da tentativa da constituição de um grupo de auto-ajuda alternativo à terapêutica biomédica/ psicologista ou religiosa, a formação dos grupos se daria única e exclusivamente a partir da vontade comum de parar de beber, e não através de um sentido identitário que passasse pela religião. De acordo com seu material de divulgação, a irmandade dos AA “não está ligada a nenhuma seita ou religião, nenhum partido político, nenhuma organização ou instituição; não deseja entrar em qualquer controvérsia; não apóia nem combate quaisquer causas” (Alcoólicos Anônimos, 1966). Este desejo de tornar os AA acessível para qualquer pessoa indubitavelmente contribuiu para o discurso secular que possui a irmandade, ou seja, de não se envolver com o “mundo”. A partir de uma raiz puritana, seu único objetivo é promover a ascese (purificação) de seus membros, através do esforço pessoal de cada um.

Os AA podem ser, portanto, caracterizados como um exemplo moderno de religiosidade secular. Para Albert Piette (1993), existe na sociedade moderna um declínio de grande parte das práticas religiosas em função do caráter sacralizador de algumas instituições sociais, que funcionalmente substituem ou suprem uma natural demanda humana por este tipo de atividade. Para o autor:

Uma atividade secular “desvia” uma religião pela simples equivalência funcional. [...] Religiosidades seculares correspondem à presença, numa atividade secular, de características perceptíveis nas religiões existentes e reconhecidas como tal e isso poderia caracterizar uma justa probabilidade de outras formas religiosas acontecerem. [...] As religiosidades seculares possuem uma dimensão mais ou menos religiosa de acordo com a intensidade da presença de traços religiosos, que podem ser emprestados ou imitados das religiões existentes ou então construídos sob novas formas (Piette, 1993, p. 4-5, tradução minha).

Os AA acabaram se constituindo através de diferentes influências sociais e históricas, que nos indicam a compreensão das características religiosas presentes na irmandade. A esfera cientificista do alcoolismo enquanto uma doença irreversível, somado ao já existente estatuto religioso/ moral que possuía tal problema, permitiram a criação de uma irmandade que se apropria de ambas dimensões em sua composição definitiva, não podendo ser caracterizada unicamente de uma ou de outra forma. Entretanto, as características religiosas dos AA são tão marcantes, que o ingresso de um novo membro parece se dar através de um processo de *conversão* e de seu comprometimento para com um verdadeiro *programa de formação espiritual*, pois os AA estão convencidos de que “uma vida de espiritualidade é um dos mais poderosos reconstituintes da saúde” (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 161). E, uma vez podermos equivaler, ao menos no seu sentido funcional, “espiritualidade” com “religião”, os AA se aproximam muito mais desta última categoria do que seu discurso oficial procura afirmar.

3.2 CONVERSÃO E APADRINHAMENTO

Os membros dos AA se reúnem em grupos que tendem a permanecer coesos por bastante tempo. Assim, verificou-se um alto-grau de identificação e mesmo de comprometimento entre os membros. Tais são características dos grupos de AA que possivelmente se reproduzem para os demais grupos que adotaram sua plataforma terapêutica. Em grupos desta natureza, de maneira geral, a *confiança mútua* e a *emoção* são supervalorizadas. Denotam estes aspectos os diversos testemunhos que possuem uma carga de emoção significativa. Vejamos por exemplo alguns depoimentos que membros de AA falaram durante as reuniões, que representam este sentido de confiança, através de um testemunho altamente emotivo:

É, o meu guri anda com “uns” lá escola que eu não gosto. Depois ele se perde na vida. Hoje de manhã eu queria dar um “laço” nele, mas pra arrebentar mesmo. Mas eu ouvi aqui no grupo que violência não adianta pra nada mesmo, daí eu não bati (Carlos, membro há dois anos, desempregado, 38 anos).

Carlos é um participante que possui dificuldades explícitas de se comunicar com os demais. Sabedores de tal dificuldade –e haja vista seu tempo de participação

sugerir que ele possui um entrosamento suficiente para que os demais o conheçam minimamente – ao contrário do que ocorre com mais frequência, Carlos era “incentivado” a dar seu depoimento pelos coordenadores. Quando era aberto o espaço para falar, os coordenadores, ao dizerem “a cabeceira de mesa está à disposição”, acrescentavam algo do tipo: “Carlos, queres falar algo para nós hoje?” Ele normalmente concedia. Foi o que ocorreu desta vez. Ao falar o que reproduzi acima, o fez com a mão fechada e com o braço em riste: “... daí eu não bati”, com uma expressão de muita raiva, cingindo os dentes. Neste momento, reparei que os demais membros assinalavam positivamente com a cabeça, quando ele disse que não iria bater no seu filho. A impressão que tive com tal atitude foi a clara intenção dos demais tentarem passar confiança para Carlos. Félix, um dos mais veteranos, exclamou algo do tipo: “é isso aí. Tá certo”. Carlos, pelo que observei, na maioria das vezes em que falava, contava histórias muito dramáticas, muitas delas relacionadas às agressões físicas que cometia em sua esposa e filho, de cerca de nove, dez anos. Sua personalidade intimista, acabrunhada e de certa forma hostil dificultaram decisivamente minha aproximação para com ele. Em realidade, Carlos agia assim com praticamente todos os membros do grupo, para não dizer todos. Ao chegar na reunião, procurava ir logo para dentro da sala, trocando tão somente cumprimentos com os demais. Durante os intervalos, não ficava conversando com ninguém, preferindo aguardar na sala, sentado, quase sempre sozinho, quando não deixava a reunião nesse momento. E, quando ficava até o final, nitidamente “apressava o passo” para ir embora desacompanhado. Além disso, sua hostilidade para comigo e para com os demais era perceptível através dos poucos olhares que vi destinar a alguém, inclusive a mim, quase sempre com a cabeça curvada para baixo e com os olhos voltados um pouco para cima, tendo na face uma expressão ora de nojo, ora de indiferença. Se eu descrevesse que em determinados momentos senti-me amedrontado com este participante isto não seria um exagero, afinal, de todos ali, eu era aquele que deveria ter menos possibilidades de possuir qualquer tipo de afinidade para com ele, sendo um “alvo fácil” para sua antipatia. De fato, nas reuniões em que participei que ele faltou, eu me sentia mais confortável e meu trabalho de campo transcorria com mais naturalidade. O caso de Carlos serve para ilustrar a necessidade que os membros possuem de estabelecer um forte sentimento de confiança entre eles que, posso concluir, facilita o processo de *conversão* dos membros de *alcoólistas* para *alcoólistas anônimos*. E parece ser durante os

depoimentos mais emotivos que se oferecem as oportunidades mais claras para que tal fenômeno ocorra. Gostaria de descrever mais um caso em que isto foi percebido, por sinal, em um grupo diferente.

José, de aproximadamente 35, 40 anos, trabalha como zelador de um prédio nas imediações do local onde funcionam as reuniões de seu grupo de AA, no qual participa há pouco menos de um ano. Numa dada reunião, chegou ao grupo nitidamente abalado: trêmulo, pediu ao coordenador da noite se poderia ser o primeiro a falar, o que foi imediatamente consentido. Depois dos eventos de praxe que iniciam a reunião, José pôs-se a falar, conforme procurarei reproduzir a seguir:

Ontem eu recaí! RE-CA-Í. Passei na frente do *Bar X* e nem pensei duas vezes. Eu tava sem beber há sete meses, mas não agüentei. Enchi a cara mesmo. Duas, três da manhã, já nem sei dizer mais. Dei um soco no vidro da porta, quebrei o vidro e abri a porta. Minha mãe acordou [membro começa a chorar nesta parte do relato]. Ela tem 74 anos. Ficou desesperada porque viu que minha mão tava sangrando barbaridade. Gritei com ela. Mandeí ela calar a boca e não encher meu saco. Até isso eu fiz, eu quase bati na minha mãe, desgraça de vida, desgraça de vida...

Encerrou seu depoimento dizendo que desejava ficar mais 24 horas sóbrio a partir daquele dia, que se sentia envergonhado, mas que não desejava mais beber, haja vista mais uma “prova que teve do mal que isto faz”. Desejou mais 24 horas de sobriedade para os demais e se sentou, ainda chorando. Os depoimentos seguintes acabaram destinando palavras de consolo para José, mas o de Olívio⁴¹ me chamou mais a atenção, pois, baseado no que ocorrera com José, disse que “não era fácil mesmo se *transformar em alcoólatra anônimo*”, não tendo, portanto, com o que José se preocupar, já que todos ali estavam sujeitos a este tipo de percalço. Ainda que não tenha usado a palavra *conversão*, o sentido que consagrou ao termo *transformação* denotou este processo.

Tantos outros relatos poderiam ilustrar esse sentido altamente emocional, da mesma maneira que simbolizariam um sentimento recíproco de *confiança*. Pela lógica de funcionamento dos AA, se você contar algum episódio marcante, constrangedor, ou carecer de um conselho, sabe que pode fazê-lo, pois outro membro agirá da mesma maneira que você logo em seguida e assim sucessivamente. É a dinâmica da dádiva (Mauss, 2003) que assegura tal reciprocidade e conforto. Como certa vez um

⁴¹ Como só participei de uma reunião com Olívio, desconheço seu tempo de AA, idade e ocupação.

membro me confidenciou, “era preciso se sentir *seguro* para contar aquelas coisas que se conta ali”.

O sentimento de comunhão é ele mesmo resultante de um processo de identificação, ainda mais quando se tratam de grupos de pessoas que possuem uma clara vulnerabilidade emocional e social, neste caso decorrente de seus problemas pessoais com o alcoolismo que possibilitam que suas identidades sociais entrem em crise.

Não obstante, o ingresso e a permanência dos sujeitos em grupos de auto-ajuda com tais características não raro se realiza através de um processo de *conversão*. Se a participação em qualquer grupo religioso implica uma conversão (Mariz, 1994), o mesmo fenômeno pode ocorrer em certos tipos de religiosidades seculares, como parece ser o caso dos AA. Neste caso, os membros necessitam se *converter* de alcoolistas para alcoolistas anônimos, ou seja, *transformando-se* (para fazer uso de um termo utilizado por um participante) em um tipo de alcoolista que se *trata*, que se encontra num processo de *recuperação*, que *repudia* o álcool, que o *sataniza*, etc.

O tema da conversão se tornou recorrente nos estudos sobre novos movimentos religiosos. De acordo com o antropólogo Alejandro Frigerio (1993), tradicionalmente a conversão foi considerada “a experiência Paulina”, ou seja, a partir da crença de que uma mudança súbita e dramática das crenças religiosas do indivíduo possibilitaria uma transformação total de sua vida. Mudando suas crenças, o indivíduo poderia mudar seu comportamento. Com o tempo, tal perspectiva agregou uma dimensão que levava em conta o caráter processual e interativo da conversão dos sujeitos. Ou seja, para haver uma conversão, outros tantos fatores sociais, institucionais e pessoais deveriam ser levados em conta a fim de compreender satisfatoriamente este processo. Um desses fatores, entretanto, era fundamental: a importância dos vínculos afetivos estabelecidos dentro dos grupos religiosos entre seus integrantes, através do compartilhamento de uma mesma *cosmovisão*⁴². Conforme A. Frigerio (1993), a grande maioria dos estudos sobre os novos movimentos religiosos se inclina para a análise da conversão como sendo um

⁴² Os elementos constitutivos e essenciais de uma *cosmovisão* comumente são fornecidos pelo grupo no qual as pessoas envolvidas se vinculam, seja ele mais ou menos religioso ou secular. Isto não inviabiliza a capacidade individual dos sujeitos de construir e formularem uma *cosmovisão* própria a partir dos elementos originários. Tal fator varia de acordo com o grupo e de acordo com o grau de liberdade que possuem os sujeitos nesses grupos (Frigerio, 1993).

processo de socialização secundário, gradual e *voluntário*. Não se quer afirmar aqui que os AA se tratam de um novo movimento religioso, mesmo porque a irmandade foi fundada em 1935 e tampouco se percebe como tal. Apenas procuro retratar que o processo de conversão faz parte de sua lógica terapêutica, ainda que de forma indireta. Da mesma maneira, sabemos que as igrejas de conversão existentes são igrejas de depoimento, de testemunho. O depoimento, o discurso, o testemunho se configuram num dos principais expedientes terapêuticos dos AA. Se as religiões tradicionais podem cumprir o papel de “fornecer sentido” para seus adeptos, os AA têm todas as condições de cumprir o mesmo papel, pois através do auto-disciplinamento e do reforço da auto-estima, a irmandade fornece os subsídios moralizantes que muitas vezes são procurados pelas pessoas que ingressam em instituições religiosas.

Dado que o processo de conversão se realiza de forma gradual e voluntária, como me referi há pouco, interessou-me investigar qual foi a trajetória religiosa e terapêutica dos membros antes de ingressarem numa irmandade como os AA. Para tanto, a fim de compreender este processo, procurei perguntar para alguns interlocutores se já haviam tentado outros tipos de tratamento, ou se haviam tentado ingressar em religiões ou seitas. Da mesma maneira, perguntei se além dos AA eles participavam de algum outro tipo de celebração, ou de liturgia.

Grande parte dos entrevistados declarou que tiveram uma educação católica, alguns inclusive tendo estudado unicamente em escolas deste tipo. Atualmente, estes membros se consideram católicos não praticantes. De forma um pouco semelhante, Dr. Bob, ao contar sua história na literatura oficial dos AA, declarou que sua cidade natal:

Possuía um grande número de igrejas e escolas, nas quais [iniciou seus] estudos. [...] Meu pai era um profissional de reconhecida capacidade e tanto ele quanto minha mãe eram bastante dedicados aos interesses da igreja. [...] Desde a infância até o Segundo Grau, fui mais ou menos obrigado a freqüentar a igreja, a Escola Dominical e o serviço vespertino, o Empenho Cristão às segundas-feiras e à noite, às vezes, aos encontros de orações às quartas à tarde. A conseqüência foi me decidir que, quando me libertasse da dominação paterna, nunca mais pisaria numa igreja. Segui à risca esta decisão durante os quarenta anos seguintes, a não ser quando as circunstâncias desaconselhavam minha ausência (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 194).

Não me parece ser gratuito o fato dele ter sido um dos idealizadores da secularidade dos AA, ainda que não tenha conseguido romper em definitivo com os preceitos religiosos. Conforme discutirei adiante, Bill (e não Bob) foi o responsável pela elaboração dos dogmas da irmandade, representados principalmente nos *Doze Passos*, que possuem um forte apelo religioso. Apenas um dos membros, que conheci no grupo da cidade de Caxambu (MG), declarou que além de freqüentar três vezes por semana as reuniões dos AA, não perdia uma missa dominical, hábito que conservava desde a infância. Os demais membros que não se declararam católicos, não demonstraram disposição de vincular-se ou declara-se como integrantes de algum tipo de religião⁴³. Considerar-se católico parece se tratar de uma característica tradicional da sociedade brasileira, ainda que no plano das práticas muitos brasileiros que se declaram católicos participem de outros tipos de religiões ou seitas⁴⁴.

Questionados sobre suas trajetórias, quase todos os interlocutores afirmaram que, antes de procurar a ajuda dos AA, tentaram algum tipo de ajuda ou de tratamento biomédico. Um desses membros me declarou que teve duas internações antes, “mas só aqui [nos AA] deu certo” (Rodrigo, membro há oito anos, ocupação desconhecida, 42 anos). Evidentemente houve membros que declararam ter participado – e participar – apenas dos AA, mas o que prevaleceu foram os históricos de tentativas terapêuticas biomédicas ou psicológicas frustrantes (da mesma maneira que o co-fundador Bill). No que se refere à busca em alguma religião que fornecesse solução para o problema do alcoolismo, de maneira geral, os membros declaravam que as igrejas não tinham como resolver seu problema, conforme demonstra o depoimento a seguir de um de meus interlocutores:

Mas pra quê? De que adianta? Tu vai pra igreja só pra ficar rezando, rezando... grande coisa! Aqui a gente consegue alguma coisa, pois conhece um monte de gente *igual à gente*. Pega algum “gambá” por aí e pergunta pra ele se ele vai ficar ajoelhado pedindo pra parar de beber. Sai da igreja direto pro boteco, pode apostar! (Daniel, membro há cinco anos, profissional liberal, 53 anos, grifo meu).

Mesmo assim este tipo de depoimento não impede a crença, por parte destes alcoolistas anônimos, nos dogmas da irmandade e na força de um *Poder Superior*

⁴³ No plano do discurso de meus interlocutores, meus dados foram ao encontro daqueles apresentados pela pesquisa de Leonardo Mota sobre grupos de Fortaleza, onde 73% de seus entrevistados declararam participar de alguma congregação religiosa (Mota, 2004). Ainda que em minha pesquisa eu não tenha realizado levantamentos estatísticos, acredito que eu chegaria a um percentual aproximado ao daquela pesquisa.

⁴⁴ 73,8% da população brasileira se declarou católica, de acordo com o censo de 2000.

apregoado pelos AA, conforme discuto mais adiante. No que se refere à participação em outro tipo de agrupamentos, a maioria dos entrevistados declarou não participar de outros tipos de organizações sociais ou religiosas. Outro depoimento denota exemplarmente este aspecto:

Antes não fui nem em religião nem em médico. Vim direto pra cá. Depois tentei ingressar em movimento comunitário, movimento sindical... Até ministro de igreja tentei ser, mas abandonei tudo. Não é a mesma coisa (Márcio, membro há 24 anos, aposentado, 60 anos).

Márcio tentou virar ministro de uma igreja neopentecostal. Não por acaso, em religiões neopentecostais, “a conversão masculina está, em grande parte, relacionada com o alcoolismo” (Mariz, 1994, p. 83). Não conheci em meus estudos de campo nenhum alcoolista anônimo que se declarasse evangélico praticante. No caso deste interlocutor, ele me confidenciou que tentou ingressar numa igreja evangélica depois de ter ingressado nos AA, mas posteriormente se deu conta de que “não era a mesma coisa”. Tal sentimento de não adequação a outros tipos de congregações pós-experiência com os AA pôde ser observado em outros depoimentos⁴⁵.

Uma última questão relacionada à trajetória dos membros até seu ingresso nos AA deve ser discutida, que se refere ao *apadrinhamento*. Como bem explicou Leonardo Mota:

O padrinho em A.A. funciona como um “guia” para o recém-chegado, tendo sido muitas vezes também a pessoa que o encaminhou ao grupo. Dispondo de mais experiência na “programação” e geralmente estando abstêmio há vários anos, ele procura orientar seu afilhado na “nova vida”, sem o uso da bebida. Nos aniversários de tempo de sobriedade, cabe ao padrinho fazer a entrega da ficha comemorativa a seu afilhado⁴⁶. O indivíduo pode ter vários padrinhos durante sua trajetória, ou não ter nenhum, sendo apadrinhado pelo grupo (Mota, 2004, 169).

Em tese, isto não implica auferir algum tipo de privilégio ou expediente hierárquico do padrinho para com seu afilhado. Para a irmandade, ambos se encontram no mesmo patamar e tanto um quanto o outro pode *recair*. A idéia do padrinho surgiu ainda nos EUA. Bill havia concebido a idéia de que somente um alcoolista poderia entender e ajudar outro alcoolista. Depois de ter conhecido o Dr.

⁴⁵ Diversas pessoas não se enquadram no modelo terapêutico dos AA e não permanecem nos grupos, eventualmente procurando, e possivelmente encontrando, outros tipos de ajuda. Contudo, tais sujeitos não constituíram meu universo de investigação.

⁴⁶ Adiante discutirei estes eventos.

Bob e de terem conversado sobre seus problemas com o álcool, entenderam que esta haveria de ser a maneira possível de ajudar tantos outros que passavam por problemas semelhantes aos deles:

Por isso, os dois homens começaram, quase freneticamente, a tentar persuadir os alcoólicos que chegavam à enfermaria do Akron City Hospital. Seu primeiro caso, desesperador, recuperou-se imediatamente e tornou-se o terceiro membro de A.A. Nunca mais bebeu. Este trabalho em Akron prosseguiu durante todo o verão de 1935. Houve muitos fracassos mas, de vez em quando, havia um sucesso encorajador. Quando, no outono de 1935, o corretor voltou para New York, o primeiro grupo de A.A. havia sido formado, embora, na época, ninguém se desse conta disso (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 14-5).

A questão do apadrinhamento é muito enfocada pela literatura dos AA. O *Livro Azul* da irmandade (Alcoólicos Anônimos, 2004), escrito originalmente em 1939, possui um capítulo intitulado “Trabalhando com os outros” que serve como um guia para os “futuros padrinhos”. Tal idéia se encontra em conformidade com aquele *espírito de doação protestante estadunidense* daquela época, a que me referi anteriormente, ainda que o catolicismo também possa ter contribuído para este tipo de formatação, especialmente nos países latino-americanos, onde a presença católica é mais substancial. A ação religiosa (às vezes “frenética”, como escrito) que pessoas como Charles Eliot pregavam no início do século XX (o do amor a Deus, expresso no serviço concreto prestado ao próximo) estava contemplada pelos emergentes grupos de AA na idéia do apadrinhamento. Esta forma de pseudo-parentesco, representada pela idéia do apadrinhamento, de certa forma criava uma rede de relacionamentos pessoais dentro de uma sociedade que já sentia os efeitos do individualismo. Não obstante, os laços pessoais estabelecidos através de tal expediente deveriam servir para facilitar a gestão dos dramas pessoais de cada um dentro da irmandade.

Além de capítulos em livros, talvez de não tão fácil acesso, os AA providenciaram um livreto, intitulado “Perguntas & respostas sobre apadrinhamento” (Alcoólicos Anônimos, 1997), a fim de tratar apenas deste aspecto. Neste livreto a irmandade ensina diversas coisas sobre o assunto, entre elas como a apadrinhamento pode ajudar o recém-chegado; como se deve escolher o padrinho; o que o novato pode esperar do padrinho; como o apadrinhamento ajuda o padrinho; o que faz um padrinho; como um padrinho deve explicar o programa da irmandade; se o

padrinho pode ser “informal” demais e até mesmo se o padrinho deve emprestar ou não dinheiro ao afilhado⁴⁷, entre outras coisas.

Assim, a prática do apadrinhamento é incentivada pela irmandade. Nas pesquisas de Leonardo Mota em Fortaleza, 83% de seus entrevistados revelaram possuir um padrinho, enquanto que 72% afirmaram ter ao menos um afilhado nos AA (Mota, 2004). Não cheguei a realizar tal levantamento nos grupos em que observei, mas posso inferir, com base no que escutei, que a maioria dos membros mais antigos possuíram padrinhos, mas que os mais recentes acabam ingressando na irmandade por conta própria. Segundo um de meus interlocutores, Márcio, isto se deve aos seguintes aspectos:

Apadrinhamento hoje não é a mesma coisa. Antigamente, na época em que eu entrei, o padrinho acompanhava a pessoa direto. Não assistia, vigiava mesmo. Tava todo o dia na reunião com o cara. Hoje em dia, com a vida do jeito que está, nessa correria, essa vida moderna, ninguém mais tem tempo. É cada um por si, cada vez mais (Márcio, membro há 24 anos, aposentado, 60 anos).

O ritmo da vida moderna parece incidir também nesse aspecto. Este interlocutor me informou que hoje em dia, se algum membro conhece um alcoólatra, sugere a ele o ingresso na irmandade. Desta forma até acaba se tornando seu padrinho, mas não da maneira idealizada pela irmandade ainda em seus primórdios, que consistia em levar o novato para o mesmo grupo e acompanhar sua recuperação. Mais do que nunca, como bem declarou este membro, na modernidade “é cada um por si” e, no caso dos AA, “o Poder Superior por todos”.

3.3 O PODER SUPERIOR

O Poder Superior consiste em uma dimensão simbólica e discursiva importante dos AA. O Poder Superior, nos AA, ainda que possa representar a idéia de uma entidade superior transcendente, deve agir e ser apropriado de forma imanente pelos

⁴⁷ Com relação a este particular, a permissibilidade de concessão de dinheiro leva em conta uma possibilidade de estabelecer uma relação de maior intimidade entre as partes; contudo, os AA não recomendam empréstimos de qualquer natureza, a menos que o padrinho julgue estritamente necessário fazê-lo para contribuir com a sobriedade do afilhado e se não considerar isto um empréstimo, passível de cobrança, isto porque, para a irmandade: “nem o dinheiro, nem a falta dele jamais foi um fator chave na capacidade de uma pessoa alcançar a sobriedade em AA. [...] o novato que procurar AA em busca de dinheiro, roupas ou garantia de emprego está no lugar errado, com o objetivo errado. AA tem algo muito mais importante para oferecer: sobriedade” (Alcoólicos Anônimos, 1997, p. 21).

participantes, e deve se preocupar com as ações humanas do “aqui” e “agora”, haja vista a forma *ascética intrapessoal* característica do discurso da irmandade. Assim, o *ato de entrega* dos membros pode ser entendido como imanente, mas o Poder Superior em si permanece sendo transcendente. Tal característica é básica da cosmologia cristã, à exceção dos gnósticos, que se aproximam mais da idéia de um Deus imanente. A visão de Deus ou coisa que o valha (como o Poder Superior) peculiar do protestantismo simultaneamente se abre para uma ênfase na dimensão do indivíduo, em sua autonomia, em seu *livre-arbítrio*, o que não por acaso mostra a importante influência que tal concepção exerceu na dimensão religiosa dos AA.

Uma das principais concepções terapêuticas desses grupos está relacionada ao *tempo*. Para os AA, o alcoolismo se trata de uma doença de caráter incurável. Assim, os membros devem evitar o primeiro gole diariamente, de *24 em 24 horas*. Desde então, posso sugerir que a experiência de tempo dos AA se encontra vinculada a uma *concepção imanente* performática e terapêutica, em detrimento de uma *concepção transcendente*. A *concepção imanente* (pois que “dentro de si”) propõe uma vigilância constante que é apregoada pela idéia das 24 horas, reafirmando a noção de impossibilidade de cura do alcoolismo e servindo de incentivo a participação constante dos membros nas reuniões. A concepção transcendente denotaria a possibilidade de cura por alguma força externa, “um Ente que salva e cura”, que não dependeria da vontade individual, um “milagre”, etc; tal perspectiva entraria em choque com o tipo de terapia prescritiva dos AA, que delegam à vontade dos membros o principal fator a ser trabalhado tendo em vista à recuperação do alcoolismo.

Essa transformação simbólica que a idéia de Deus vem recebendo no Ocidente, de uma apropriação mais imanente em detrimento de uma apropriação mais transcendental, característica do cristianismo, se trata de um processo que vem ocorrendo desde a Revolução Industrial, em fins do século XVIII. Os séculos XIX e XX acabaram testemunhando um progresso que paulatinamente foi minando a fé ocidental na religião tradicional. Aos poucos, a própria fé irrestrita no progresso e na ciência foi se esvaindo, culminando num retorno ao religioso. Acontece que tal retorno, agora, se realizava sob outras bases. A ciência e o racionalismo impingiram um pragmatismo ao religioso. As pessoas tinham necessidades específicas e, retornando ao religioso, esperavam que dali encontrassem as soluções para suas

angústias da vida aqui na terra. Um Deus meramente transcendental e distante não servia mais para estes propósitos.

Para Colin Campbell (1997), os elementos que explicam estas novas concepções do divino foram encontrados no Oriente, que tradicionalmente tratavam esta dimensão de forma imanente. Os movimentos pentecostais, muitos deles surgidos dentro do protestantismo estadunidense do século XIX são um claro exemplo deste fenômeno, uma vez que trocaram a figura transcendental de um “Pai”, para a de um “Espírito Santo”, tão imanente, que pode inclusive se manifestar nos cultos (Corten, 2004). Portanto, conceber o divino como imanente significa dizer que ele pode interpenetrar no mundo cotidiano, *agindo* junto com os homens. Nos últimos duzentos anos, diversas crenças começariam a adotar tal concepção do divino.

De qualquer maneira, tanto os movimentos religiosos, quanto os movimentos de caráter mais secular, que se apropriam da percepção de um divino imanente, são, por característica, extremamente individualistas e comumente enfatizam valores progressistas do auto-desenvolvimento e da auto-satisfação, além de se voltarem para o sucesso de seus integrantes nesse mundo (Campbell, 1997). Acredito ser este o caso dos AA. Sua discursividade religiosa está toda ela voltada para o aqui e agora, para o combate a um “inimigo” bem específico, o alcoolismo. Contudo, este combate não gera uma espécie de guerra espiritual, mas antes é travada uma guerra contra si mesmo, “seus impulsos frutos de um caráter frágil”. É a vontade de beber de cada um que deve ser combatida, e não o elemento satanizado (álcool). A idéia de *mal*, para os AA, consiste na idéia de uma *má escolha*, ou então da má apropriação da liberdade individual pelo sujeito. Por isso este carece construir uma *contenção*, uma *renúncia* a um determinado comportamento inadequado, a uma determinada *vontade* que lhe é nociva, e não lutar contra a “existência no mundo” do álcool. Assim, este sujeito pode construir um novo comportamento individual e uma nova relação com o mundo, através de um *ascetismo intrapessoal*. Isto explica o fato dos AA não realizarem campanhas contra a venda e o consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo. Tais questões pertencem a um mundo que eles não procuram se intrometer. As campanhas públicas da irmandade existentes (como anúncios na televisão ou

cartazes espalhados pela cidade) procuram promover a irmandade, no sentido de atrair para sua oferta terapêutica àqueles que desejam parar de beber⁴⁸.

Ainda que dependa única e exclusivamente de cada um o afastamento da bebida, por se tratar também de um programa espiritual, os AA reivindicam a ajuda de um Poder Superior capaz de auxiliar na educação da vontade individual de seus membros. O Poder Superior é tido como um guia, um aliado, um apoio, *presente em cada um*⁴⁹, que deve contribuir para cada luta pessoal contra esta vontade de beber travada dia-a-dia na vida destes alcoolistas anônimos. E como esta luta é tida e vista como para toda a vida, a ajuda de um Poder Superior se faz mais do que necessária. Aliás, mais do que bem-vinda, ela é *conclamada* em cada sala de AA. E como um dos tripés terapêuticos da irmandade consiste na religião (os outros dois são a medicina e a ajuda mútua, conforme Alcoólicos Anônimos, 2004), a construção da idéia do Poder Superior teve de ser a mais “democrática” e não excludente possível.

Os AA fornecem belo exemplo de um *programa espiritual*⁵⁰, conforme podemos observar em sua literatura oficial:

Não somos santos. O importante é que desejamos *crescer espiritualmente*. Os princípios acima descritos [sic] são guias para o *progresso*. Nossa meta é o *progresso espiritual*, e não a perfeição espiritual. [...] Tanto você quanto o novo homem devem seguir, dia a dia, o caminho do *progresso espiritual* (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 89 e 127, grifos meus).

Tantas outras passagens que atestam este aspecto poderiam aqui ser reproduzidas. O que de fato alimenta este programa espiritual é a concepção êmica dos AA sobre o Poder Superior. Para a irmandade, Ele é imprescindível para a terapia, como podemos verificar em sua literatura. Todavia, parece ser mais

⁴⁸ A 11ª *Tradição* de AA deixa bem claro este aspecto: “Nossas relações com o público baseiam-se na atração em vez da promoção; cabe-nos sempre preservar o anonimato pessoal na imprensa, no rádio e em filmes”.

⁴⁹ Conforme fica bem claro na 2ª *Tradição* de AA: “Somente uma autoridade preside, em última análise, ao nosso propósito comum – um Deus amantíssimo **que se manifesta em nossa consciência coletiva**. Nossos líderes são apenas servidores de confiança; não tem poderes para governar”.

⁵⁰ Os movimentos religiosos místicos, imanentes por excelência, possuem, de maneira geral, a crença numa “escala de espiritualidade”, ou seja, de aprimoramento espiritual para melhor viver nessa terra. A concepção mais recorrente de *programa espiritual* é fruto destes tipos de movimentos religiosos. Como retratou Françoise Champion (1990), as instâncias místicas-esotéricas estão impregnadas de um sentido de responsabilidade pessoal pela conduta da vida e pela realização do estado de bem-estar que aspiram seus adeptos. José Guilherme Magnani demonstra, em seus estudos sobre o xamanismo urbano (outra forma moderna de religiosidade mítica) que este também trata “da busca de aprimoramento pessoal através de técnicas que levam ao auto-conhecimento, ao desenvolvimento das potencialidades pessoais e à auto-cura” (Magnani, 1999, p. 126).

interessante deixar vaga a idéia do Poder Superior para que este sirva como uma *tela* que possa projetar diferentes concepções, que se abra a um diálogo mais ecumênico, não fornecendo uma espécie de teologia fechada acerca desta dimensão da irmandade. Assim, o Poder Superior consiste em uma idéia transcendente, mas ao mesmo tempo consiste numa idéia aberta que funciona como uma espécie de significante flutuante da busca espiritual da recuperação do alcoolismo por parte dos alcoolistas anônimos, e não de uma teologia definida.

Na literatura da irmandade, dificilmente encontraremos passagens que não dediquem algumas linhas para se referir a este Poder. Por exemplo:

Falta de poder, era esse o nosso dilema. Precisávamos encontrar um poder através do qual pudéssemos viver, e precisava ser um Poder superior a nós mesmos. Era óbvio. [...] Acreditar num Poder superior a nós, começaríamos a obter resultados, ainda que, para qualquer um de nós, fosse impossível definir ou compreender inteiramente este Poder, que é *Deus*. [...] Quando, portanto, falamos de Deus com você, queremos falar de *seu próprio conceito de Deus* (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 74-5).

Os AA se preocupam em “democratizar” seu conceito de Poder Superior, quando falam de *seu próprio conceito de Deus*, ainda que, algumas linhas antes, tenham claramente definido este Poder como *Deus*! Esta oscilação permanente que encontramos em sua literatura permite que diferentes tipos de pessoas ali se reconheçam, desde aquelas tradicionalmente cristãs, que buscam reconhecer o Poder de um *Deus Todo-Poderoso*, até mesmo aquelas mais racionalistas ou mesmo agnósticas ou atéias, que podem conceber este Poder Superior das mais diferentes formas, como por exemplo, da forma que este membro disse-me conceber:

Poder Superior é o do grupo sobre mim. Sou ateu, agnóstico e *à toa*! Não acredito em nada e foi esse um dos motivos que me atrapalhou entrar, esse negócio de Deus. Aí eu li o capítulo para os agnósticos, do Livro Azul e vi que cada um concebe como quiser. Eu, só participei dos AA. É o poder do grupo que me ajuda a não beber... (Rodrigo, membro há oito anos, 42 anos, ocupação desconhecida).

Para este membro *agnóstico, ateu e à toa*, em suas palavras, o Poder Superior consiste no poder do grupo sobre ele. Já para outros membros, como Márcio que participa dos grupos há 24 anos, “o Poder Superior é Deus mesmo!” Um dos capítulos do Livro Azul de AA recomenda aos padrinhos que:

Se o homem for agnóstico ou ateu, deixe bem claro que *ele não precisa concordar com seu conceito de Deus*. Ele pode escolher o conceito que preferir, contanto que, para ele, faça sentido. O principal é que ele esteja disposto a creditar num Poder superior a ele, e que viva de acordo com os princípios espirituais (grifos no original). [Mais adiante, como que pra reforçar esta idéia, assim está escrito] essa coisa espiritual, do jeito que vocês falam, *faz sentido*. Estou pronto para começar. Parece que os meus velhos estavam certos, afinal de contas'. Assim, a Irmandade ganhou mais um membro (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 121 e 186, grifo meu).

Na verdade, nenhum alcoolista anônimo que eu tenha conhecido questiona esse Poder, seja ele o que for. Isto permite que qualquer pessoa que freqüente os AA tenha sua própria concepção de Deus. Conta a história de Bill que, quando este veio a conhecer seu amigo do Grupo Oxford, este teria lhe perguntado por que ele não escolhia a sua própria concepção de Deus? Então Bill afirma que, através deste diálogo, compreendia que se tratava apenas de estar disposto a acreditar num Poder que fosse superior a ele (Alcoólicos Anônimos, 2004). Isto permitiu que ele escrevesse os *Doze Passos* para a recuperação do alcoolista a partir de uma concepção do divino bastante peculiar. Na época em que Bill escreveu os passos, diversos membros foram contrários à idéia, pois esperavam que o programa de AA fosse concebido da forma mais “racional” possível, dando ênfase nos preceitos científicos (Mota, 2004). Fato é que os Doze Passos “vingaram” e hoje servem como uma espécie de “doze mandamentos” para os membros do grupo. Vejamos quais são eles:

Os Doze Passos

1º passo: Admitimos que éramos impotentes perante o álcool – que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas.

2º passo: Viemos a acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia devolver-nos à sobriedade.

3º passo: Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma em que o concebíamos.

4º passo: Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.

5º passo: Admitimos, perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano, a natureza exata de nossas falhas.

6º passo: Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter.

7º passo: Humildemente rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições.

8º passo: Fizemos uma relação de todas as pessoas a quem tínhamos prejudicado e nos dispusemos a reparar os danos a elas causados.

9º passo: Fizemos reparações diretas pelos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-lo significasse prejudicá-las ou a outrem.

10º passo: Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente.

11º passo: Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que O entendíamos, rogando apenas o conhecimento de sua vontade em relação a nós e forças para realizar essa vontade.

12º passo: Tendo experimentado um despertar espiritual graças a estes passos, procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólicos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades.

Leonardo Mota sugere classificar os passos da seguinte forma: do 1º ao 3º se encontrariam os passos de *decisão*; do 4º ao 9º os passos de *ação*; e do 10º ao 12º se encontrariam os passos de *manutenção* (Mota, 2004, p. 58). Outrossim, fato é que o Poder Superior (comumente representado na figura de um Deus) aparece em sete dos doze passos. Uma vez os AA possuírem fundamentalmente um programa espiritual e um forte apelo religioso, nas reuniões tais aspectos se apresentam constantemente. As Doze Tradições (elaboradas em 1946), se referem a Deus apenas na segunda tradição, a saber: “somente uma autoridade preside, em última análise, ao nosso propósito comum – um Deus amantíssimo que se manifesta em nossa consciência coletiva. Nossos líderes são apenas servidores de confiança; não têm poderes para governar”. Ao que parece, as Doze Tradições evoluíram para o sentido de uma filosofia e de um ordenamento do funcionamento dos grupos. Somadas aos Doze Passos e aos Doze Conceitos (estes de caráter mais institucional e não de código moral ou coisa que se assemelhe a isso), as tradições definem a postura idealizada dos membros alcoólicos anônimos.

Conforme descrevi no primeiro capítulo, toda reunião de AA inicia com uma prece, a *Oração da Serenidade*: “Concedei-nos, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que não podemos modificar, coragem para modificar aquelas que podemos e sabedoria para distinguir umas das outras”. Não sei ao certo quais seriam as origens desta oração, mas me parece que ela reúne preceitos que podem ser encontrados em certas filosofias espiritualistas orientais. Fato é que os membros acabam decorando esta oração, e se ainda não o fizeram, comumente ela se encontra disposta em forma de quadro num lugar bem à vista de todos, dentro das salas de reunião. Tal oração, precedida pelo badalar de um pequeno sino que avisa o início da reunião, é sempre realizada em voz alta e com muito fervor, quando praticamente todos os membros abaixam a cabeça, postando nela uma de suas mãos na altura da testa, em sinal de júbilo e fé. Depois da leitura de algumas mensagens, os membros tomam a palavra, de maneira individual e sem interrupções, durante no

máximo dez minutos. Os dois depoimentos a seguir que presenciei quando enunciados no púlpito de uma reunião se referem também, cada qual à sua maneira, à presença do divino na irmandade:

Eu sempre fui muito católico, mas eu fui encontrar Deus aqui dentro. É aqui que Ele se comunica comigo. É aqui que eu descobri que eu não tinha fé (Simão, membro há 12 anos, 65 anos de idade, aposentado).

[...] isso eu não estou conseguindo sozinho, estou conseguindo com a reunião e com o Poder Superior. (Maurício, membro há um ano, guardador de carros, 30 anos).

Depois de terminado o testemunho do membro, todos os coordenadores dos mais diferentes grupos que participei como observador, desejam, após uma salva de palmas dos integrantes, “que o Poder Superior proporcione mais 24h de sobriedade e serenidade” ao membro que acabou de falar. Percebemos que o lugar e o papel do *Poder Superior* estão colocados de maneira “fluída” e “democrática”, pois cabe a Ele *proporcionar* ajuda, apoio, etc. Aqui também reaparece a questão do *tempo* (24 horas), já referida.

Por fim analisarei um dos momentos de celebração do sucesso pessoal (respaldado pelo apoio coletivo e pelo Poder Superior) mais importante dos AA, a *entrega das fichas* por tempo de participação, ou por *tempo de sobriedade*, como eles costumam dizer. Este é um acontecimento muito importante e muito valorizado pelos membros dos grupos. Para André Corten, “os rituais dão ao tempo e ao espaço sua dimensão de sacralidade” (Corten, 2004, p. 10, tradução minha).

A pessoa recebe sua primeira ficha com um mês de participação no grupo. Depois recebe a ficha de três meses, seis meses, nove meses, um ano, dois anos, e assim por diante, anualmente, até o décimo ano de participação nos grupos. Depois recebe a ficha de quinze anos, vinte anos e, decorrido este período, receberá fichas a cada dez anos. Cada ficha possui uma cor específica⁵¹.

A importância desse símbolo é significativa e por razões bem evidentes. A pessoa recebe fichas durante todo o seu primeiro ano, pois este é o período considerado o de maior risco de recaída para o membro recém-chegado. O

⁵¹ Entrada no grupo e primeiro mês: amarela; 3 meses: azul; 6 meses: rosa; 9 meses: laranja; 1 ano: verde; 2 anos: madrepérola verde; 3 anos: madrepérola marrom; 4 anos: madrepérola tomate; 5 anos: madrepérola branca; 6 anos: madrepérola amarelo-claro; 7 anos: madrepérola azul-claro; 8 anos: amarelo-ouro; 9 anos: madrepérola laranja; 10 anos: madrepérola ouro-velho; 15 anos: madrepérola azul-marinho; 20 anos: madrepérola lilás; 25 anos: madrepérola rosa-violeta; 30 anos: dupla azul e branca.

simbolismo empregado nestas fichas é tamanho que faz com que elas sirvam de incentivo para o membro continuar afastado da bebida e continuar participando das reuniões. Tradicionalmente elas devem ser entregues pelo padrinho, mas como discuti anteriormente, esta prática tem se tornado menos freqüente, cabendo ao membro mais antigo do grupo esta tarefa. Porém, elas são entregues apenas àquelas pessoas que não sofreram nenhuma recaída durante dado período. Caso isto ocorra, a contagem de tempo é zerada. Alguns membros me mostraram orgulhos suas fichas que levam consigo guardadas na carteira, destino peculiar deste tipo de *símbolo de prestígio* (Goffman, 1988).

Participei de uma reunião festiva que marcaria a entrega de uma ficha de dez anos de participação. Na ocasião, pude perceber a importância conferida pelo grupo a este ato simbólico. No quadro de avisos pendurado na parede, o coordenador escreve o nome do membro e o tempo de AA que este está completando naquele dia. A euforia é tamanha que todos os participantes, dentro de suas falas, se remetem a este membro com elogios pela persistência, palavras de incentivo para este prosseguir na “luta”, de como esta pessoa serve de exemplo para as demais, de quantos outros desistiram, de como o Poder Superior é “poderoso”, etc. Dez anos são, de acordo com os membros, uma marca difícil de ser alcançada. Neste caso, a ocasião se torna ainda mais especial, em que o Poder Superior é regularmente enaltecido.

3.4 UMA OUTRA APROPRIAÇÃO DA FÉ

Segundo Geertz (2001), uma das principais funções sociais da religião consiste em garantir o sentido e a possibilidade de uma construção coletiva identitária. O mundo, para o autor, não funciona apenas com crenças, mas dificilmente consegue funcionar sem elas:

Comunal, mas pessoal. A religião, sem interioridade, sem uma sensação “banhada em sentimento” de que a crença importa, e importa tremendamente, de que a fé sustenta, cura, consola, corrige as injustiças, melhora a sorte, garante recompensas, explica, impõe obrigações, abençoa, esclarece, reconcilia, regenera, redime ou salva, mal chega a ser digna desse nome (Geertz, 2001, p. 159).

“Não é na solidão que se constrói a fé”, diria ainda o autor. Por mais nociva que possa ter sido a modernidade para a necessidade humana do religioso, fato é que a religião pode crescer num mundo desencantado, ainda que este mundo continue desencantado (Prandi, 1999). O que podemos observar, dentro da modernidade, é o surgimento – ou afirmação – de novas formas de religiosidade. A religião - melhor dizendo - a religiosidade não perdeu seu espaço dentro da modernidade, apenas se adaptou a ela.

Um dos exemplos deste tipo de fenômeno consiste na utilização da fé para fins terapêuticos, o caso dos AA. Tradicionalmente, a espiritualidade e a religião se associam para combater o alcoolismo, como é o caso de diferentes religiões neopentecostais, por exemplo. Os AA, resultado secular da modernidade, apelam para duas ordens cristãs concomitantes da humanidade, a saber, a própria religião e seu instinto de re-ligação para com seus semelhantes, ou seja, o “instinto gregário”. Grupos terapêuticos com orientação mais psicológica (portanto, mais seculares) ou com orientação mais religiosa não se diferenciam no que diz respeito à questão da responsabilidade individual sobre o desenvolvimento pessoal e espiritual e, mais globalmente, sobre a condução da vida (Champion, 1990). Ainda que os princípios terapêuticos dos AA não advenham somente da religião, mas também da biomedicina, como procuram afirmar, a irmandade pode ser compreendida como uma instituição discursivamente apresentada como secular, mas que supre certas expectativas tradicionalmente disponíveis no campo religioso, como uma forma de regulação moral e de pertencimento a alguma comunidade de sentido.

Essas características dos AA são tributos da sociedade em que surgiu, no momento histórico em que surgiu. A idéia de se voltar para o mundo cotidiano a fim de garantir sua própria sobrevivência e construir esta representação através de um expediente religioso foi característico da sociedade ocidental a partir do século XIX, mais especialmente no caso de grupos protestantes estadunidenses: “a conscientização da necessidade de preparo espiritual [...] teve lugar na sociedade americana em meados do século XIX” (Rüdiger, 1995, p. 48-9). Alguns estudos, com os de Phil Zuckerman (2004), vão procurar demonstrar justamente que a sociedade estadunidense jamais deixou de ser extremamente religiosa, ao contrário do caso europeu. Nos EUA, a crença em Deus ou em um espírito universal e superior e a importância dada às formas religiosas jamais saíram da pauta daquela sociedade. O mesmo foi constatado no caso brasileiro (Sanchis, 2001). Assim, não podemos

esquecer que tanto os fundadores quanto os primeiros membros da irmandade eram protestantes, estadunidenses brancos e de classe média/ alta. Sem dúvida, as crenças que traziam consigo sobre religião, psicologia, política, etc, advinham de seu meio social e incontestavelmente constituíram os AA da forma que ele o é e que conseguiu se perpetuar até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento de estabelecer uma reflexão final atento para o fato de vivermos um momento histórico que reforça, mais do nunca, buscas por soluções aos mais diferentes problemas enfrentados pela sociedade num plano individual.

A urbanização trouxe consigo diversos benefícios sociais, mas também muitos problemas. Dentre estes, se destacam atualmente a violência, marginalização social, grandes epidemias como a da aids e diversos tipos de “patologias sociais”, talvez não tão em evidência na mídia, mas tampouco menos preocupantes. O alcoolismo é apenas um desses casos.

Nos últimos tempos, temos assistido à campanhas e mais campanhas públicas de combate ao tabagismo. Parece que este, dentro das drogas lícitas comercializadas em qualquer esquina de nossas cidades, se constitui como o grande problema relativo à dependência em massa na nossa sociedade. É, na verdade, um dos mais importantes, porém não o único. O alcoolismo, ao que tudo indica, parece pertencer a um outro plano, sem uma necessidade real de combate por parte da opinião pública mais difundida. Trata-se, evidentemente, de um problema de dependência que, além de se tratar de um atributo que pode agregar ao seu portador caracterizações extremamente depreciativas e excludentes⁵², causa muitas mortes em todo o mundo.

O alcoolismo, portanto, se soma ao considerável número de problemas enfrentados pela modernidade. Contudo, a fim de ser mais bem percebido como fenômeno social, ele deve ser incluído nos rituais de interação social e simbólica coletivos e compreendido como parte de um *processo de alcoolização*, como sugeriu Menéndez (1990). Por se situar no plano de um processo, o alcoolismo pode receber diversas categorizações de sentido, das mais depreciativas às mais “louváveis”, conforme o contexto social em que se apresenta e que é particularmente representado. Tomá-lo como uma “doença”, capaz de estigmatizar seus portadores, também faz parte deste processo. É uma de suas possibilidades.

⁵² Ao contrário do tabagismo. Em nossa sociedade, antes ser chamado de *fumante* do que de *alcoólatra* ou *bêbado*, *pinguço*, *gambá*, etc, categorias extremamente depreciativas para uma identidade social.

Na “nova ordem mundial” conclamada pela modernidade, o gerenciamento dos problemas sociais parece cada vez mais dever ser realizado de forma individualizante. Isto facilita que os próprios indivíduos fomentem diferentes estratégias para lidar com seus problemas, inclusive fomentando novas formas de organização que inspirem apoio coletivo e mútuo, resgatando um *sentido de solidariedade*, ou de *dádiva*, comumente tido como insuficiente em nossa sociedade. Para Maurice Godelier, nesta “nova ordem”:

Estamos em uma sociedade que libera, como nenhuma outra o fez, todas as forças, todas as potencialidades adormecidas no indivíduo, mas que também leva cada indivíduo a dessolidarizar-se dos outros, servindo-se ao mesmo tempo deles. Nossa sociedade só vive e prospera, portanto, ao preço de um déficit permanente de solidariedade. E ela só imagina novas solidariedades se negociadas sob a forma de contrato (Godelier, 2001, p. 301).

Os grupos de auto-ajuda, como um todo, não podem ser compreendidos de imediato como uma forma pura e simples de *contrato* entre pessoas que possuem, em suas trajetórias individuais, problemas semelhantes. Em realidade, estes nada mais fizeram (e fazem) do que recorrer ao apoio coletivo como princípio básico de recuperação, através da crença de que os homens possuem a capacidade de desenvolver seu caráter através da aplicação do controle individual daqueles hábitos que não se encontram em conformidade com o “caráter virtuoso” esperado pelo conjunto maior da sociedade. Não por acaso, estes grupos, que adotaram a então pioneira plataforma terapêutica dos AA possuem uma concepção hobbesiana de homem⁵³, ou seja, no plano discursivo dos grupos de auto-ajuda, o indivíduo somente é capaz de se *recuperar*, jamais podendo se *curar* plenamente. Para isso, ele deverá se *conter*, se *controlar*, se *vigiar* perpetuamente, pois seu “inimigo”, na verdade, se encontra dentro dele mesmo. *É* ele mesmo.

O cientista social Francisco Rüdiger, que estudou o campo da auto-ajuda e do individualismo propôs que:

O desenvolvimento da prática da auto-ajuda no sentido do utilitarismo terapêutico visa justamente a enfrentar os riscos

⁵³ Tal perspectiva foi sugerida pelo antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte em uma comunicação realizada na XIX Reunião Brasileira de Antropologia, e passada para mim pelo professor Bernardo Lewgoy.

inerentes à procura da satisfação individual através da racionalização da conduta do controle técnico das situações, mas sobretudo da exploração e do controle racional da imaginação e da personalidade. Em compensação, o misticismo terapêutico que se desenvolveu de maneira paralela, representa um esforço visando a resolver os conflitos morais e as ansiedades espirituais através da reinserção do indivíduo num sistema simbólico de caráter cosmológico (Rüdiger, 1995, 225).

Portanto, além de recuperar os malefícios físicos advindos de uma dependência química (caso dos AA e dos Narcóticos Anônimos, por exemplo), a atuação destes grupos pode ajudar a resgatar uma imagem social afetada e desacreditada, construída a partir da interação presente no cotidiano dessas pessoas e apreendida por aqueles que sofrem dos processos de exclusão. Se, por um lado, o desfrute da liberdade individual vai se tornando cada vez mais problemático, parece que a prática da auto-ajuda vai se tornando cada vez mais necessária. No mundo moderno, globalizado, onde se compartilham uma série de problemas e de dificuldades, parece se compartilharem também uma série de alternativas perante estes problemas.

No caso dos AA e de seus participantes, analisados por mim, procurei compreender de que maneira estas pessoas fazem uso da plataforma terapêutica oferecida pela irmandade para reordenarem suas vidas, marcadas por diferentes dramas pessoais advindos do alcoolismo. A partir de um entendimento desta plataforma, contundentemente sedimentada pela irmandade e propagada por diversos países do mundo, por diversas “culturas” poder-se-ia dizer, concluí que existe uma clara negociação entre seus membros e a irmandade acerca dos usos individuais atribuídos a este modelo terapêutico. Tal negociação seguramente também deve ser observada nestas diferentes “culturas”. Procurei compreender a dimensão deste processo em uma delas. De todo modo, pude verificar que os AA, no universo que observei, fornece uma plataforma terapêutica legítima e eficaz no sentido de permitir o reodernamento pessoal almejado por seus adeptos. Prova disso é que, conforme pude apreender de minha etnografia, a plataforma terapêutica dos AA extrapola os limites adjacentes aos problemas individuais relacionados com o alcoolismo. Tal plataforma é capaz de fornecer um suporte, um plano reordenador também para diferentes dimensões da vida destas pessoas. Por exemplo, quando um de meus interlocutores, sóbrio há dois anos, declarou em uma reunião que não bateria no “filho indisciplinado” por causa do que “aprendeu” na irmandade, tal evento nos permite

ampliar o entendimento acerca dos usos atribuídos em caráter individual de tal plataforma. Portanto, conforme preconiza sua oração, ter *serenidade*, *coragem* e *sapiência* consiste em um ideal perseguido pelos alcoolistas anônimos por toda a sua vida, e *para tudo* em sua vida.

Algumas representações sociais existentes com relação ao uso do álcool contribuíram para explicar a formação de grupos masculinos, característicos dos AA, mas também contribuíram para a formação de uma verdadeira *rede de apoio* percebida através da atuação conjunta destes grupos com os grupos de familiares Al-Anon e Alateen. A *rede de apoio e de reordenamento* constituída a partir de fenômenos discutidos ao longo do texto também oferecem suporte para a própria eficácia da plataforma terapêutica da irmandade, ainda que esta possua restrições indiretas para a plena participação das mulheres e de homossexuais assumidos, devido à forma com que é utilizada por parte de seus adeptos no espaço das reuniões.

De qualquer forma, o sucesso desta plataforma – e este sucesso pode ser empiricamente constatado a partir do número de adeptos e de diferentes tipos de grupos existentes em todo o mundo – deve-se não somente a sua relativa eficácia, mas também pelo fato de se tratar freqüentemente de uma das únicas opções – e das mais baratas - que certa parte da população pode contar a fim de encontrar tratamento para determinados tipos de problemas, além de um plano reordenador para suas vidas. Ademais, este tipo de plataforma terapêutica trabalha com certas categorias e noções que atingem um contingente considerável de indivíduos que passaram por dramas pessoais semelhantes, e que, portanto, podem compartilhar de forma mais imediata desta terapia. No caso do alcoolismo, categorias discursivas oferecidas pelos AA como *sobriedade*, por exemplo, pode ser mais bem compreendida se associada às noções de *secura* e de *limpeza*. Ou mesmo certos valores fundamentais dos AA como *igualdade*, *maturidade* e *entrega*, discutidos ao longo deste trabalho. Tais categorias significadas da forma que o são pelos AA oferecem aos seus membros uma estrutura de sentido para grande parte de suas dificuldades pessoais que lhes auxilia decisivamente no entendimento de seus problemas e na maneira que devem se comportar e (re) agir perante eles.

Evidentemente, este modelo terapêutico não é “perfeito” e não atinge (ou faz sentido) para todas os sujeitos que possuem dramas pessoais relacionados ao alcoolismo. Contudo, na medida em que atinge um considerável número de pessoas

pelo mundo, ele merece ser sempre melhor compreendido, especialmente através das diferentes formas que pode ser apropriado pelas pessoas que dele fazem uso.

REFERÊNCIAS

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *Literatura: literatura aprovada pela Conferência de Serviços Gerais de A. A.* São Paulo: JUNAAB, s/d.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *Alcoólicos Anônimos em sua comunidade: Como a Irmandade de A.A. trabalha em sua comunidade para ajudar alcoólicos.* São Paulo: JUNAAB, 1966.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *A.A. num relance.* São Paulo: JUNAAB, 1987.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *Alcoólicos Anônimos em sua comunidade: como a Irmandade de A.A trabalha em sua comunidade para ajudar alcoólicos.* São Paulo: JUNAAB, 1996.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *Perguntas & respostas sobre apadrinhamento.* São Paulo: JUNAAB, 1997.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *Sugestões para coordenar reuniões de novos.* São Paulo: JUNAAB, 1999.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *A.A., como funciona.* São Paulo: JUNAAB, 2003a.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *O grupo de A.A.: onde tudo começa.* São Paulo: JUNAAB, 2003b.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. *Alcoólicos Anônimos: A história de como milhares de homens e mulheres se recuperaram do alcoolismo.* São Paulo: JUNAAB, 2004.

AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. História.* São Paulo: Universidade Estadual Paulista, V. 14, 1995.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: O fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social.* In: Enciclopédia Einaudi. Edição portuguesa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal.* São Paulo: Martin Claret, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDES, Stanley. *Metaphors of Masculinity: sex and status in Andalusian Folklore.* Philadelphia: Univ. Philadelphia Press, 1980.

BRANDES, Stanley. *Bebida, abstinencia e identidade masculina en la Ciudad de México*. *Revista Alteridades: Antropología de las masculinidades*, ano 12, n. 23, p. 5 a 18, 2002.

CALDERÓN, G. *Respuestas de la comunidad ante los problemas relacionados con el alcohol*. Cidade do México: Instituto Mexicano de Psiquiatria, 1981.

CAMPBELL, Colin. *A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio*. In: *Religião e Sociedade*, V. 18, N. 1. Rio de Janeiro: Ano 1997. p. 6-22.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo: ver, ouvir, escrever*. In: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 17-36.

CHAMPION, Françoise. *La nébuleuse mystique-ésotérique: Orientations psychoreligieuses des courants mystiques et ésotériques contemporains*. In: (vários) *De l'émotion en religion: Renouveaux et traditions*. Paris: Centurion, 1990.

CORTEN, André. *Pentecôtismes: Immanence et transnationalisation*. Paris: Archives de Sciences Sociales des Religions, 2004. Texto de Internet, consultado em www.ehess.fr/centres/ceifr/index.html

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2003.

DAVIS, Diane R; **JANSEN**, Golie G. *Making meaning of Alcoholics Anonymous for social workers: myths, metaphors, and realities*. Texto de internet, copyright National Association of Social Workers Inc, 1998.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DÍAZ, Raúl. *Personaje e identidad narrativa: una aproximación metodológica*. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 5, N.12 (Cultura oral e narrativas). Porto Alegre: PPGAS, 1999. p. 37-58.

DINIZ, Débora. *Valores universais e direitos culturais*. In: NOVAES, Regina (org). *Direitos humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Editora da USP, 1997.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

FRACASSO, Laura. *Características da comunidade terapêutica*. Texto de Internet, copyright SBPC/ Labjor Brasil, 2002. Acessado em www.comciencia.br.

FRIGERIO, Alejandro. *Perspectivas actuales sobre conversion, deconversion y "lavado de cerebro" en nuevos movimientos religiosos*. In: FRIGERIO, Alejandro (org). *Nuevos movimientos religiosos y ciencias sociales*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

GARCIA, Angela Maria. *Alcoólicos Anônimos: conversão e abstinência terapêutica. Antropolítica – Revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política* (UFF), n. 15, p.39 a 59, 2003.

GARCIA, Angela Maria. *E o verbo (re) fez o homem: estudo do processo de conversão do alcoólico ativo em alcoólico passivo*. Niterói: Intertexto, 2004.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

GUEDES, Simoni L. *Jogo de corpo*. Niterói: EdUFF, 1997.

GUTMANN, Matthew C. *Trafficking in men: the anthropology of masculinity*. Annual Review of Anthropology, v. 26, p. 385-409, 1997.

HELMAN, Cecil G. *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

JARDIM, Denise Fagundes. *De bar em bar: identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares*. 1991. 244 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

JORNAL CORREIO DO POVO, Porto Alegre: 18/07/2005

LEAL, Ondina F; **DOS ANJOS**, José C. G. *Cidadania de quem? Possibilidades e limites da Antropologia*. In: Revista Horizontes Antropológicos, n. 10, *Diversidade cultural e cidadania*, Porto Alegre, EDUFRGS, 1999.

LEWGOY, Bernardo. *Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no espiritismo kardecista*. 2000. 347f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade do Estado de São Paulo, 2000.

LEWGOY, Bernardo. *O mal à moda espírita: as estruturas narrativas da desobsessão*. In: LEWGOY, Bernardo (org). Debates do NER, Ano 4, N. 4, *O mal revisitado*, Porto Alegre, 2003, p. 91-108.

LEWGOY, Bernardo. *Etnografia da leitura num grupo de estudos espírita*. LEWGOY, Bernardo; SEMÁN, Pablo (orgs). *Cultura escrita e práticas de leitura*. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 10, número 22, Julho - Dezembro de 2004, p. 255-282.

MAGNANI, José Guilherme C. *O xamanismo urbano e a religiosidade contemporânea*. In: *Religião e Sociedade*, V. 20, N. 2. Rio de Janeiro: Ano 1999. p. 113-140.

MALINOWSKI, Bronislaw Kaspar. *Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALUF, Sônia Weidner. *Antropologia, narrativas e a busca de sentido*. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 5, N.12 (Cultura oral e narrativas). Porto Alegre: PPGAS, 1999. p. 69-82.

MARIZ, Cecília. *Alcoolismo, gênero e pentecostalismo*. In: *Religião e Sociedade*, V. 16, N. 3. Rio de Janeiro: Ano 1994. p. 80-93.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

MENÉNDEZ, Eduardo. *Morrir de alcohol: saber y hegemonía médica*. Cidade do México: Alianza Editorial Mexicana/ Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1990.

MOTA, Leonardo de Araújo. *A dádiva da sobriedade: a ajuda mútua nos grupos de Alcoólicos Anônimos*. São Paulo: Paulus, 2004.

PIETTE, Albert. *Les religiosités séculières*. Paris: PUF, 1993.

PIÑA, Carlos. *Sobre la naturaleza del discurso autobiográfico*. In: *Anuário Antropológico*, N. 88. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991. p. 95-126.

PRANDI, Reginaldo. *A religião do Planeta global*. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (orgs). *Globalização e religião*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ROMANI, Jacqueline Pitanguy de. *Mulher: natureza e sociedade*. In: LUZ, Madel T. (org) *O lugar da mulher: estudo sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

ROSTAGNOL, Susana. *Cultura masculina, cultura feminina: la importancia de las diferencias*. In: FONSECA, Claudia (org) *Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da antropologia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

RÜDIGER, Francisco. *Literatura de auto-ajuda e individualismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1995.

SANCHIS, Pierre. *Desencanto e formas contemporâneas do religioso*. In: *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, Ano 3, N. 3. Porto Alegre, outubro de 2001. p. 27-43.

SILVEIRA, Elaine Rosner. *Casas de homens: o jogo do osso e a masculinidade em grupos populares de Porto Alegre*. 1999. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOARES, Bárbara M. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

TROIS, João F. de M. *A cura pelo espelho: uma leitura antropológica do dispositivo terapêutico dos grupos de auto-ajuda de Neuróticos Anônimos*. 1998. 158f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VALLADARES, Licia; **KANT DE LIMA**, Roberto. *A Escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph*. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 49, p. 3-141, 2000.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

VELHO, Gilberto. *Nobre e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2000.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZUCKERMAN, Phil. *Secularization: Europe-yes, United States-no: why has secularization occurred in Western Europe but not in the United States? An examination of the theories and research*. Texto de internet, copyright Committee for the Scientific Investigation of Claims of the Paranormal, 2004 e Gale Group, 2004. Acessado em www.findarticles.com/p/articles

APÊNDICES

Apêndice 1

Doze Passos

“Os Doze Passos de AA são princípios para *recuperação* pessoal” (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 217).

Quadro I: Relação dos Doze Passos

1º passo	Admitimos que éramos impotentes perante o álcool – que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas.
2º passo	Vimos a acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia devolver-nos à sobriedade.
3º passo	Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma em que o concebíamos.
4º passo	Fizemos um minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.
5º passo	Admitimos, perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano, a natureza exata de nossas falhas.
6º passo	Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter.
7º passo	Humildemente rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições.
8º passo	Fizemos uma relação de todas as pessoas a quem tínhamos prejudicado e nos dispusemos a reparar os danos a elas causados.
9º passo	Fizemos reparações diretas pelos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-lo significasse prejudicá-las ou a outrem.
10º passo	Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente.
11º passo	Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que O entendíamos, rogando apenas o conhecimento de sua vontade em relação a nós e forças para realizar essa vontade.
12º passo	Tendo experimentado um despertar espiritual graças a estes passos, procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólicos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades.

Fonte: www.alcoolicosanonimos.org.br, consultado em 26/05/2005.

Apêndice 2

Doze Tradições

“As ‘Doze Tradições’ de Alcoólicos Anônimos são, acreditamos, as melhores respostas que nossa experiência já deu às perguntas cada vez mais urgentes: ‘Como AA pode atuar melhor?’ e ‘Qual a melhor maneira de AA permanecer unido e sobreviver?’ A seguir apresentamos as ‘Doze Tradições’ na chamada ‘forma resumida’, de uso geral atualmente. Trata-se de uma versão condensada da ‘forma integral’ publicada pela primeira vez em 1946” (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 205).

Quadro II: Relação das Doze Tradições

<i>1ª Tradição</i>	Nosso bem-estar comum deve estar em primeiro lugar; a reabilitação individual depende da unidade de AA.
<i>2ª Tradição</i>	Somente uma autoridade preside, em última análise, ao nosso propósito comum – um Deus amantíssimo que se manifesta em nossa consciência coletiva. Nossos líderes são apenas servidores de confiança; não tem poderes para governar.
<i>3ª Tradição</i>	Para ser membro de AA, o único requisito é o desejo de parar de beber.
<i>4ª Tradição</i>	Cada grupo deve ser autônomo, salvo em assuntos que digam respeito a outros grupos ou a AA em seu conjunto.
<i>5ª Tradição</i>	Cada grupo é animado de um único propósito primordial – o de transmitir sua mensagem ao alcoólico que ainda sofre.
<i>6ª Tradição</i>	Nenhum grupo de AA deverá jamais sancionar, financiar ou emprestar o nome de AA a qualquer sociedade parecida ou empreendimento alheio à Irmandade, a fim de que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos afastem de nosso objetivo primordial.
<i>7ª Tradição</i>	Todos os grupos de AA deverão ser absolutamente auto-suficientes, rejeitando quaisquer doações de fora.
<i>8ª Tradição</i>	Alcoólicos Anônimos deverá manter-se sempre não profissional, embora nossos centros de serviços possam contratar funcionários especializados.
<i>9ª Tradição</i>	AA jamais deverá organizar-se como tal; podemos, porém, criar juntas ou comitês de serviço diretamente responsáveis perante aqueles a quem prestam serviços.
<i>10ª Tradição</i>	Alcoólicos Anônimos não opina sobre questões alheias à Irmandade; portanto, o nome AA jamais deverá aparecer em controvérsias públicas.
<i>11ª Tradição</i>	Nossas relações com o público baseiam-se na atração em vez da promoção; cabe-nos sempre preservar o anonimato pessoal na imprensa, no rádio e em filmes.
<i>12ª Tradição</i>	O anonimato é o alicerce espiritual das nossas tradições, lembrando-nos sempre da necessidade de colocar os princípios acima das personalidades.

Fonte: Alcoólicos Anônimos, 2004.

Apêndice 3

Doze Conceitos

“Escritos em 1962 pelo co-fundador de AA, Bill W., os *Doze Conceitos para Serviços Mundiais* constituem um conjunto de princípios inter-relacionados para ajudar a garantir que vários elementos da estrutura de serviços de AA mantenham-se comprometidos com e responsáveis perante aqueles a quem servem. A forma ‘curta’ dos Conceitos que é apresentada a seguir foi redigida em 1974 pela Conferência de Serviços Gerais” (Alcoólicos Anônimos, 2004, p. 217).

Quadro III: Relação dos Doze Conceitos

1º Conceito	A responsabilidade final e a autoridade suprema pelos serviços mundiais de AA devem sempre recair sobre a consciência coletiva de toda a nossa Irmandade.
2º Conceito	A Conferência de Serviços Gerais de AA tornou-se, para praticamente qualquer propósito prático, a voz ativa e a efetiva consciência de toda a nossa Sociedade em seus assuntos mundiais.
3º Conceito	Para garantir que haja efetiva liderança, devemos dotar cada elemento de AA – a Conferência, a Junta de Serviços Gerais e suas diversas corporações de serviços, quadros de funcionários, comitês e executivos – com um tradicional “Direito de Decisão”.
4º Conceito	Devemos manter, em todos os níveis de responsabilidade, um tradicional “Direito de Participação”, permitindo a representação através do voto numa proporção correspondente à responsabilidade de cada um.
5º Conceito	Em toda nossa estrutura deve vigorar um tradicional “Direito de Apelação”, garantindo assim que a opinião da minoria seja ouvida e reclamações pessoais sejam cuidadosamente consideradas.
6º Conceito	A Conferência reconhece que a iniciativa principal e a responsabilidade ativa na maioria dos assuntos relativos aos serviços mundiais devem ser exercidas pelos custódios membros da Conferência, agindo enquanto Junta de Serviços Gerais.
7º Conceito	A Ata de Constituição e os Estatutos da Junta de Serviços Gerais são instrumentos legais conferindo poderes aos custódios para administrar e conduzir os assuntos de serviços mundiais. A Ata de Constituição da Conferência não é um documento legal: ela depende da força da tradição e das finanças de AA para efetivar-se.
8º Conceito	Os custódios são os principais planejadores e administradores das diretrizes gerais e das finanças. Eles detêm a supervisão e a custódia dos serviços incorporados em separado e dos serviços permanentes, exercendo-as através de seu poder de eleger todos os diretores destas entidades.
9º Conceito	Bons líderes de serviço em todos os níveis são indispensáveis para nosso funcionamento e segurança futuros. A principal liderança dos serviços mundiais, antes exercida pelos fundadores de AA, deve necessariamente ser assumida pelos custódios.
10º Conceito	A toda responsabilidade de serviços deve corresponder uma autoridade equivalente – devendo o escopo de tal autoridade ser

	bem definido.
<i>11º Conceito</i>	Os custódios devem sempre contar com os melhores comitês, diretores de serviços incorporados, executivos, funcionários e consultores que seja possível. A composição, as qualificações, os procedimentos de integração de novos quadros e seus direitos e deveres sempre serão objeto de sérios cuidados.
<i>12º Conceito</i>	A Conferência deve observar o espírito da tradição de AA tomando cuidado para que jamais se torne sede de riqueza ou poder perigosos; que fundos e reservas suficientes sejam seu prudente princípio financeiro; que nenhum de seus membros seja colocado em posição de autoridade inadequada sobre outros; que todas as decisões importantes sejam tomadas através de discussão, votação e, sempre que possível, por substancial unanimidade; que suas ações jamais sejam pessoalmente punitivas ou incitem à controvérsia pública; que nunca desempenhe qualquer ato de governo, e que, da mesma forma que a Sociedade à qual serve, permaneça sempre democrática em pensamento e ação.

Fonte: Alcoólicos Anônimos, 2004.

Apêndice 4

Grupos de auto-ajuda no mundo

Quadro IV: Exemplos de grupos de auto-ajuda no mundo.

1. <i>Problemas físicos</i>	Associação Britânica da Enxaqueca, Clubes de Laringectomia, Associação dos Cegos*, Associação das Dores nas Costas.
2. <i>Problemas emocionais</i>	Depressivos Associados, Neuróticos Anônimos*, Sociedade dos Fóbicos, Associação Nacional de Esquizofrenia.
3. <i>Problemas Familiares (físicos ou emocionais)</i>	Associação de Pais de Crianças Danificadas por Vacinas, Associação de Parentes de Alcoólatras*, Familiares de Narcóticos*, Amor Exigente*.
4. <i>Problemas familiares</i>	Associação do Bem-Estar da Família, Associação dos Pais Anônimos, Organização de Pais Vitimados pelo Estresse.
5. <i>Problemas de dependência</i>	Alcoólicos Anônimos*, Narcóticos Anônimos*, Vigilantes do Peso*, Fumantes Anônimos*, Jogadores Compulsivos*, Dependentes de Amor e Sexo*.
6. <i>Problemas sociais:</i>	
6.1 <i>sexualidade</i>	Liga das Lésbicas, Comando Gay*.
6.2 <i>famílias sem pai ou sem mãe</i>	Conselho Nacional para a Mulher Solteira e seus Dependentes.
6.3 <i>mudanças de vida</i>	Associação Pré-Aposentadoria, Associação Nacional de Viúvas.
6.4 <i>isolamento social</i>	Clube dos Solitários, Amizade por Correspondência.
7. <i>Grupos de mulheres</i>	Organização pela Saúde da Mulher, Centros de Traumas de Estupro, União de Mães, Mulheres que Amam Demais*.
8. <i>Grupos étnicos</i>	Casa Caribenha, Serviço de Assessoria aos Cipriotas.

Fonte: Cecil Helman, 1994.

*Exemplos de grupos com representação em Porto Alegre.

ANEXOS

Anexo 1

Foto dos "Pais-Fundadores"



Anexo 2

Catálogo completo da Literatura Oficial dos Alcoólicos Anônimos (15 folhas)

→

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

Literatura

OS DOZE PASSOS
E
AS DOZE TRADIÇÕES

Um co-fundador de Alcoólicos Anônimos conta
aos membros os recursos e como a literatura

Viver
Sóbrio

Algumas maneiras usadas por membros
de A. A. para não beber.

ALCOÓLICOS
ANÔNIMOS

ATINGE A MARGEM
uma breve história de A. A.

Alcoólicos
Anônimos



MANUAL DE
SERVIÇOS
DE

A.A.

Refletindo as ações
da Conferência de Serviços Gerais
de Alcoólicos Anônimos do Brasil

Vamos a
Acreditar

Literatura aprovada pela Conferência de Serviços Gerais de A.A.

PREÂMBULO

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo.

O único requisito para se tornar membro é o desejo de parar de beber. Para ser membro de A.A. não há necessidade de pagar taxas ou mensalidades; somos auto-suficientes, graças às nossas próprias contribuições.

A.A. não está ligada a nenhuma seita ou religião, nenhum partido político, nenhuma organização ou instituição; não deseja entrar em qualquer controvérsia; não apóia nem combate quaisquer causas.

Nosso propósito primordial é mantermo-nos sóbrios e ajudar outros alcoólicos a alcançarem a sobriedade.

Direitos autorais de The A.A. Grapevine, Inc. publicado com permissão.

COMO USAR ESTE CATALÓGO

Este catálogo contém toda a literatura aprovada pela Conferência de Serviços Gerais de A.A.

Está dividido da seguinte forma:

- Livros
- Áudios e Vídeos
- Periódicos
- Livretes e Folhetos
 - dirigidos ao público em geral
 - de âmbito interno e para pesquisas ou reportagens sobre A.A.

Foi feito pensando em facilitar a procura do material desejado, seja de folhetos ou livretes indicados para o público em geral, seja de manuais específicos dirigidos aos nossos servidores.

Cada livro, livrete ou folheto aqui apresentado possui um resumo que explica o conteúdo da publicação, bem como o número de páginas e outras informações importantes.

Esta literatura pode ser adquirida nos Grupos, Centrais e Intergrupais de Serviços de A.A. de sua cidade.



Alcoólicos Anônimos

Cód. 102 - 14 x 21 cm - 265 páginas

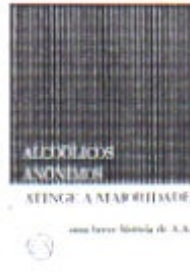
Publicado pela primeira vez em 1939, nos Estados Unidos, atualmente traduzido para mais de trinta idiomas e tendo atingido a marca de mais de um milhão de exemplares vendidos, esta é a primeira literatura oficial de Alcoólicos Anônimos, feita com o objetivo de "demonstrar a outros alcoólicas exatamente como nos recuperamos".



Os Doze Passos e as Doze Tradições

Cód. 105 - 14 x 21 cm - 174 páginas

Este livro expõe "uma visão clara dos princípios através dos quais os membros de A.A. se recuperam e pelos quais funciona sua Irmandade": Os "Doze Passos" — um conjunto de princípios espirituais em sua natureza que, se forem praticados como um modo de vida, "podem expulsar a obsessão pela bebida e permitir que o sofrido se torne íntegro, feliz e útil"; e as "Doze Tradições", que delineiam "os meios pelos quais A.A. mantém sua unidade e se relaciona com o mundo exterior, sua forma de viver e desenvolver-se".



Alcoólicos Anônimos atinge a maioridade

Cód. 101 - 14 x 21 cm - 307 páginas

Escrito por Bill W., este livro trata uma breve história do nascimento e desenvolvimento de Alcoólicos Anônimos e destina-se a todos aqueles que estão interessados em conhecê-la. A primeira edição data de 1957 e, em língua portuguesa, de 1984. Um resumo cronológico dos acontecimentos mais significativos abre a publicação. A partir daí, seu conteúdo histórico não obedece mais à cronologia, mas enfatiza os desenvolvimentos dos três princípios básicos da Irmandade: Recuperação, Unidade e Serviço (os "Três Legados de A.A.").

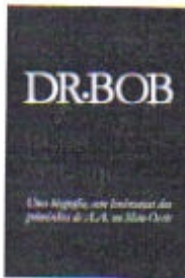


Viver Sóbrio

Cód. 103 - 14 x 21 cm - 119 páginas

Vendecido *manual de sobrevivência* para alcoólicas e alcoólicas, particularmente nas fases iniciais de sua recuperação, este livro apresenta "alguns métodos usados por membros de A.A. para não beber". Está dividido em 31 capítulos curtos e objetivos, tratando das mais variadas situações de vida diante das quais a reação habitual de qualquer alcoólico seria voltar ao copo. Ele sugere alternativas para que isto não aconteça, desde que a pessoa assim o deseje.

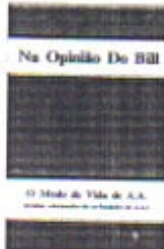




Dr. Bob e os Bons Veteranos

Cód. 116 - 14 x 21 cm - 358 páginas

Trata-se de uma biografia, com lembranças dos primórdios de Alcoólicos Anônimos na região do Meio-Oeste dos Estados Unidos. A primeira edição em inglês data de 1980 e, em português, de 1998. Inclui fatos da infância, da formação como músico, de sua família e do desenvolvimento de sua enfermidade, além do seu histórico encontro com Bill W., a descoberta da pessoa que viria a ser o "AA número três", a formação do primeiro Grupo em Akron e os primeiros desenvolvimentos de A.A. na região.



Na Opinião do Bill

Cód. 112 - 10 x 15,5 cm - 533 páginas

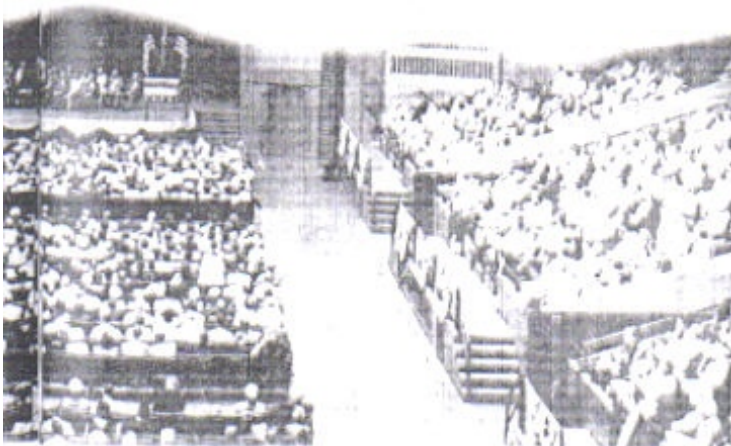
Uma vez que coube a Bill W. redigir grande parte da bibliografia oficial de Alcoólicos Anônimos, julgou-se oportuno editar um livro para meditação individual baseada nesta publicação. Assim, várias centenas de fragmentos dos livros: *Alcoólicos Anônimos, Os Doze Passos e As Doze Tradições, Alcoólicos Anônimos Atinge a Maioridade, Doze Conferências para Sertões Aludidos, A Linguagem do Convênio* (ainda não editado em português), bem como de artigos escritos pelo autor e publicados na revista *A.A. Grapevine*, foram coligidos. O índice apresenta-se como "Guia para Discussão e Leitura" e está organizado por ordem alfabética de temas. A primeira edição data de 1967 e a primeira edição brasileira foi em 1988.



Viemos a Acreditar

Cód. 114 - 14 x 21 cm - 145 páginas

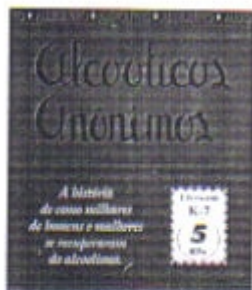
Publicado pela primeira vez em 1973 (com primeira edição em português em 1996), este livro demandou cinco anos de preparação. Atendendo a um pedido do GSO (o Escritório de Serviços Gerais norte-americano), AAs das mais diversas regiões dos EUA e Canadá colocaram por escrito suas aventuras espirituais e as remeteram para serem selecionadas e publicadas. Assim, o livro opera como um "canal de expressão para a rica diversidade das convicções implícitas em "Deus na forma em que O concebemos".



Reflexões Diárias

Cód. 111 - 10 x 15,5 cm - 381 páginas

"Este é um livro de reflexões escrito por membros de A.A. para membros de A.A." Este pequeno livro preenche uma necessidade de colocar, no "plano das 24 horas", um conjunto de reflexões que caminham sem pelo calendário anual. No topo de cada página há uma citação, tirada da literatura oficial da Irmandade.



6

Alcoólicos Anônimos (Áudio)

Cód. 504 - Conjunto com 5 fitas cassete

Versão em áudio do texto básico da Irmandade, *Alcoólicos Anônimos em fitas cassete* representa mais um esforço para alcançar os alcoólicos que ainda sofrem, proporcionando maior facilidade no conhecimento do modo de vida de A.A. Excelente subsídio para ser utilizado nos lares, veículos e também nos Grupos, em suas diversas reuniões, sobretudo na de literatura.



Os Doze Passos e As Doze Tradições (Áudio)

Cód. 501 - Doze conjuntos, de cinco a de uma fita cassete

O livro supra-citado existe em duas versões de áudio: um conjunto de cinco fitas cassete contendo os Doze Passos e as Doze Tradições, e uma versão mais antiga, composta por uma fita cassete, contendo as Doze Tradições. Para quem tem dificuldades ou falta de tempo para ler, as fitas constituem uma opção de acesso a esta literatura básica da Irmandade.



A.A. Esperança (Vídeo)

Cód. 601 - Uma fita em vídeo VHS (25 min.)

Produzido pelo GSO e dublado em português, este vídeo é um recurso para o trabalho de divulgação em empresas e instituições, como também para reuniões de novos na Irmandade. Partindo da comemoração do primeiro ano sobrio de um membro novo de A.A., os narradores vão comemorando os nossos princípios de recuperação e dando noções gerais sobre o funcionamento de Alcoólicos Anônimos.



Serviço: Nosso Terceiro Legado (Vídeo)

Cód. 602 - Uma fita em vídeo VHS (25 min.)

Este vídeo é próprio para uso dos membros de A.A., Grupos, CTCs e Órgãos de Serviços. Ideal para auxiliar no treinamento de companheiros(as) no conhecimento inicial das atividades de divulgação. Baseado no Manual do CTO, pretende ser uma forma dinâmica de apresentação de suas comissões: CCCF, CIE, CIT e CIC.



Vivência (revista bimestral)

Cód. 701 (assinatura anual), 702 (venda avulsa) e 703 (números atrasados) - 17 x 23 cm
64 páginas - periodicidade bimestral

Similar nacional da revista *AA Grapevine* norte-americana, e editada no Brasil desde 1985, a Revista Vivência está integrada a literatura oficial aprovada pela Conferência Mundial, mas é impressa com a permissão da Conferência Brasileira e é propriedade da Junta de Serviços Gerais de A.A. no Brasil.

Cada número traz uma seleção de artigos escritos que foram enviados ao Comitê de Publicações Periódicas por membros da Irmandade de todas as partes do país, tendo sempre um tema de capa e outro que inspira uma seção interna. Os temas estão ligados aos nossos Três Legados: Recuperação, Unidade e

Serviço, e refletem a experiência pessoal de seus autores. Há seções fixas, como por exemplo de cartas dos leitores, temas para discussão nos Grupos, divulgação da literatura oficial, piadas, eventos e a relação sempre atualizada das Centrais e Inergrupos de A.A. nos vários Estados e Regiões do Brasil.

De interesse para membros da Irmandade, profissionais que lidam com alcoolismo em seu dia a dia, estudiosos das Ciências Humanas e quaisquer pessoas interessadas em conhecer o modo de vida de A.A., a publicação oferece, ineluticamente, uma visão panorâmica e sempre atual da Irmandade, tal como se encontra a cada momento em nosso país.



Publicações da JUNAAB distribuídas gratuitamente aos Grupos e Órgãos de Serviços de A.A. do Brasil cadastrados no ESG

bob MURAL



Bob Mural

34,5 x 45 cm

Boletim publicado bimestralmente, traz notícias da Junta de Serviços Gerais e da Irmandade de A.A.



Informativo CTO/JUNAAB

22 x 31 cm

Publicação bimestral, produzida e editada pelo CTO da JUNAAB. Voltado para a troca de experiências de CTO em todos os níveis, com a publicação de experiências práticas, tanto de informação ao público e seminários para profissionais, como para a formação e treinamento de servidores para as diversas atividades de divulgação.

Literatura dirigida ao público em geral

As publicações abaixo poderão ser úteis tanto para alcoólicos e alcoólicas em potencial ou recém-conscientizados e a membros novatos em A.A., como para o público em geral (familiares, empregadores e amigos de pessoas portadoras da doença; empresas, instituições e profissionais interessados, órgãos de imprensa, etc.)

44 Perguntas

Cód. 208 - 10 x 23 cm
Livrete com 37 páginas



Nos tempos atuais, milhões de pessoas já ouviram falar alguma coisa a respeito de A.A. e, em geral, possuem "uma vaga impressão de que A.A. é algum tipo de organização que, de alguma forma, consegue ajudar as bêbadas a parar de beber". O livrete em epígrafe foi elaborado para os que se interessam pela Irmandade, quer para si mesmos, para um amigo ou parente, quer pois desejarem estar melhor informados sobre nós. Nele estão incluídas respostas a algumas perguntas que nos foram feitas frequentemente no passado, e que dão uma visão genérica sobre o alcoolismo e o modo de vida de Alcoólicos Anônimos.

Você deve procurar o A.A.?

Cód. 223 - 9 x 16,5 cm
Folheto (6 faces)



Este folheto se destina a quem nos procura pela primeira vez, suspeitando ter problemas com o álcool. Traz doze perguntas para serem respondidas individual e confidencialmente, como um auto-exame útil na identificação do alcoolismo. A experiência mostrou que a resposta positiva a quatro perguntas ou mais, indica a probabilidade de existência da doença.

A.A. é para Mim?

Cód. 236 - 10 x 23 cm
Livrete com 30 páginas (papel couchê)



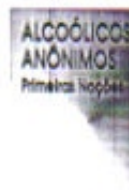
Esta é a versão ilustrada do folheto *Você deve procurar o A.A.?* Reproduz as mesmas doze perguntas, visando a um auto-exame individual e confidencial, só que formuladas na primeira pessoa do singular e acompanhadas de ilustrações inspiradoras. Uma ferramenta muito útil para apátridas recém-chegados à Irmandade.



gados à Irmandade.

Alcoólicos Anônimos, Primeiras Noções

Cód. 238 - 10 x 23 cm
Folheto com 20 páginas



Constituindo uma versão mais completa para apresentação da nossa Irmandade, este folheto inclui os seguintes tópicos: o que é A.A. e como começou; como os membros mantêm a sobriedade; as nossas Doze Tradições; o porquê do anonimato; as finanças de A.A.; como A.A. chegou ao Brasil e como é a sua estrutura de serviços no país; relações de A.A. com outras entidades, com a medicina e com a religião; a Junta de Costúdos, a Literatura e a Revista *Vidência*; finalmente, a relação dos órgãos de serviços em âmbito estadual e regional.

Um Pequeno Guia para Alcoólicos Anônimos

Cód. 227 - 10 x 23 cm
Livrete com 14 páginas



O que é alcoolismo? Quais são os sintomas? O que é A.A., o que são suas reuniões e como ajuda o alcoólico? Quem pertence a A.A.? Um alcoólico precisa chegar ao "fundo do poço" para A.A. poder ajudá-lo? Há jovens em A.A.? Quem dirige a Irmandade e quanto custa permanecer nela? O que podem fazer os familiares de alcoólicos? O que A.A. não faz? Como se pode saber mais sobre A.A.? São as questões sinteticamente colocadas neste livrete.

Eis o A.A.

... uma introdução ao programa de recuperação de A.A.

Cód. 215 - 10 x 23 cm
Livrete com 21 páginas



Num texto organizado em tópicos curtos e objetivos, esta publicação dá uma noção geral sobre A.A. e a doença do alcoolismo, abordando alguns dos principais mitos e realidades em torno dessa doença e da possibilidade de recuperação através do nosso programa. Aspectos tais como a decisão de parar de beber e o problema de permanecer sóbrio são detalhados.

A.A. num relance

Cód. 231 - 10 x 23 cm
Folheto (duas faces)



O conteúdo deste folheto também constitui uma apresentação de Alcoólicos Anônimos ao público em geral, com a diferença de estar ainda mais sintetizado, podendo, assim, ser utilizado para uma divulgação mais generalizada - por exemplo, distribuindo-o ao final de uma reunião de informação ao público.

A.A. Como Funciona

Cód. 237 - 10 x 23 cm
Folheto (quatro faces)



uma revista

em geral como para recém-chegados a A.A.

Uma breve introdução informa como chegamos a ser o que somos hoje, e apresenta a relação dos Doze Passos sugeridos por Alcoólicos Anônimos para a recuperação individual da doença do alcoolismo. Mais um recurso para apresentar, de maneira rápida e simples, o nosso modo de existência, tanto para o público em geral como para recém-chegados a A.A.

Alcoólicos Anônimos em sua Comunidade

Cód. 224 - 10 x 23 cm
Folder (oito faces)



com o objetivo de informar como a Irmandade trabalha na comunidade para ajudar alcoólicos, este folheto informa a nossa posição no campo do alcoolismo, como vemos o alcoolismo, como Alcoólicos Anônimos funciona, o que são os Grupos e as Reuniões; quem são os membros de A.A.; onde é possível encontrar A.A.; o que é o ESCRITÓRIO de Serviços Gerais; o que as pessoas podem esperar de A.A. e o que a Irmandade não faz.

Os Jovens e A.A.

Cód. 201 - 10 x 23 cm
Livrete com 49 páginas



que interessa também a pais e mães com filhos jovens, além de AAs que apadrinham novatos na Irmandade.

Muitas verdades sobre o alcoolismo e sobre Alcoólicos Anônimos - a começar pela ideia de que se é "jovem demais" para ser um alcoólico ou um AA, além de dez histórias de jovens (sete rapazes e três moças) que ingressaram na Irmandade entre os quinze e os vinte e cinco anos de idade, compõem esta publicação

Uma mensagem para os jovens...

Cód. 225 - 10,5 x 14,5 cm
Folheto com 9 páginas



da do alcoolismo estar em desenvolvimento - assim, o folheto termina com um convite para conhecer A.A.

Doze perguntas simples e ilustradas, dirigidas a jovens, ajudam-nos a saber "quando a bebida está se tornando um problema". A resposta positiva a qualquer uma delas indica a possibilidade de a doença

Carta a uma Mulher Alcoólica

Cód. 213 - 10 x 23 cm
Livrete com 22 páginas



Escrita por uma mulher não-alcoólica e dirigida à mulher que suspeita ter um problema com a bebida, esta carta, publicada originalmente em 1954 numa revista norte-americana, descreve o processo de progresso da doença entre as mulheres, e apresenta de modo simples e colloquial o programa de Alcoólicos Anônimos.

Você pensa que é diferente?

Cód. 206 - 10 x 23 cm
Livrete com 44 páginas



O alcoolismo é uma doença que se esconde muitas vezes sob o argumento clássico: "eu sou diferente". Os treze relatos deste livrete demonstram de forma cabal que o alcoolismo atinge pessoas das mais diferentes condições - juntas, em A.A., todas elas encontraram a sua recuperação.

A.A. para a Mulher

Cód. 202 - 10 x 23 cm
Livrete com 46 páginas

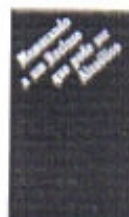


doença e encontraram uma via de recuperação em Alcoólicos Anônimos.

Abrem este livrete quinze perguntas dirigidas a mulheres que suspeitam ter problemas com o álcool. Uma breve introdução aborda algumas noções sobre o alcoolismo e A.A., remetendo para o depoimento de oito mulheres, das mais diversas condições de vida, que descobriram ser portadoras desta

Memorando a um Recluso que pode ser Alcoólico

Cód. 207 - 9 x 15 cm
Livrete com 51 páginas (papel couchê)



Esta publicação contém uma breve introdução dirigida aos detentos, fala sobre o alcoolismo, dá perspectiva de recuperação em A.A. e oferece vinte perguntas que podem ajudar a identificar o próprio alcoolismo.

Se Você for um Profissional

Cód. 218 - 10 x 23 cm
Folheto com 4 páginas



Dirigido a profissionais de áreas diversas que trabalham com alcoólicos, o folheto apresenta sucintamente a fraternidade como "uma alternativa de apoio contínuo para a recuperação" dos portadores da doença, por meio de um trabalho de cooperação sem afiliação.

A.A. Como um Recurso para os Profissionais da Saúde

Cód. 219 - 10 x 23 cm
Livrete com 14 páginas



Como uma versão mais específica do folheto destinado a profissionais em geral, este aqui dirige-se a profissionais da Saúde. Explica a nossa visão do alcoolismo como doença incurável e a frustrante resistência do alcoólico a ser ajudado, e tenta responder a algumas objeções comuns a respeito de A.A.

O Artigo de Jack Alexander sobre Alcoólicos Anônimos

Cód. 228 - 10 x 23 cm
Livrete com 21 páginas



Desde os primórdios da história de A.A., a melhor publicidade que temos vem de nossos amigos não-alcoólicos. Este livrete é o relato do jornalista norte-americano, publicado em 1941 no *Journal Washington Post*. Além do interesse histórico, sua leitura nos oferece uma qualificada e atual visão "de fora" sobre a fraternidade, o alcoolismo e nossas estratégias para a recuperação.

A.A. e os Programas de Assistência aos Empregados

Cód. 239 - 10 x 23 cm
Folder (quatro faces)



Este folheto apresenta simetricamente o modo como Alcoólicos Anônimos tem cooperado na implantação e manutenção de programas institucionais e empresariais de ajuda para empregados alcoólicos, um trabalho que tem tido como resultados: recuperação individual e familiar, economia de custos para empresas e instituições (provocados por afastamento do trabalho, hospitalizações, tratamentos, atendimentos de emergência, etc.) e também recuperação da produtividade ou do rendimento no trabalho dos empregados alcoólicos. Literatura dirigida a profissionais de Recursos Humanos, Assistência Social e outros.

Uma Mensagem aos Administradores de Instituições Correcionais

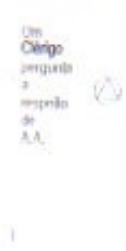
Cód. 253 - 10 x 23 cm
Folder (quatro faces)



O objetivo deste folheto é apresentar Alcoólicos Anônimos como alternativa, ao trabalho de cooperação, para a recuperação de alcoólicos sentenciados e aprisionados pela Justiça. Seu conteúdo é composto pelos seguintes itens: o que os Administradores de Instituições Correcionais podem querer saber a respeito de A.A.; apresentação do nosso trabalho realizado nesse campo; breve explicação de como funcionam os Grupos de A.A. em prisão; e como podemos ser úteis nas situações de liberdade condicional e soltura.

Um Clérigo pergunta a respeito de A.A.

Cód. 210 - 10 x 23 cm
Livrete com 21 páginas



Neste livrete são respondidas vinte perguntas freqüentemente feitas à Fraternidade por religiosos(as) interessados no problema do alcoolismo e que ainda não tiveram oportunidade de familiarizarem-se conosco. Elas mostram como os princípios contidos nos *Doze Passos* e *Doze Tradições* se ligam a idéias espirituais de religiões diversas, e como tem havido cooperação entre o Clero e A.A.

Alcoólicos Anônimos e a Classe Médica

Cód. 209 - 11 x 15 cm
Livrete com 40 páginas



Esta publicação dirige-se em particular aos profissionais da medicina, e procura abordar o conceito do alcoolismo como doença.

*"O médico que sabe reconhecer os sintomas de ambos, o alcoolismo real e o potencial, está obviamente melhor preparado para ajudar seus pacientes do que o profissional que mantém o conceito estereotipado, mais antigo do alcoolismo."
(Alcoólicos Anônimos e a Classe Médica)*

Literatura de âmbito interno e para pesquisas ou reportagens sobre A.A.

As publicações abaixo destinam-se a membros de A.A. e a servidores de confiança da Irmandade, mas também a quaisquer pessoas e instituições interessadas em conhecer a história, o modo de vida e o funcionamento de Alcoólicos Anônimos.



Doze Conceitos para Serviços Mundiais

Cód. 107 - 15 x 22,5 cm
113 páginas

Também escrito por Bill W., publicado em 1962 e editado em português em 1983, este livro é a interpretação pessoal do autor sobre a estrutura mundial de serviços gerais de Alcoólicos Anônimos. Objetiva orientar as novas gerações de servidores em todos os países para que, no futuro, a liberdade de fazer as mudanças e reestruturações que se mostrarem necessárias coexista com o aproveitamento da experiência do passado, a fim de evitar a repetição dos erros já cometidos.

Tem o mérito de ser um complemento para o Manual de Serviços e para as Doze Tradições de A.A., explicitando conceitos até então não definidos por escrito, como por exemplo os Direitos de "Decisão", de "Participação" e de "Petição", e o conceito de "Liderança" em A.A.



Manual de Serviços de A.A.

Cód. 108 - 15 x 21 cm - 125 páginas

A edição mais recente deste Manual data de 1995, tendo passado por uma atualização e revisão, a fim de traduzir o amadurecimento de A.A. no Brasil. É uma obra para consultamento, estudo e consulta, especialmente por parte de nossos servidores de confiança, mas também de todos os membros da Irmandade e pessoas interessadas em aprofundar-se na compreensão de nosso modo de funcionamento.



Manual do CTO

Cód. 110 - 15,5 x 21 cm
114 páginas

"Levar a mensagem de A.A. ao alcoólico que ainda sofre" é o principal serviço da Irmandade e, para isso, integram a nossa estrutura de serviços, em todos os níveis, os Comitês Trabalhando com os Outros (CTO) e suas comissões. Este Manual constitui a ferramenta de uso cotidiano, oferecendo com detalhes as sugestões de procedimento para os Contatos Com a Comunidade Profissional (CCCP), as Comissões de Informação ao Público (CIP), as Comissões de Instituições de Tratamento (CIT), as Comissões de Instituições Correcionais (CIC), o treinamento de servidores para estes serviços, o processo de formação de CTOs, sugestões práticas de trabalho, modelos de cartas e demais formas de contato, sugestões para participar de programas de rádio e televisão, preparação de *relatos* para jornais, projetos de Seminários, etc. Ao final, foi organizado um pequeno glossário com as principais siglas da nossa estrutura de serviços.

*"Um serviço em A.A. é tudo aquilo que nos ajuda a alcançar uma pessoa que sofre — o chamado *Déximo Segundo Passo* propriamente dito — pelo telefone ou por uma xícara de café, assim como o Escritório de Serviços Gerais de A.A. para ação nacional ou internacional."*

(Manual de Serviços de A.A.)

Os Co-Fundadores de Alcoólicos Anônimos

Cód. 234 - 10 x 23 cm
Folheto com 39 páginas



Editada como parte das atividades comemorativas do cinquentenário de A.A. no Brasil, esta publicação traz um resumo biográfico de Bill W. e Dr. Bob, respectivamente, o corretor da Bolsa de Valores de Wall Street e o médico, considerados co-fundadores de Alcoólicos Anônimos, e reproduz a última palestra proferida por cada um deles, respectivamente em 1969 e 1948, indicando a bibliografia para consultas mais aprofundadas.

Um Recém-chegado Pergunta...

12 Cód. 221 - 10 x 23 cm
Folder (oito faces)



"Este folheto é destinado às pessoas que estão entrando em contato com Alcoólicos Anônimos pela primeira vez. Nele, tentamos responder às perguntas mais frequentemente encontradas nas mentes dos recém-chegados — as perguntas que estavam em nossas mentes quando pela primeira vez entramos em contato com a Irmandade."

O Melhor de Bill

Cód. 203 - 9,5 x 13,5 cm
Livrete com 54 páginas



Cinco artigos escritos por Bill W. (co-fundador de Alcoólicos Anônimos) e publicados no *A.A. Grapevine* (a revista internacional de A.A.), abordam, respectivamente, os temas: fé, medo, honestidade, humildade e amor.

Auto-suficiência pelas nossas próprias contribuições

Cód. 241 - 10 x 23 cm
Folder (seis faces)



Dirigido a todos os membros da Irmandade (e uma leitura fundamental para servidores dos comitês e órgãos de serviços de A.A.), este folheto fala do compromisso individual para com o princípio de auto-suficiência em A.A. Relaciona as despesas mais comuns dos Grupos e órgãos de serviços; informa qual é a distribuição dos recursos arrecadados e quem os administra no Escritório de Serviços Gerais e nos órgãos de serviços; e indica as várias possibilidades de contribuições individual e o seu limite mínimo, deixando implícita a sugestão de que cada membro pode planejar suas contribuições como julgar melhor.

Perguntas & Respostas sobre Apadrinhamento

Cód. 211 - 10 x 23 cm
Livrete com 36 páginas



Apadrinhamento em A.A. é o processo pelo qual "um alcoólico que já tenha feito um certo progresso no programa de recuperação compartilhe essa experiência, de uma maneira contínua e individual, com outro alcoólico que ainda esteja tentando conseguir ou manter a sobriedade através de A.A.". Esta publicação apresenta 34 perguntas/respostas para quem procura um padrinho/madrinha, para Grupos que planejam a atividade de apadrinhamento e também sobre apadrinhamento de Serviços. Ao final, encontram-se os nossos Doze Passos, Doze Tradições e Doze Conceitos.

Sugestões para coordenar reunião de novos

Cód. 229 - 10 x 23 cm
Livrete com 16 páginas



Que tipos de reuniões de A.A. funcionam melhor para os novos na Irmandade? Qual o melhor perfil para um bom coordenador de tais reuniões? Pode um coordenador preparar-se para as reuniões? Alguns assuntos sugeridos para as reuniões e algumas sugestões sobre o planejamento dessa atividade são os conteúdos desta publicação também muito prática, que poderá ser útil sobretudo aos Comitês de Serviços dos Grupos de A.A.

As Doze Tradições Ilustradas

Cód. 106 - 20 x 23 cm
Livrete com 26 páginas



Baseado em uma série de desenhos publicados em *"A.A. Grapevine"*, este livrete começa apresentando a origem das Doze Tradições de Alcoólicos Anônimos e coloca, lado a lado, ilustrações de cada uma delas e breves textos comentando o sentido de cada Tradição. Um recurso a ser empregado nas relações de apadrinhamento, nas reuniões de estudo das Tradições e também como subsídio para oradores dedicados à informação ao público, dada a sua linguagem coloquial.



RSG – Representante de Serviços Gerais

Cód. 226 - 10 x 23 cm
Folder (oito faces)



O folder traz uma breve história desse encargo – "Talvez o mais importante serviço em A.A." –, bem como orientações sobre as atribuições do RSG; juro à Irmandade como um todo e particularmente ao seu Grupo-base; indica a literatura muito diretamente ligada ao seu serviço; aborda o processo de eleição deste

servidor de confiança; as qualificações sugeridas para candidatar-se, a duração do mandato e as qualidades de um bom RSG. E finaliza apresentando um pequeno retrato de Bill W. a respeito.

O Grupo de A.A. ... Onde tudo começa

Cód. 205 - 10 x 23 cm
Livrete com 63 páginas



O que é, como surge, como funciona e que atividades desenvolve um Grupo de A.A.? Quem são e o que fazem seus servidores internos? Como cada Grupo se relaciona com A.A. como um todo? Como é e como opera a estrutura geral de Alcoólicos Anônimos?

Tais perguntas são respondidas detalhadamente neste livrete, que traz ainda tópicos sobre o que A.A. não faz, a posição da Irmandade no campo do alcoolismo e a reprodução dos nossos Doze Passos, Doze Tradições e Doze Conceitos. Funciona também como um pequeno manual para consulta e estudo.



Os Doze Conceitos Ilustrados

Cód. 113 - 20 x 23 cm
Livrete com 26 páginas

Os Doze Conceitos para Serviços Mundiais de Alcoólicos Anônimos também têm a sua versão ilustrada com desenhos publicados originalmente em "A.A. Cooperam". É composta por textos simétricos e escritos em linguagem coloquial. Dada a maior complexidade do livro sobre o mesmo tema, este folheto é especialmente indicado para os trabalhos de estudo dos Conceitos e para o apadrinhamento em Serviços Gerais da Irmandade.



A Tradição de A.A. – Como se Desenvolveu. Por Bill W.

Cód. 204 - 10 x 23 cm
Livrete com 78 páginas



Esta publicação "conta a história do início e desenvolvimento dos princípios considerados essenciais para a unidade e sobrevivência de A.A.", por meio de onze artigos escritos por Bill W. (cofundador de Alcoólicos Anônimos), escritos entre 1946 e 1955 e intitulados, respectivamente: "Quem é membro de A.A."; "Hospitais e A.A."; "Os Clubes de A.A. devem continuar?"; "O perigo de ligar A.A. a outros projetos"; "Dezembro-1946"; "A.A. nunca terá um governo pessoal"; "Anonimato" e "Por que A.A. é anônimo".

Dentro de A.A.

Cód. 222 - 10 x 23 cm
Folder (oito faces)



Uma breve explicação sobre a estrutura da Irmandade no mundo e no Brasil (tal como existiam no ano de 1983): a Junta de Serviços Gerais, o Escritório de Serviços Gerais, o Centro de Distribuição de Literatura de A.A. para o Brasil (atualmente incorporado ao ESG), a Conferência de Serviços Gerais, o Grupo, o Representante de Serviços Gerais, as Assembleias, Delegados e Comitês de Áreas, os Comitês e as Reuniões de Distrito, os Delegados de Área, os Custódios, os Serviços Mundiais e o dinheiro. Um excelente instrumento para o apadrinhamento em Serviços.

"Toda a estrutura de A.A. depende da participação e da conscientização dos Grupos; a maneira pela qual cada um desses Grupos conduz seus assuntos tem um efeito de ressonância sobre A.A. em toda parte. Assim, estamos sempre conscientes da nossa responsabilidade pela nossa própria sobriedade e, como Grupo, de transmitir a mensagem de A.A. ao alcoólico sofredor que procura ajuda." (O Grupo de A.A.)

A.A. em Instituições de Tratamento

Cód. 212 - 10 x 23 cm
Livrete com 19 páginas



Como a transmissão da mensagem de A.A. a alcoólicos internados em instituições de tratamento ajuda a fortalecer a sobriedade? Como trabalhamos com tais instituições e que tipos de reuniões realizamos lá? Quais as qualificações que um AA deve possuir a fim de engajar-se neste serviço, quais atitudes lhe são sugeridas e quais atitudes deveriam ser evitadas? Essas são algumas das questões abordadas neste livrete, que interessa não apenas a AAs que desejam realizar tal serviço, mas também a profissionais e instituições desejosos de começar um trabalho de cooperação com Alcoólicos Anônimos para a recuperação de doentes alcoólicos.

14

Falando em reuniões de não-A.A.

Cód. 217 - 10 x 23 cm
Livrete com 22 páginas



Muito prática, esta publicação se destina a oradores em reuniões de informação ao público, contendo sugestões que foram reunidas pelo Comitê de Informação ao Público do Escritório de Serviços Gerais de A.A.: quem está qualificado para falar, sobre o que falar, folhetos e orientações úteis, sugestões e precauções que os AAs devem tomar quando relatam suas histórias pessoais neste tipo de evento, um breve roteiro para tais reuniões, e ainda, as vinte perguntas mais freqüentes feitas pelo público em geral, constituem este livrete.

Os Doze Passos Ilustrados

Cód. 235 - 10 x 23 cm
Livrete com 14 páginas



Simplex e direto, e como indica o seu título, este livrete traz a relação dos Doze Passos sugeridos por Alcoólicos Anônimos para a recuperação do alcoolismo, cada qual acompanhado de uma ilustração e de uma frase. Poderá servir como uma inspiração para recém-chegados, como um recurso auxiliar de padrinhos e madrinhas e para AAs que, mesmo contando algum tempo na liberdade, ainda não praticaram todos os Passos sugeridos.



Três Palestras às Sociedades Médicas por Bill W., co-fundador de A.A.

Cód. 242 - 10 x 23 cm
Livrete com 48 páginas

As três palestras proferidas por Bill W., resumidas neste livrete, incluem, de forma detalhada, as duas primeiras informações sobre o programa de A.A., apresentadas solenemente perante as assembleias de renomadas sociedades médicas dos EUA. Estas palestras constituem um marco definitivo no crescimento da compreensão de A.A. por uma de suas maiores aliadas — a medicina.

Outros problemas além do álcool

Cód. 220 - 10 x 23 cm
Folder (seis faces)



Um texto de Bill W. escrito em 1958 fala de como A.A. lida com o problema da dependência de outras substâncias químicas. Demonstra como a experiência indicou ser impossível um não-alcoólico tornar-se membro de A.A. e ser desejável acolher quaisquer alcoólicos que sofrem de outras dependências, oferecendo, inclusive, Grupos de "propósitos especiais". E esclarece que em A.A. "o Grupo tem rigorosas limitações, mas o indivíduo não tem quase nenhuma", ficando livre para cooperar em qualquer área, observando sempre as Tradições de anonimato, não-entulho e do propósito primordial: "levar a mensagem ao alcoólico que ainda sofre".

Carta ao Tesoureiro de um Grupo de A.A.

Cód. 240 - 10 x 23 cm
Folder (seis faces)



Apresenta o encargo e as responsabilidades de um Tesoureiro de Grupo, informa a destinação do dinheiro arrecadado pela prática da nossa Sétima Tradição, aborda os assuntos da reserva prudente e da relação entre dinheiro e espiritualidade em Alcoólicos Anônimos, e indica outros itens da literatura oficial de A.A. nos quais é possível encontrar respostas a outras dúvidas que os tesoureiros possam ter no dia a dia do seu serviço.

*"Com o passar dos anos, o anonimato provou ser uma das maiores contribuições que A.A. oferece ao alcoólico que sofre. Sem ele muitos nunca assistiriam à sua primeira reunião."
(Entendendo o Anonimato)*

Entendendo o Anonimato

Cód. 216 - 10 x 23 cm
Livrete com 13 páginas



A "Décima-Segunda Tradição" de A.A. é tratada neste livrete, desmistificando-se o anonimato na base de pessoa para pessoa e o anonimato em nível de mídia. Em seguida, há dez perguntas e respostas em torno do assunto, finalizando-se com alguns "fatos a respeito do anonimato" na Irmandade e algumas sugestões em relação à conduta pessoal.

O Membro de A.A. - Medicamentos e Outras Drogas

Cód. 214 - 10 x 23 cm
Livrete com 17 páginas



O texto desta publicação é, na verdade, o relatório de um grupo de médicos que são também membros de Alcoólicos Anônimos, e aborda a delicada questão da relação entre alcoolismo e o uso de medicamentos e outras drogas por um lado, sabe-se que alcoólicos têm grande propensão a se tornarem dependentes de outras drogas além do álcool e, por outro lado, medicamentos poderão ser absolutamente necessários no tratamento de outros problemas graves de saúde do alcoólico. O relatório inclui o relato de três AAs incluídos no primeiro caso e três típicos do segundo caso, e apresenta nove sugestões de como lidar com esta questão, no relacionamento pessoal com médicos e dentistas e também com outros alcoólicos e em A.A.

ÍNDICE DAS PUBLICAÇÕES DE A.A. EM ORDEM ALFABÉTICA

44 PERGUNTAS	8
A TRADIÇÃO DE A.A. - COMO SE DESENVOLVEU	13
A.A. COMO UM RECURSO PARA OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	10
A.A. COMO FUNCIONA	9
A.A. E OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AOS EMPREGADOS	10
A.A. É PARA MIM?	8
A.A. EM INSTITUIÇÕES DE TRATAMENTO	14
A.A. ESPERANÇA (Vídeo)	6
A.A. NUM RELANCE	9
A.A. PARA A MULHER	9
ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	4
ALCOÓLICOS ANÔNIMOS (Áudio)	6
ALCOÓLICOS ANÔNIMOS ATINGE A MAIORIDADE	4
ALCOÓLICOS ANÔNIMOS E A CLASSE MÉDICA	10
ALCOÓLICOS ANÔNIMOS EM SUA COMUNIDADE	9
ALCOÓLICOS ANÔNIMOS PRIMEIRAS NOÇES	8
AS DOZE TRADIÇÕES ILUSTRADAS	12
AUTO-SUFICIÊNCIA PELAS NOSSAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES	12
BOB MURAL	7
CARTA A UMA MULHER ALCOÓLICA	9
CARTA AO TESOUREIRO DE UM GRUPO DE A.A.	14
DENTRO DE A.A.	13
DOZE CONCEITOS PARA SERVIÇOS MUNICIPAIS	11
DR. BOB E OS BONS VETERANOS	5
EIS O A.A.	8
ENTENDENDO O ANONIMATO	13
FALANDO EM REUNIÕES DE NÃO A A	14
INFORMATIVO CTO	7
MANUAL DE SERVIÇOS DE A.A.	11
MANUAL DO CTO	11
MEMORANDO A UM RECLUSO QUE PODE SER UM ALCOÓLICO	9
NA OPINIÃO DO BILL	5
O ARTIGO DE JACK ALEXANDER SOBRE A A	10
O GRUPO DE A.A.	13
O MELHOR DE BILL - EXTRAÍDO DO GRAPEVINE	12
O MEMBRO DE A.A. - MEDICAMENTOS E OUTRAS DROGAS	15
OS CO-FUNDADORES DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	12
OS DOZE CONCEITOS ILUSTRADOS PARA SERVIÇOS MUNICIPAIS	13
OS DOZE PASSOS E AS DOZE TRADIÇÕES	4
OS DOZE PASSOS E AS DOZE TRADIÇÕES (Áudio)	6
OS DOZE PASSOS ILUSTRADOS	14
OS JOVENS E A.A.	9
OUTROS PROBLEMAS ALÉM DO ALCÓOL	14
PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE APADRINHAMENTO	12
REFLEXÕES DIÁRIAS	5
RSG - REPRESENTANTE DE SERVIÇOS GERAIS	13
REVISTA VIVÊNCIA	7
SE VOCÊ FOR UM PROFISSIONAL	10
SERVIÇOS NOSSO TERCEIRO LEGADO (Vídeo)	6
SUGESTÕES PARA COORDENAR REUNIÃO DE NOVOS	12
TRÊS PALESTRAS ÀS SOCIEDADES MÉDICAS	
POR BILL W., CO-FUNDADOR DE A.A.	14
UM CLÉRIGO PERGUNTA A RESPEITO DE A.A.	10
UM PEQUENO GUIA PARA ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	8
UM RECÉM-CHEGADO PERGUNTA	12
UMA MENSAGEM AOS ADMINISTRADORES DE INSTITUIÇÕES CORRECIONAIS	10
UMA MENSAGEM PARA OS JOVENS	9
VIEMOS A ACREDITAR	5
VIVER SÓBRIO	4
VOCÊ DEVE PROCURAR O A.A.?	8
VOCÊ PENSA QUE É DIFERENTE?	9